

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

ARTHUR WALBER VIANA

MÚLTIPLOS SINGULARES:
AS INSCRIÇÕES DE SI DA POPULAÇÃO DE RUA NO JORNAL BOCA DE RUA

Porto Alegre

2019

ARTHUR WALBER VIANA

MÚLTIPLOS SINGULARES:

AS INSCRIÇÕES DE SI DA POPULAÇÃO DE RUA NO JORNAL “BOCA DE RUA”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Porto Alegre

2019

ARTHUR WALBER VIANA

MÚLTIPLOS SINGULARES:

AS INSCRIÇÕES DE SI DA POPULAÇÃO DE RUA NO JORNAL “BOCA DE RUA”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Valdir Morigi, UFRGS (orientador)

Dra. Aline Strelow, UFRGS

Dra. Cassilda Golin, UFRGS

Dra. Jiani Bonin, Unisinos

Dra. Nilda Jacks, UFRGS (suplente)

*O tempo insiste em ser tragicamente curto:
ora, e por que outra razão o rasgaríamos
à tinta e a lembranças e a saudades?
Há algo que sempre é, mesmo quando já não somos.*

*À jovem senhora,
Andréia Golembieski Machado.
Ou à minha sorte em tê-la ao meu lado.*

*Eu não esqueço.
Aliás, lembro.
Com amor.*

“Falar mete-me medo porque, nunca dizendo o suficiente, sempre digo também demasiado”
(Jacques Derrida, 1995, p.21)

RESUMO

Como a população de rua se inscreve nas narrativas do Jornal Boca de Rua: esta é, de maneira bastante sucinta, a complexa questão que se pretende abordar nesta dissertação. Para tanto, o percurso teórico nos guiará por questões tais quais os limites e possibilidades do *inscrever a si*: em um universo onde as identidades se fazem ao se desfazer, móveis e fugidias, e conexões novas surgem sempre ao passo que as desconexões jamais se interrompem, como posso falar de mim e, em certa medida, como posso mesmo saber quem sou – ou minimamente garantir e sustentar que sou aquilo que imagino ser? Por que percursos correm e se chocam freneticamente léxicos e sintaxes e ações e discursos que moldam aquilo tudo que sei e que sinto e que expresso, fazendo de questões aparentemente simples enredados enigmas que, apesar de constantes tentativas, parecem jamais satisfatoriamente respondidos? Tais questionamentos nos perturbam e, exatamente devido a isto, por eles nos aventuraremos, partindo de compreensões pós-estruturalistas e dos Estudos Culturais. Para efetuar esta tentativa, elegemos como objeto de estudo o Jornal Boca de Rua, publicação produzida inteiramente por pessoas em situação de rua de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: nele queremos entender como são construídas as narrativas de si daquelas e daqueles a quem com incômoda frequência é negada a permissão para dizer o que quer que seja e, em boa parte por causa disto, também a para existir da maneira que melhor lhes convir. Efetuaremos um estudo actancial: para escapar de abordagens essencialistas, atentaremos para as ações de moradoras e moradores de rua inscritas nos textos e também ao entorno, à rua e à cidade e aos outros destes que estigmatizamos como Outros maiúsculos; o que fazem e o que os faz fazer e o que ativam quando fazem o que fazem. Reagindo a tentativas de estabilizações identitárias já postas sobre ela, pesados estigmas, a população de rua grita: vemos, no Boca de Rua, a inscrição de ações singularizantes que nos revelam seres complexos e múltiplos, bem mais diversos que o suposto pela ação que mais pesa sobre elas e eles, o morar na rua que os define. Inseridos em um cotidiano de violência – simbólica e física –, inscrever a si no mundo parece uma importante ferramenta para a população de rua reencontrar, na singularidade das mortes e das vidas narradas, a sua multiplicidade.

Palavras-chave: Jornal Boca de Rua. População de rua. Jornalismo. Narrativa. Actantes.

ABSTRACT

How homeless people inscribe themselves in the narrative of the newspaper “Boca de Rua” (meaning “Street Mouth”): succinctly, this is the complex question that the dissertation will seek to unravel. In order to do so, the theoretical path will guide us through questions such as the limits and possibilities of self inscribing: in a universe where identities are made as they are undone, mobile and fugacious, and new connections always arise while the disconnections never interrupt, how can I tell anything of myself and, to a certain extent, how can I even know who I am – or at least guarantee and sustain that I am what I imagine myself to be? By what paths do the lexicon and syntax and the actions and discourses that shape everything I know and feel and express run and clash frantically, making seemingly simple questions entangled with enigmas that, despite constant attempts, never seem to be satisfactorily answered? Such questions disturb us and, precisely because of that, we will venture them, starting from poststructuralist understandings and also from Cultural Studies. To make this attempt, we chose as object for our study the newspaper “Boca de Rua”, a publication produced entirely by homeless people from Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil: in it we want to understand how the narratives of those who with disturbing frequency have denied the permission to say whatever it is they want to say and, largely because of that, also to exist in the way that suits them best are constructed. We will carry out an actantial study: in order to escape from essentialist approaches, we will consider the actions of the homeless inscribed in the texts and also the surroundings, the streets and the city and the others of these that we stigmatize as Other; what they do and what makes them do what they do. Reacting to attempts of identity stabilization already put on them, heavy stigmas, those who live in the streets shout: we can see, in “Boca de Rua”, the inscription of singularizing actions that reveal us complex and multiple beings, much more diverse than what is supposed by the action that most weighs on their shoulders, the “not having a home, home-less” that defines them. Inserted in a routine of violence – symbolic and physical – inscribing themselves in the world is an important tool for homeless people to find, in the singularity of deaths and lives written in a newspaper, its multiplicity.

Keywords: Boca de Rua. Homeless people. Journalism. Narrative. Actants.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 SOBRE O JORNAL BOCA DE RUA.....	21
2.1 <i>Uma articulação internacional dos jornais de rua.....</i>	24
2.2 <i>Discurso alternativo, meio tradicional.....</i>	25
3 A VIOLÊNCIA DA DEFINIÇÃO: MULTIPLICIDADES SILENCIADAS.....	30
3.1 <i>O falar de si em uma rede discursiva desde sempre iniciada.....</i>	31
3.2 <i>Definidores primários e a força de repetição.....</i>	35
3.3 <i>A inevitável abertura ao algo mais.....</i>	39
3.4 <i>Multiplicidades reencontradas: a ética do Rosto.....</i>	45
4 DESCONSTRUÇÕES, MITOLOGIAS: O FANTASMA DO MÉTODO.....	49
4.1 <i>A um método: o estudo actancial.....</i>	50
4.2 <i>Corpus.....</i>	52
5 AS INSCRIÇÕES DE SI DA POPULAÇÃO DE RUA EM UM JORNAL.....	54
5.1 <i>Edição 62: “Rita, a nossa guerreira” e as ações singularizantes.....</i>	55
5.2 <i>Edição 63: textos que explicitam a violência das ruas – e o silêncio sobre ela.....</i>	63
5.3 <i>Edição 64: Lanceiros Negros e a denúncia do racismo.....</i>	84
5.4 <i>Edição 65: a natureza renegada das mães sem filhas e filhos.....</i>	103
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXO A.....	126
ANEXO B.....	128
ANEXO C.....	135
ANEXO D.....	141

1 INTRODUÇÃO

São 16 páginas no tamanho tabloide, ou seja, 43cmx28cm, papel-jornal e, ao folheá-las, vê-se fotos acompanhadas de legendas, blocos de textos com letras miúdas, manchetes de letra graúda: um jornal comum, tão sujo quanto qualquer outro. A diferença, portanto, ao analisarmos o Jornal Boca de Rua, não está na coisa-em-si, se tomarmos “coisa” pela pura materialidade diante de nós, aquilo que nos surge como presença física no tempo e no espaço, a gramatura do papel e a tinta espalhada de maneira minimamente organizada sobre ele. Contudo algo difere, está claro, fato constatado que aprofundaremos adiante e, estudássemos jornais com os olhos de um especialista em impressões gráficas, dificilmente perceberíamos qualquer dessemelhança no conteúdo de publicações, por menos sutis que fossem. Não queremos afirmar com isto que o meio não opera efeitos sobre a mensagem, que não a difere; pelo contrário, ele se torna imprescindível a qualquer análise uma vez que é a própria condição de existência, ao menos uma delas, da mensagem que seja. No entanto, para além da “coisa” material, a diferença que enfatizamos está nos enunciados; está nos *pontos singulares* que se unem nas páginas do jornal a partir de uma rede de forças em permanente disputa (DELEUZE, 1988)¹. A unicidade do Jornal Boca de Rua, então, dizemos desde já e não é surpresa, surge da sua maneira de representar o mundo ou, mais precisamente, do local de onde representa o mundo, que acaba por constituir o “seu” mundo, assim, possessivo, universo único e intransferível que pertence àquele grupo de fazedores-de-um-jornal e, posto ao mundo, um outro, é roubado por este e por tantos, que o preencherão de sentidos – tal qual esta pesquisa. A identidade, perceba, está na diferença – ou nos processos de diferenciação, nas singularizações jamais estanques ou imutáveis.

A partir disto, parece-nos importante ressaltar que o Boca de Rua, e o nome indica, é o jornal das moradoras e dos moradores de rua, feito de início a fim² – da reunião de pauta que decidirá os assuntos abordados no jornal à escrita das matérias, das entrevistas e fotos à venda

-
- 1 “O enunciado não se define, de forma alguma, por aquilo que ele designa ou significa. Eis, parece-nos, o que devemos entender: *o enunciado é a curva que une pontos singulares*, isto é, que efetua ou atualiza relações de forças, tais como existem [...] entre as letras e os dedos, segundo ordens de frequência e de vizinhança” (DELEUZE, 1988, p.86). Falando a respeito da teoria foucaultiana, Deleuze (1988), com este entendimento do enunciado, coloca-o em movimento, costurando de um ponto a outro dentro das redes de disputa e de confluência, ativo e reativo, indutor ou desviante, que torna fácil ou difícil, mais ou menos provável: móbil, o enunciado opera as relações de força, ou seja, as *relações de poder*. Ao falar das letras e dos dedos, a referência é à digitação e à distribuição das letras no teclado, que segue as *ordens de frequência e de vizinhança*.
 - 2 Há alguma edição quando questões técnicas estão envolvidas, como a diagramação e a impressão dos exemplares; aprofundaremos no capítulo seguinte.

dos exemplares nas esquinas de Porto Alegre – por elas e por eles. Talvez por isso as reportagens produzidas se dirijam sempre a temas como as violências policial, urbana, contra a mulher, do Estado (representada na deficiência ou mesmo completa ausência de programas sociais voltados a esta população); agressões extremamente próximas e incômodas aos excêntricos seres³ que habitam calçadas, praças e viadutos das grandes cidades brasileiras e, justamente por isso, assuntos de relevada importância e recorrentes na publicação.

Nas reportagens, para além de objeto de um texto, vítima de uma tragédia a ser contada, as pessoas em situação de rua são escritoras, os sujeitos criativos por trás das inscrições postas ao papel – no caso, *inscrições de si*: no Boca de Rua, a rua fala de si, ao seu modo e sobre o seu mundo. Nele, as pessoas em situação de rua – e tal nome já exprime o caráter provisório da denominação, desta em específico e que caberia a qualquer outra – veem mudar o seu *lugar de fala* – ou, melhor, veem este lugar ser respeitado⁴: de pessoas sobre as quais designações são postas a pessoas que designam algo ou alguém – no interesse particular deste trabalho, a si próprios. Assim, a quem normalmente são impostas definições, é dada a liberdade de definir a si: o Boca de Rua, que existe há 18 anos e é produzido e vendido nas ruas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, tem aí uma especificidade não encontrada em outro veículo jornalístico, em especial quando lembramos estar a população de rua em

3 A escolha do termo “excêntrico” para fazer referência às pessoas em situação de rua não é casual ou mero adorno estilístico: excêntrico pode significar tanto “fora do centro” quanto “de centro diferente” (EXCÊNTRICO, 2008, s.p.). Não estar no centro (dentro), contudo estar/ter outro (fora), dialoga com a nossa compreensão do que dizem Derrida (1995; 2008) e Deleuze e Guattari (1995a; 1995b; 2010) em seus esforços de descentramento de um Eu Uno e de combate às essencialidades e à noção de origem. O “centro” em relação ao qual as pessoas em situação de rua são ex-cêntricas, do qual elas são postas como “fora”, está baseado em uma política de exclusão que busca uma unidade específica, que parte deliberadamente a multiplicidade do ser; é uma *tomada de poder* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). Lembrá-los excêntricos, portanto, pretende ressaltar que o são somente frente aos idealismos de um Eu narcísico autocentrado, que opta por excluí-los.

4 A nossa compreensão do que é *lugar de fala* funda-se em Ribeiro (2017), para quem o conceito não trata simplesmente da visão de mundo de um sujeito ou de uma interioridade que compreende um mundo para si; trata-se antes de condições sociais prévias à experiência individualizada, fundadas em hierarquizações que silenciam determinadas vozes ao passo que permitem a outras falar livremente: “[...] entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares e grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p. 86). Assim, entendemos não ser exatamente o *lugar de fala* das pessoas em situação de rua que muda, uma vez que é exatamente a “situação de rua” que define este lugar. Contudo, no Boca de Rua altera-se a situação corriqueira na qual este local de fala é desrespeitado e silenciado, como o que acontece com frequência no jornalismo tradicional.

completo desamparo social, configurando um Outro Extremo, ser precário ao qual, porém, negamos a precariedade⁵ e que pouco ou nada ouvimos o que tem a dizer⁶.

Parece um grande poder: a liberdade de definir a si – no entanto, ainda que se assumam tal poder, o que buscamos é refletir sobre esta dita liberdade, em termos de dimensão e possibilidade. Que liberdade temos ao escrever, (re)criando mundos? Com mais ênfase, que liberdade têm estas pessoas que vivem nas ruas, ao escrever ou não; ao existir? Este olhar mais amplo sobre as possibilidades de construção de discursos nos atrai para além do Boca de Rua: a parte sempre diz algo sobre o todo e também a busca por este *algo* impulsiona a pesquisa. A liberdade criadora é sempre limitada, seja pelo meio onde são depositadas as representações, seja pelas capacidades técnicas de objetos e sujeitos, seja pelas possibilidades expressivas disponíveis em determinado léxico que nos foi ensinado e nos é acessível e que molda a nossa forma de pensar, dizer e entender o mundo; é ao encarar as limitações várias que se ergue a pergunta principal que nos motiva – e que leva invariavelmente sempre a outras, de certa forma semelhantes: **como as pessoas em situação de rua inscrevem a si na narrativa jornalística do Boca de Rua?** Ou seja: como moradoras e moradores de rua constroem, precisamente, personagens de moradoras e moradores de rua nas reportagens do jornal? O que fazem e com quem se relacionam nos textos? Quais as possibilidades de existência deste discurso (e de qualquer outro) – léxicas, sintáticas, contextuais⁷? Quais os limites desta liberdade de se autodefinir, de se afirmar quem é? Entendendo que nenhum discurso circula isolado no meio social, como se moldam estes relatos e o que os molda?

São mesmo muitas as inquietações e, em busca de algumas respostas, efetuaremos um *estudo actancial* (GREIMAS; FONTANILLE, 1993; LATOUR, 2012; LEMOS, 2013; SANTAELLA; CARDOSO, 2015): se o que buscamos é compreender os relatos autorreferenciais da população de rua em um jornal, nosso olhar deve estar focado nas ações efetuadas por elas e por eles nos textos, suas relações com os outros e com o entorno, única condição para nos aproximarmos de um “ser” que se revela invariavelmente esquivo e transitório. Isso nos afastará de percepções essencialistas, de um *sou porque disse que sou*, de uma ideia de totalidade e rigidez: as identidades são sempre móveis, inconclusas, caminhantes

5 Partindo das noções de Rosto de Emmanuel Lévinas, das quais ainda falaremos, Butler (2011) reforça que, em ordem para perceber o Outro em sua unicidade e o reconhecer em sua própria existência e diversidade, devemos aceitar sua *precariedade*; ou seja, lembrar-nos sempre que aquele Outro é um Outro Eu, carregando suas próprias questões, sofrimentos e alegrias e também relacionando-se conosco.

6 Alles (2010) alerta para o fato de pessoas em situação de rua raramente serem fontes para matérias jornalísticas, mesmo quando o tema é, exatamente, a população de rua.

7 Sabendo que é o contexto um algo sempre aberto, passível de revisão: “[...] um contexto sempre permanece aberto, portanto, falível e insuficiente” (DERRIDA, 1994, p.9).

rumo a *ser outra coisa*; e atentar às ações nos aproxima desta compreensão de mobilidade. Concordamos com Deleuze (1998): os corpos não são substantivos ou adjetivos, mas verbos; são os resultados de ações e paixões.

Além disso, a perspectiva actancial leva em conta também a ação do entorno, das coisas, daquilo que não é humano, descentrando a preponderância de um sujeito-definidor e de uma consciência⁸: o olhar é relacional e o ambiente, os lugares e artefatos não podem ser desconsiderados, uma vez que também *fazem e fazem fazer*: Olhamos ao jornal, ao papel e à tinta, mas jamais apenas a isso; e nem olhamos apenas ao sujeito que significará as coisas todas, seja a intenção primeira de quem escreveu (que também interpreta) ou a interpretação segunda de quem leu (que também intenciona). Olhamos, isso sim, ao encontro e ao que possibilita o encontro, à dança de movimentos e rastros, às relações que nascem da cabeça que pensa um texto, dos dedos que o digita ou mesmo da mão que o escreve (esta cada vez mais rara), da máquina que possibilita sua impressão, da tinta que escorre sofregamente sobre o que um dia havia sido árvore – e quantas florestas já não foram postas abaixo em nome do privilégio da expressão –, dos olhos que percorrem a linha, de outra cabeça que entende o que quer que seja, nunca o inicialmente pretendido e sempre uma surpresa, cabeça esta que se apropriará do conteúdo absorvido e produzirá discursos próprios e diversos a partir dele: algo se instaura no encontro e é este o destino de toda a existência (LATOURE, 2011). A pegada à beira-mar jamais se formaria na ausência de um pé ou de patas, contudo ela depende em mesma proporção da areia e da água que permitem ao desenho do pé se fixar ali, ainda que brevemente. “A construção de fatos [...] é um processo coletivo” (LATOURE, 2000, p.171) – e se dá no encontro efetivado, somente.⁹

Também a desconstrução de Derrida (1995; 2008) e a (des)mitologia de Barthes (2012) são inspirações que atravessam a construção de toda esta dissertação: não há clausura

8 É exatamente por considerar a ação de “objetos” que se dá preferência pelo termo *actante*. Aliás, nessa perspectiva, a própria separação entre sujeito e objeto será contestada.

9 Esta noção de encontro relaciona-se ao “acontecimento” em Deleuze (1998), para quem não se deve perguntar sobre o sentido de um acontecimento uma vez que é ele o *próprio sentido* – ora, e onde está o sentido se não no encontro, na apropriação do expresso, na materialização de potencialidades e sua efetuação em corpos? Antes, Latour (2000, p.171) afirma que “[o] movimento total [...] de uma afirmação, de um artefato, dependerá até certo ponto da ação do autor, mas em muito maior grau da ação de uma multidão sobre a qual o autor tem pouco controle” e faz uma comparação ao jogo de rúgbi: a bola passa por diversas mãos para chegar a determinado ponto, nem todas elas tentando o mesmo fim: umas as empurram para um lado, outras para outro. No entanto, a analogia perde um pouco do sentido, como o próprio autor reconhece: para funcionar, seria necessário que, a cada movimento, a própria bola (mensagem) sofresse alterações, mudando suas características. Poderíamos acrescentar que, além das mudanças sofridas pela bola, deveríamos colocar em campo bem mais que apenas dois times, além de que em uma mesma equipe os interesses poderiam se mostrar variáveis. E não haveriam, por certo, árbitros desinteressados ou público passivo.

em texto algum e algo sempre escapará¹⁰. A busca por respostas se dará a partir dos rastros do que foi, as ruínas, as inscrições que são, afinal, estabilizações de um momento, tal qual um retrato; e que atiradas ao papel são repostas em movimento – em relação – e são já uma *outra coisa*. Auxiliam-nos ainda, entre outras e outros, Butler (2011; 2015), Deleuze (1988; 1998) e Deleuze e Guattari (1995a; 1995b; 2010), na exploração dos limites representativos de nossas proposições, mesmo quando autorreferenciais; Orlandi (1992; 1999) e Latour (1994; 2000; 2011; 2012), a respeito de uma “sociologia da mobilidade” (LEMOS, 2013) que evidencia a ideia de fluxo, rede e de interconexão de discursos em constante choque/disputa ou confluência/reforço; estas vozes, entre outras que frequentam nossos cérebros e reminiscências (e aqui acrescentaria nomes de professoras, professores, amigas, amigos e colegas variados que nos inspiraram neste percurso), fundamentam os raciocínios que seguem.

Somamos a estas perspectivas a abordagem de Hall et al. (1978) a respeito das Teorias do Jornalismo. Estes pensadores apontam a predominância de determinados discursos no meio social que, em posição privilegiada, amparados pelos veículos de comunicação da indústria cultural¹¹, constroem consensos (aparentes) a respeito do que deve pautar o debate público e como este debate deve transcorrer – ou seja, que olhar deve ser dado aos acontecimentos eleitos como merecedores de atenção. São pontos dominantes em uma rede em permanente disputa, na qual as perspectivas de mundo buscam legitimação e sobrevivência; assim, qualquer outro discurso, antes de ser o que quer que pretenda inicialmente ser, deverá confrontar estes falsos consensos a respeito da realidade social para efetivar-se. Será (e é) em função destes *definidores primários* (HALL et al., 1978) – embora, e trataremos disso também, a primariedade não seja talvez o motivo maior para o ocorrido, e sim a *força* com que um discurso específico é repercutido (repetido). Diferente fosse, bastaria ao Boca de Rua chegar aos ouvidos das pessoas *primeiro*.

10 O trabalho do mitólogo é *desconstrutivo*, afinal cabe ao mito a (tentativa de) transformação da história em natureza; ele é alienante e se pretende fechado, completo em si, autoexplicativo (BARTHES, 2012).

11 Chamaremos de canais ou veículos de comunicação da indústria cultural esses meios comumente chamados de “grande mídia”, “mídia hegemônica” ou “mídia tradicional”: empresas que veem na informação (e não apenas jornalística, mas também publicitária, científica e discursos outros), antes de um fim educativo em prol do bem-estar coletivo, uma fonte de lucro; a informação como mera mercadoria. Estes “[...] proprietários de *latifúndios* midiáticos opõem-se a toda reforma social e a toda distribuição um pouco mais justa das imensas riquezas nacionais”, transformando-se em verdadeiros *aparelhos ideológicos da globalização* (RAMONET, 2012, p.62).

Como *corpus* para o estudo, foram escolhidas as matérias de capa das edições de 2017, números 62, 63, 64 e 65¹², o ano mais atual que pudemos recortar em sua totalidade para realizar a pesquisa. O objetivo foi trabalhar com “um ano inteiro” de construções narrativas (o exame das matérias foi realizado ao longo do segundo semestre de 2018). É na narrativa do jornal que procuraremos pelas *inscrições de si* desses excêntricos seres que vivem nas ruas de Porto Alegre, por meio das ações inscritas nos textos e dos temas que mais os envolvem, os cenários que habitam, com quem e com o que interagem e que também, de certo forma, falam deles – entendemos que falar do entorno, com sua ótica única, é também falar de si; isto constrói uma autorreferencialidade: ao que e como olham estas pessoas e para onde direcionam seus esforços? O que as importa e como isto é comunicado no jornal?

Convictos da relevância social do Jornal Boca de Rua, consideramos pequena a produção acadêmica a seu respeito: no banco de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que reúne a produção científica das universidades brasileiras, encontramos apenas 11 trabalhos que fazem referência ao Jornal Boca de Rua, de forma mais ou menos direta (a busca foi bastante específica, pelo termo “Jornal Boca de Rua”). Destes, apenas dois são da área da Comunicação e Informação, na qual nos inserimos. Na plataforma Lume, repositório de teses e dissertações da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), o resultado da busca pelo mesmo termo parece mais amplo: 34 estudos foram encontrados. Contudo, ao analisarmos o resultado, vemos que a maior parte destes trabalhos apenas tangenciam o tema do Jornal Boca de Rua, focando-se na temática mais ampla da população de rua, seja sob o viés da saúde, da geografia, da pedagogia ou das políticas públicas. Todos de relevada importância, é verdade, e aos quais buscamos nos somar. Entretanto, identificamos uma lacuna em nossa área de atuação que pretendemos, em parte, preencher. Sabemos aqui que não resolveremos nenhum mistério – ao menos não em definitivo, embora haja sim a esperança de que acrescentemos algo, pouco que seja, aos empenhos de compreensão do mundo que nos surge dentro e ao redor, e que é só um, ancorado na linguagem. De nossa parte, como contribuição aos esforços nunca vãos, analisaremos um discurso no qual *um fala de si* – e assim acrescentemos que, à noção de que nunca se faz o bastante, faz-se também sempre (e apenas) o possível.

12 As publicações são trimestrais.

Das pesquisas encontradas, destacamos as de Alles (2010) e de Santos (2009), esta última da área da Linguística, que estuda, junto com textos do Boca de Rua, a Revista Ocas¹³, projeto semelhante que existe em São Paulo e no Rio de Janeiro. Santos (2009) pondera a respeito de como as práticas de leitura e escrita, incentivadas nestas organizações, potencializam a reconstrução da imagem da população de rua, capacitando e amplificando suas vozes – que, destaca a autora, são diversas: há complexidade no discurso deste grupo social, construído e atravessado por múltiplas (re)leituras e (re)escritas do mundo. Santos (2009) identifica, no discurso das moradoras e moradores de rua, uma eventual reprodução do discurso da sociedade dominante, com a incorporação de estereótipos postos sobre elas e eles; e, a partir destas estabilizações estereotipadas, vê surgir um discurso de resistência e de reconstrução de si: percepção que aprofundaremos a partir do paradigma dos *definidores primários* de Hall et al. (1978).

A pesquisa de Alles (2010) é, como esta, da área da Comunicação e Informação – e é fruto do mesmo programa de pós-graduação, inclusive (o PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS). Aqui e lá, partimos de inquietação semelhante: “como os moradores de rua, ao produzirem um veículo de comunicação comunitária, representam a si mesmos e ao seu grupo social?”, indaga a autora (ALLES, 2010, p.13). Os caminhos percorridos a partir da interrogação, porém, são distintos. Alles (2010) busca identificações possíveis a partir da Teoria das Representações Sociais, fundada por Moscovici (2009), e realiza uma pesquisa participante, a autora em um duplo papel, simultaneamente participante do projeto e pesquisadora, movimento que traz uma riqueza de detalhes de extremo valor ao estudo e que nos permite levá-lo como base para questões a respeito do funcionamento interno do Boca de Rua, suas regras e metodologias de trabalho. Alles (2010) efetua, após, uma análise de conteúdo, técnica da qual buscamos escapar: tanto da análise, algo que nos remete a um objeto fixo, terminado, o qual podemos dissecar e desmontar, examinar à vontade, por partes; quanto do “conteudismo” e suas vãs tentativas de quantificar o imensurável por meio de uma linearidade a nosso ver inalcançável (e mesmo indesejável frente a complexidade, a simultaneidade e a frenética movimentação dos

13 A OCAS (Organização Civil de Ação Social), fundada em 2002, desenvolve projetos com o objetivo de ampliar a qualidade de vida de pessoas em situação de rua (OCAS, 2002). Dentre essas iniciativas, a principal é a Revista Ocas, criada também em 2002. A publicação é vendida pela população de rua que, com isso, consegue uma fonte de renda. Difere-se contudo do Jornal Boca de Rua: há uma equipe de jornalistas que produz conteúdo, cabendo a moradoras e moradores de rua, em suma, a venda dos exemplares. A OCAS é ligada à International Network of Street Papers (Rede Internacional de Publicações de Rua, INSP, na sigla em inglês), rede que reúne mais de cem publicações de rua em mais de 30 países. O Boca de Rua também é integrante desta rede, da qual voltaremos a falar no capítulo dedicado ao histórico do jornal.

acontecimentos que moldam qualquer fenômeno); parece-nos que, seguindo esta direção, construiríamos uma análise apriorística, impondo categorias cedo demais aos textos estudados. Em seu trabalho, Alles (2010) opta por abordar também, além dos relatos de si, a visão de outros sujeitos sociais sobre a população de rua e seus assuntos: por isso aparecem, em seu *corpus*, matérias que contêm entrevistas, onde outras vozes constroem a imagem das moradoras e moradores de rua; o *falar de si* surge com maior peso a partir de entrevistas realizadas pela pesquisadora com integrantes do jornal, o que foge à noção de inscrição que buscamos compreender aqui, uma que não se perca do traço em tinta posto ao mundo como lembrança do que houve e que excede as intenções de uma consciência para explicar o jornal tal ele é.

Ao trilharmos um tortuoso caminho que questiona, em seu âmago, as estabilizações identitárias, que, em nosso entendimento, limitam o movimento do ser, e a separação entre exterior e interior, fora e dentro, um e outro, sujeito e objeto, necessariamente nos distanciamos deste campo teórico – no que não há dilema algum, e é mesmo a pluralidade de visões sobre um mesmo fenômeno que nos levará a uma compreensão profunda e polissêmica a respeito dele. Divergências à parte – e louvadas sejam por nos empurrarem em direção ao múltiplo –, lembrando termos os esforços da observação participante de Alles (2010) como sólida base para a pesquisa, seguimos daí um caminho de fato oposto, cada qual se perdendo e se reencontrando em bifurcações próprias: partimos do texto, do resultado de instaurações diversas, do rastro, daquilo que nos é palpável: por isso mesmo a escolha do termo *inscrição*. Como se inscrevem no mundo as moradoras e os moradores de rua por meio das narrativas do Jornal Boca de Rua, lembrando das imposições e limites de um meio impresso; das desigualdades tantas e dos silenciamentos históricos; dos *agenciamentos maquínicos*¹⁴ (DELEUZE; GUATTARI, 1995b) que (re)modelam uma subjetividade sempre a se construir (GUATTARI, 1993). As estabilizações nos indicam intenções, mas não só isso: revelam também, ainda que de maneira escusa, os limites de qualquer definição, seja minha de mim ou de outros. Despojamos o sujeito, a consciência ou a vontade de um Eu da centralidade no discurso. Nossa atenção se voltará às ações e aos encontros estabelecidos entre actantes: vemos o Boca de Rua como processo inacabado, em constante movimento, ainda e sempre em

14 Os agenciamentos maquínicos referem-se à simbiose dos mais variados elementos que se agrupam ou se repelem na construção das materialidades, à *mistura de corpos na sociedade*: Deleuze e Guattari (1995b) falam da amálgama homem-cavalo que é renovada com o uso do estribo – uma nova relação é engendrada; não há nem só a ferramenta nem só o cavalo e nem só o homem: há a relação entre tudo e todos no encontro efetivado.

construção. Ao estudarmos seus rastros, sabemos tratar de um algo fugidio, insistente em o tempo todo vir a ser algo além daquilo que há nem um segundo o dizemos ser. Agarramo-nos, entretanto, em resistência à frustração da definição impossível, à esperança de que este esforço, em suas particularidades de um texto dito científico e acadêmico, surja como expansão da narrativa do jornal, levando-o a outros lugares ao ser encarado sob novas perspectivas.

Além de Alles (2010), o outro estudo da área da Comunicação e da Informação é de Anselmo (2009), cujo foco é dado a uma subseção do jornal (o Boquinha), na qual crianças e adolescentes que vivem nas ruas escrevem a partir de atividades lúdicas de desenvolvimento criativo. Tal subseção não foi considerada em nosso estudo, por possuir especificidades muito próprias. Também o trabalho de Santos (2013), da área das Letras e que faz uma reflexão discursiva crítica sobre a narrativa do Boca de Rua, vendo o jornal como um *espaço de possibilidades* para pessoas em situação de rua, auxiliou-nos no desenrolar da pesquisa. Isto é a ciência, afinal, a soma de esforços para entender a complexidade dos fenômenos que nos rodeiam, e partimos sempre de rastros já deixados por alguém.

Recordando, então, de forma direta e sob o risco de soarmos repetitivos: o objetivo geral deste estudo é compreender como são construídas as *inscrições de si* de pessoas em situação de rua na narrativa do Boca de Rua. Para tanto, formulamos os seguintes objetivos específicos: a) contextualizar o Jornal Boca de Rua, o seu histórico, o formato, a periodicidade, a tiragem, suas intenções declaradas; b) identificar as estratégias de comunicação utilizadas pela publicação, ou seja: a linguagem que usa, as imagens, as táticas lançadas para passar a mensagem de determinada forma (como a escolha pelo discurso jornalístico); c) estudar como agem moradoras e moradores de rua nos textos do periódico – o que fazem, o que dizem, que lugares frequentam, com quem e com o que se relacionam; d) identificar como age o entorno, outros actantes: o que significam a cidade, os lugares, as outras pessoas na relação com a população de rua; e) analisar os temas e acontecimentos narrados no jornal, as histórias eleitas para serem contadas, os mitos que escorrem por palavras e letras e pontuações e espaços em branco: o que é digno de memória, afinal? O que move a população de rua a ponto de sentir necessidade de um jornal próprio para falar de si?

Encontrar algumas destas respostas – todas seria inviável quando as perguntas se renovam sempre frente a fenômenos incansavelmente mutáveis – parece-nos uma empreitada digna: as justificativas para o desenvolvimento da pesquisa, a nossos olhos, são muitas. De

início, julgamos pertinente destacar um interesse pessoal do pesquisador com temas voltados à população de rua, estes excêntricos seres que cruzam nossos caminhos sem que nos percebamos sempre da absoluta degradação social a que suas vidas são impostas, símbolos máximos da limitação e da incapacidade do nosso sistema econômico de organização e regulação da vida social. Entender como elas e eles, as pessoas que sofrem o cotidiano da falência do sistema capitalista neoliberal globalizado¹⁵, constroem-se enquanto personagens que habitam este mesmo mundo, o nosso, é valorizar estas existências.

Seria impossível, no atual contexto político, descolar-nos da realidade social enfrentada no Brasil em especial a partir de 2016, quando foi perpetrado mais um golpe à democracia nacional com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Dali em diante, fortaleceu-se o projeto neoliberal de desmonte dos serviços públicos e de entrega das riquezas naturais do país. Dois anos adiante, as eleições de 2018 lançaram ao poder uma representação política violenta e desumanizada, auge descontrolado deste descaminho escolhido – e em qual não ousamos ainda colocar ponto final na trajetória autoritária, embora desejosos de tal: por vezes, não importa o quão longe se olhe, não se vê sol no horizonte. As vidas mais afetadas por este projeto eleito, não nos restam dúvidas, são as destas pessoas que já vivem em aspreza, e devemos aqui tomar o lugar de privilégio a nós tão facilmente dado para reduzir as desigualdades impostas, de cunho racial, de gênero e de classe. Em um país fundado sobre os esqueletos da escravidão, do patriarcado e do colonialismo (SILVA, 2018; FEDERICI, 2017; SOUZA, 2017), não reconhecer a necessidade de reparações históricas faria deste um texto ficcional e absolutamente ineficaz.

De certa forma, queremos fazer repercutir o discurso da população de rua, reconstruindo-o e aprofundando-o dentro das especificidades do texto científico, com o intuito de sensibilizar a comunidade acadêmica e, em específico, os envolvidos no ensino e no estudo das narrativas jornalísticas a respeito das vozes marginalizadas, tão frequentemente silenciadas nos canais de comunicação da indústria cultural. Focar a nossa energia produtiva nos discursos contrassistêmicos é entendê-los melhor e, esperamos, fortalecê-los e expandi-los. Há também o intuito de integrar esta visão alternativa sobre a cidade, sobre as coisas e sobre si, a partir do olhar da população de rua, à pesquisa “Porto Alegre Imaginada: as

15 Quase um bilhão de pessoas passa fome hoje no mundo: “E o mundo não está nem perto de superar essas desigualdades: no período entre 1980 e 2002, portanto durante a fase de expansão neoliberal do capitalismo, sobretudo a desigualdade entre os países atingiu um novo ápice, reconhecido pelo próprio Banco Mundial” (FATHEUER et al., 2016, p.45).

representações dos cidadãos sobre a cidade”, que se propõe a compreender e a (re)construir a percepção que cidadãos tem a respeito da cidade, de si e dos outros (estrangeiros)¹⁶.

Buscamos entender essa maldição (mal-dita) que impõe que, mesmo ao falar de mim, jamais expresse exatamente o desejado. É como se ao representar – falar, escrever, me expressar – falássemos sempre demais sem, contudo, nunca dizer o suficiente (DERRIDA, 1995). Seria isso porque a inscrição é instaurada, surge somente ao ser dita ou escrita ou pintada, e é sempre outra coisa além da coisa representada, jamais originária? Neste fluxo, portanto, queremos percorrer as redes nas quais cabe a nós definir algo dizendo sempre *de outra forma* ou ao menos ressaltando esta possibilidade de se dizer tudo de um outro jeito: livrar as pessoas em situação de rua da alcunha de *morador de rua* ou *invisível* ou *vagabundo* ou qual seja a nomenclatura que lhes pese, já que extremamente visíveis e caracterizáveis de diversas outras maneiras. Lembrá-los por tudo o mais que podem ser e são de fato e o fazer por meio da escuta, da leitura e da valorização das suas próprias vozes. Dentro de todas as limitações – culturais, antropológicas, históricas, econômicas, linguísticas, materiais, físicas, filosóficas, institucionais, pessoais, as limitações que forem –, queremos entender a profundidade deste *falar de si*, de enfrentar e quebrar correntes, a fins de autonomia, soberania e libertação – as possíveis, somente, que liberdade plena, sabemos, jamais houve ou haverá; somos sempre e somente junto ao Outro, que jamais deixará de nos exigir *infinita responsabilidade* (LÉVINAS, 1997a).

16 Desde 2015, então como bolsista de Iniciação Científica da graduação, que o autor integra este projeto de pesquisa.

2 SOBRE O JORNAL BOCA DE RUA

Começamos, antes de um mergulho teórico, por uma contextualização a respeito do nosso objeto de estudo: afinal, houve sempre o objeto, antes de qualquer pretensão científica que agora colocamos sobre ele. O Jornal Boca de Rua existe há 18 anos e é produzido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, sob a coordenação da Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação)¹⁷. No periódico, que é impresso trimestralmente e tem tiragem de oito mil exemplares¹⁸, moradoras e moradores de rua são responsáveis por todas as etapas do fazer jornalístico, à exceção da impressão, diagramação e edição, partes técnicas da fase de produção que exigem um conhecimento específico como o uso de impressoras e *softwares* de edição gráfica. Existe a intenção por parte da coordenação do projeto de integrar a equipe do jornal também nestas tarefas; contudo, por ora, tal medida segue no campo dos desejos não satisfeitos. A edição textual, aliás, ocorre apenas por motivo de espaço, a limitação inescapável em se tratando de um meio impresso – o surgimento do blog do Jornal Boca de Rua¹⁹, em 2015, foi uma tentativa de criar uma plataforma que abarcasse toda a produção jornalística do grupo, livre de cortes. Da definição de pautas à apuração das reportagens, dos debates como que em uma redação de jornal às fotografias, da escrita dos textos à venda dos exemplares em sinaleiras e nas calçadas de Porto Alegre, quase tudo depende das pessoas em situação de rua envolvidas no projeto – que são em torno de 30, embora o número varie ao longo da história. Nas edições escolhidas para aprofundamento nessa dissertação, foram cerca de 60 as pessoas envolvidas de alguma forma na produção de cada número.

Lema de empresas capitalistas modernas, que o utilizam sob um pretexto de “colaboração” e de enfrentamento a hierarquias para que possam, na verdade, seguir e ampliar a exploração da mão de obra de suas trabalhadoras e de seus trabalhadores, talvez caiba ao Boca de Rua a definição de uma organização *horizontal* – contudo, não na lógica capitalista

17 A Alice é uma organização sem fins lucrativos e surgiu em 1999. Atua principalmente no estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre e Região Metropolitana e em Bagé. O intuito é, segundo seu site, *revelar o que a sociedade não vê*, além de defender o direito de todos à comunicação, à cultura, à arte e à *convivência harmônica em uma sociedade sustentável* (ALICE, 1999).

18 Até 2007, a tiragem era de 10 mil exemplares; após esse ano, foi reduzida a 8 mil: o motivo foi que a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, ligada à RBS, filial da Rede Globo no Rio Grande do Sul e que coopera na impressão do Boca de Rua – o jornal é normalmente impresso nas prensas do jornal O Pioneiro, de Caxias do Sul, que pertence à RBS – resolveu reduzir os números após reclamações de que pessoas não vinculadas ao projeto estavam vendendo exemplares nas ruas, punindo assim toda a organização. A relação com a fundação da RBS, canal que veicula muitas das informações depois contestadas pela população de rua em seus relatos, é *conflituosa* (ALLES, 2010).

19 Endereço eletrônico do blog: <https://jornalbocaderua.wordpress.com>.

de expansão da servidão e da exploração, claro, mas na pretensa não-hierarquização das ações dos indivíduos nos processos de trabalho: a definição das pautas é feita por votação; todas e todos podem sugerir temas e os três mais votados serão produzidos no número seguinte. As e os integrantes se dividem entre as pautas de acordo com a afinidade com os assuntos escolhidos ou com colegas. Uma voluntária ou voluntário acompanha cada grupo, para auxiliar na marcação de entrevistas e dar algum suporte técnico, como o empréstimo de celulares para telefonemas ou para o registro de fotografias. Mesmo a escrita das matérias acontece de maneira coletiva e *horizontal*: após a apuração, em uma reunião, elencam-se os principais pontos levantados nas entrevistas e pesquisas enquanto alguém os anota, esboçando um texto – mais tarde, a pessoa que fez as anotações compilará todos os pontos, criando uma narrativa conectada e concisa. É comum que as mesmas pessoas se responsabilizem sempre por essas transcrições, por demonstrarem facilidade maior com a prática da escrita. Em alguns casos, membros da Alice fazem provocações nas reuniões para que pontos importantes a respeito de determinada pauta não fiquem de fora do relato e, nas vezes em que ninguém se oferece para a função, elas mesmas, da Alice, se responsabilizam pelas anotações (ALLES, 2010) – mostrando, nisso, também uma prática de formação socioeducativa e política, no debate e definição do que seriam *pontos importantes* sobre determinado assunto.

Como dito anteriormente, o trabalho de Alles (2010) traz um estudo detalhado do funcionamento interno do Boca de Rua e foi de grande valia a esta pesquisa, abordando com riqueza de detalhes o cotidiano de produção que explicita as tensões que o fazem ser da maneira que é. As reuniões da equipe são semanais e nelas, além do debate jornalístico em si, conversa-se abertamente a respeito de questões de convivência do grupo (existe uma série de regras a serem seguidas cujo desrespeito pode acarretar em exclusão: entre elas, não roubar pertences dos colegas, não dormir nas reuniões, não vender os jornais sob o efeito de drogas, etc. São, ao todo, 12 “nãos”²⁰). As violações às regras da coletividade são raras: “Ao longo da história do Boca de Rua, seis indivíduos foram expulsos do grupo, por agressão a um companheiro ou por depredação do espaço de reuniões. Este desligamento é definitivo, sem

20 As regras, criadas em conjunto e ao longo do tempo, quando se percebia que determinadas condutas prejudicavam o andamento da publicação, são passíveis de revisão e mudança. A fiscalização é também coletiva. As regras são, segundo Alles (2010): a) não roubar os pertences dos companheiros do grupo ou algo do local de reuniões; b) não desrespeitar qualquer integrante ou coordenador; c) não chegar sob efeito de drogas ou álcool à reunião; d) não agredir fisicamente os companheiros; e) não utilizar qualquer entorpecente durante a reunião; f) não comer durante a reunião; g) não dormir durante a reunião; h) não vender o jornal sob efeito de drogas; i) não repassar o jornal para pessoas que não fazem parte do grupo; j) não vender o jornal sem todas as partes que o compõe; l) não vender o jornal sem portar o crachá que identifica o projeto; m) não pedir dinheiro utilizando o jornal ou o crachá.

que exista a possibilidade de retorno” (ALLES, 2010, p.33). Nas reuniões, monta-se também uma agenda para o grupo, com a determinação de responsáveis para cada compromisso, já que o jornal com frequência é convidado a participar de entrevistas em programas de rádio e televisão, em palestras em universidades e outra série de atividades.

O intuito em não alargar demais o número de moradoras e moradores de rua envolvidos no jornal, o que exigiria um número maior de apoiadoras e apoiadores que participassem do projeto, vem também de uma questão econômica: o dinheiro da venda dos exemplares (atualmente, dois reais) é destinado à própria vendedora ou vendedor e cada uma recebe uma cota semanal de exemplares do jornal para comercializar – entre 25 e 40 exemplares, aproximadamente, a variar conforme o número de integrantes envolvidos naquele determinado momento com a organização. Assim, o Boca de Rua efetiva-se como uma prática transformadora tanto no campo simbólico, ao enfrentar representações sociais sobre a população de rua já instituídas e bastante estáticas, como no campo socioeconômico, ao possibilitar uma complementação de renda e trabalho a seus integrantes. Para se tornar um membro efetivo, é necessário acompanhar três reuniões sem receber jornais, como que para mostrar um real interesse no projeto; a partir da quarta reunião, recebe-se um crachá do jornal e a cota semanal de exemplares.

Foram impressos, desde dezembro de 2000 e até dezembro de 2018, momento de finalização de escrita deste texto, 69 números do jornal. No âmbito online, a existência do Boca de Rua é muito mais recente. O blog foi inaugurado em outubro de 2015, utilizando a plataforma WordPress; e desde 3 de janeiro de 2017, foi criada uma comunidade na rede social Facebook para difundir materiais relevantes aos seus interesses. Ali, o próprio jornal ganha uma nova existência ao ser (re)significado, ele também atuando junto ao leitor em um processo de maior interação e co-construção – que existem já, sob outros aspectos, também no papel impresso – ora: nós, acostumados a entender a limitação como uma fragilidade, como se de tudo fôssemos capazes livre delas (e como se houvesse modo de não as ter), não vemos que é exatamente a limitação do papel o seu ponto forte: nele não há imagens que piscam luzes e nem *links* que nos levam a outras partes; o movimento é apenas aquele imposto à criatividade pelo fluxo de leitura, desafiando-nos a construir os mundos postos à disposição pelas manchas de tinta sob a superfície do carbono, que de fato ainda é capaz de uma vitória sobre o silício; não há fuga que não o pensamento, e por ele vamos. Assim, materializado, o

jornal das moradoras e dos moradores de rua ganha – precisamente – as ruas, paradoxalmente suas desde o início.

2.1 Uma articulação internacional dos jornais de rua

O Boca de Rua faz parte de uma associação internacional de *street papers* (jornais de rua), a INSP (Rede Internacional de Jornais de Rua, sigla em inglês, livre tradução). No Brasil, existem apenas outros dois impressos que participam desta rede: a Revista Ocas, sobre a qual falamos na introdução; e o jornal Aurora da Rua, de Salvador²¹. Ambos possuem uma equipe de jornalistas para produzir o material a respeito do cotidiano da população de rua, o que dá ao Jornal Boca de Rua uma unicidade interessante: apesar de os outros meios trabalharem com oficinas de textos e fotografias, apenas no jornal de Porto Alegre a “redação” é composta essencialmente por quem vive nas ruas – ou viveu, já que se estima que mais da metade das pessoas que passaram pelo Boca de Rua abandonaram a *situação de rua* – falaremos disso um pouco mais adiante no texto. Em 2010, foi criada a Rede Brasil de Publicações de Rua, que, além das três publicações já citadas, também inclui o jornal O Trecheiro, de São Paulo. Contudo, pouco foi encontrado a respeito desta articulação nacional.

Ainda a respeito da INSP, a rede mundial de jornais de rua foi fundada em 1994. O primeiro impresso nesses moldes surgiu em 1989, em Nova Iorque, mas foi o Big Issue, jornal britânico lançado em 1991, que pavimentou o caminho para este tipo de publicação (INSP, 2018a). Em 2005, a INSP se oficializou como uma instituição com fins sociais sediada na Escócia, momento em que passou a de fato crescer e se tornar globalmente significativa. Ao falar de si, em seu site, a instituição se diz “[...] comprometida com o combate à desigualdade e à exclusão social” (INSP, 2018a). Em relatório anual relativo a 2017, aparecem alguns números: são mais de 100 jornais que participam da rede, em 34 países; cerca de 20 milhões de jornais de rua foram vendidos naquele ano e 21 mil vendedoras e vendedores conseguiram complementar suas rendas comercializando exemplares nas ruas do mundo (INSP, 2018b). Entre os serviços oferecidos pela INSP estão auxílio em estratégias de venda e serviços de tradução (há, no site, um texto do Jornal Boca de Rua em inglês – exatamente a matéria principal da edição 62, sobre Rita, a qual aprofundaremos no capítulo 5).

21 Lançada em 2007, esta publicação é a primeira a levar o conceito dos *street papers* ao Nordeste brasileiro. O nome revela uma de suas intenções: não mostrar somente as mazelas da rua, o sofrimento e a violência, mas mostrar também a aurora que nasce nas calçadas e viadutos, as pessoas criativas e capazes que habitam as ruas de Salvador.

2.2 *Discurso alternativo, meio tradicional*

Mas voltemos ao que aqui mais nos importa, que é o Jornal Boca de Rua: e vamos do começo. O projeto surgiu em meio ao contexto de “um outro mundo possível”²² que pulsava com a preparação para o primeiro Fórum Social Mundial, que ocorreria em Porto Alegre em janeiro de 2001. Ainda no ano anterior, 2000, a equipe da Alice procurou um grupo de moradores de rua que frequentava a Praça Dom Sebastião, ao lado do Colégio Rosário, no limite entre o centro de Porto Alegre e os bairros Independência e Bom Fim, e revelou a eles a intenção de construir um meio de comunicação que abrisse espaço para a voz de quem mora nas ruas, que contasse as suas histórias a partir de sua própria ótica. Com alguma estranheza inicial e somente após mais encontros e conversas, a primeira edição do jornal nasceu em dezembro de 2000 e foi, em suma, uma transcrição de relatos orais daquele pequeno grupo de moradores de rua – era ainda pouca a compreensão a respeito das possibilidades de um jornal e da criação de narrativas sobre si. Por isso que no começo, as pessoas em situação de rua ainda desacostumadas ao trabalho de escrita e coleta de informações e sem acreditar tanto nas potencialidades da própria expressão, havia maior edição por parte de membros e voluntárias e voluntários da Alice nos conteúdos criados. Foi no decorrer dos anos, com o aprendizado prático, que as técnicas foram sendo dominadas e, mais que isso, passou-se a ter na equipe do jornal a compreensão da importância de contra-argumentar discursos prévios a respeito deles, para dar outra significação ao “morar na rua”: aí que de fato quem habita as calçadas, praças e viadutos da cidade assumiu seu papel de jornalista, ao perceberem a disputa simbólica por trás de cada texto e tomarem consciência de que podiam, elas e eles, falar de si – dentro de uma rede discursiva que falava já delas e deles. A narrativa, performática e reconstrutora do *self* (BARTHES, 1976; BARBOSA, 2003), modifica também o olhar que a própria população de rua tem sobre quem vive na rua: relatar a si altera a compreensão de si.

Conforme o projeto avançava, mais pessoas se interessavam por ele, e se reunir em uma praça, como era feito inicialmente, passou a ser difícil, fosse pelas intempéries climáticas fosse pelas distrações do entorno. Procurou-se, desde então, um local fechado para as reuniões e eis que a peregrinação do Boca de Rua começou: da Praça Dom Sebastião para a Redenção

22 “Um outro mundo é possível” era o lema do evento que reuniu organizações e movimentos sociais de diversas partes do planeta para pensar – e pôr em prática, como podemos ver no exemplo do Jornal Boca de Rua – um futuro com maior igualdade socioeconômica e questionar o capitalismo e suas práticas neoliberais que aprofundam a desigualdade entre grupos sociais e países.

(próximo ao Auditório Araújo Vianna); depois a mudança foi para uma antessala do restaurante Bandeirão Popular Gaúcho (na avenida Érico Veríssimo, bairro Menino Deus), e conseguiu-se enfim um teto; quando a sala que ocupavam virou depósito para a Campanha do Agasalho, foram parar no canteiro em frente ao Bandeirão, na própria avenida Érico Veríssimo, de volta à rua; dali a migração foi para o Restaurante Popular, na Rua Conceição, centro da cidade, mas após desentendimentos e acusações de roubo o lugar teve que ser abandonado; passou-se ainda pela sede do Gapa-RS (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids); depois por uma sala no Mercado Público; houve ainda uma breve passagem pela Casa de Cultura Mário Quintana, onde integrantes sofreram agressões racistas²³; por último, abriu-se um espaço para os encontros do Boca de Rua na EPA (Escola Porto Alegre), instituição voltada ao ensino de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Muitas idas e vindas, a presença da população de rua tida por inconveniente em alguns espaços, como o Restaurante Popular, que achava que moradoras e moradores de rua espantavam a clientela, e a Casa de Cultura Mário Quintana; e sendo bem-vinda em outros, como na sede do Gapa-RS e na EPA. A relação com a cidade e seus variados espaços é mesmo intensa, nas páginas impressas ou nos bastidores da produção.

Em suas capas, é possível identificar a predominância dos temas da violência, do preconceito e do descaso. Para comprovar isso, recorreremos a um pouco do “conteudismo” antes criticado, a fins de exemplificação: uma seção do blog do jornal destaca 15 capas históricas do Boca de Rua (em celebração a seus 15 anos de existência, completados ao apagar das luzes de 2015, junto com o lançamento da plataforma online). Aparece a capa da primeira edição, com a manchete “Vozes de uma gente invisível”; de resto, os temas que surgem são (colocamos entre parênteses e aspas as manchetes de cada capa): a dificuldade de enfrentar o frio do inverno gaúcho (“O inverno é o inferno”); a fome (“Você não sabe o que é fome”); desigualdade e direito à cidade (“Cidade partida”; “Direito de ter direitos”; “Povo da rua pede passagem”); violência – embora em alguma instância todos os relatos versem sobre violência (“Feijão com arroz e cacos de vidro”; “FACES da noite”); religião (“Você acredita na cura pela fé?”); inclusão social (“Em busca da liberdade”; “Fábrica de fantasia dá trabalho o ano inteiro”; “Moradores de rua são seres ecológicos”); e descaso do poder público (“Um dia a casa cai”; “A verdade nua e crua dos albergues e abrigos”). Esses temas – violência, preconceito e descaso – são também predominantes nas matérias estudadas por nós, o que

23 A edição de número 55, de 2015, relata o caso.

indica que, apesar de relativamente aleatório, o nosso recorte é representativo do todo do material produzido pelo jornal.

Na definição a respeito de si em seu blog, o Boca de Rua mostra que não produz discursos *sobre* o Outro²⁴; ele *é* o discurso do Outro (ou, melhor, um dos discursos dos Outros²⁵): “A gente vive o que diz. Sente que o diz. É um jornal vivido” (BOCA DE RUA, 2015). Ignoremos, por esta ocasião, as problemáticas que surgem relativas à prática jornalística, se seus relatos seguem os ilusórios *critérios de objetividade*, a pirâmide invertida ou a imparcialidade: importa-nos mais entender os conteúdos que compõe este discurso e suas formas de apresentação para além da quantificação e da categorização; queremos entender não só o que está ali, dado (embora partamos disso), mas por quais percursos correram os enunciados e as intenções: o que os possibilitou e o que possibilitam, os choques das relações de força postas em movimento pela e na narrativa do jornal. Há uma opção pelo uso do discurso jornalístico, o que não é mero acaso: usa-se as premissas do meio *jornal*, pressupõe-se verdade no que está escrito; o código utilizado é o do jornalismo. Descansa aí, talvez, a arma mais potente do Boca de Rua em sua intenção de gritar contra quem agride – simbólica e fisicamente – a população de rua: confundem-se, em seu texto, as funções de autor, narrador e personagem, e daí nasce uma poderosa *força de real* nos relatos: é mesmo um jornal vivido. Além disso, na capa de cada exemplar, a vendedora ou vendedor escreve à caneta o seu nome, aprofundando ainda mais a relação, brutalmente próxima e tantas vezes silenciada, com o futuro leitor – que é, muitas vezes, uma relação de medo: não é incomum, quando a sinaleira fecha, as janelas dos carros fecharem também quando há moradoras e moradores de rua por perto, vendendo ou não o Boca de Rua, e para perceber isto basta a observação cotidiana das esquinas da cidade.

Em termos práticos, o formato é de um jornal tabloide com 16 páginas, em média três delas dedicadas ao Boquinha²⁶ e, graficamente, o Boca de Rua em muito se assemelha a qualquer outro jornal que circula pelas cidades do mundo na forma impressa, o que pouco se alterou no último século: manchetes, blocos de texto, fotografias com legendas. Não há aí revolução alguma e poderíamos mesmo concordar com Maiakóvski, poeta russo famoso pela máxima “*sem forma revolucionária não há arte revolucionária*”. Porém – e há sempre um

24 Lembrando que tomamos por Outro este “Outro Extremo”, os *consumidores falhos* de Bauman (1998); os seres aos quais não reconhecemos a precariedade (LÉVINAS, 1997a; 1997b; BUTLER, 2011).

25 Ao preocupar-nos com o tema da alteridade, é importante que sublinhemos a singularidade das pessoas e, para tanto, reconhecer que o discurso do Boca de Rua pode não significar o discurso de todas moradoras e moradores de rua, ainda que representativamente relevante.

26 O suplemento “Boquinha” surgiu em 2003.

porém, quando não mais –, ao eleger o discurso do jornalismo como o seu, vestir-se de verdadeiro e se fantasiar de um jornal tradicional, e fazê-lo para fortalecer e fazer circular vozes tão frequentemente silenciadas nos jornais e nas rádios e nas televisões e mesmo na internet, que iludiu a nós todos com a promessa de um local polifônico e de coexistência das diversidades²⁷, o Boca de Rua postula às moradoras e aos moradores de rua a posição de sujeitos trabalhadores, capazes e criativos, que sofrem e que se divertem, que são agredidos e que se organizam e lutam por seus direitos, enfrentando os persistentes estigmas que os perseguem – *Vagabundos!* – *Bêbados!* – *Craqueiros!* – *Sujos!* – *Esfarrapados!* – *Ignorantes!* – *Preguiçosos!* – *Malucos!* Revela-se, assim, a multiplicidade destas pessoas, que não precisam ou sequer têm a intenção de se encaixar em moldes construídos e naturalizados²⁸; esse grito da rua, vibrante nas páginas impressas do Jornal Boca de Rua, é tremendo, importante por expor a esta burguesia a sua própria cegueira de uma forma que entendem, num meio que é seu, o jornal impresso: acusa-se moradores de rua de serem invisíveis, contudo há aí uma inversão, e ao cego tudo é invisível.

Assim que uma questão parece retornar: *pode o subalterno falar?* A pergunta é de Spivak (2010). Ora, pode, ou mesmo deve: ele fala o tempo todo – e sua fala é política, imediata, de ação: “[...] a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação; e a linguagem do opressor, a eternização” (BARTHES, 2012, p.241). A pergunta talvez deva ser colocada de outra maneira, se percebemos que a ausência da fala do Outro é menos uma questão sua, uma vez que fala e age e busca a transformação, que uma questão de estruturas de dominância dos espaços de fala: *pode o subalterno ser ouvido?*, perguntaríamos. É nesse sentido que Spivak (2010) ressalta a importância de fortalecer os espaços de fala dos sujeitos subalternos, mais do que somente traduzi-los ou falar em seu lugar; tornar possível que falem

27 A briga em um lugar onde todos falam não se dá pelo direito a se expressar, mas sim pelo de ser ouvido. Nisso, pouca coisa mudou: entre os dez sites mais populares no Brasil no ano de 2017, figuram, junto aos gigantes Google, Yahoo, Facebook e YouTube, os sites da Globo e do Uol, plataforma digital do jornal Folha de S.Paulo. A lista é feita pela Alexa, ferramenta de análise da internet da Amazon, e mostra os 50 sites mais acessados por brasileiras e brasileiros (AGRELA, 2017). Em recente pesquisa, o coletivo Intervozes (2018, p.162, grifo nosso) denunciou o “[...] o caráter contraditório da Internet, que abre possibilidades da presença de novos atores por meio de sites, blogs e perfis mas, ao mesmo tempo, potencializa o controle por meio de dinâmicas gerais de sistemas (como a concentração empresarial e a centralização geográfica) e das lógicas específicas do segmento de Tecnologias da Informação e da Comunicação (como o efeito de rede, o diferencial tecnológico e a base em dados). *Enquanto há mais vozes na esfera da produção, a concentração é cada vez maior na esfera da circulação*, com plataformas e toda forma de intermediários modulando e estabelecendo limites, regras e padrões de controle ao manancial de informação criado”.

28 A burguesia, mitóloga cínica, elimina sua denominação, esvazia o nome: naturaliza sua posição no mundo: “[no mito] as coisas perdem a lembrança de sua produção” (BARTHES, 2012, p.234).

a “sua língua”, ainda que *pobre* ou *monótona* ou *urgente*²⁹, diminuindo as negociações, concessões e traduções para uma “língua aceita”, ou seja, aos modos de falar e de agir dominantes. Uma classe que se conscientiza de sua condição; rebela-se e grita – e o faz usando os mesmos meios que a rebaixa, apresentando resultados concretos: ao todo, 135 pessoas em situação de rua já passaram pelo jornal e cerca de 70 deixaram a condição de morador de rua, capacitando-se e encontrando algum abrigo ou residência (BOCA DE RUA, 2013). Tal possibilidade de *re-singularização*, oferecida pela constituição de *complexos de subjetivação* e de *novas matérias de expressão* (GUATTARI, 1993)³⁰... ora, não estaria aí alguma revolução?

29 “Ora, a fala do oprimido só pode ser pobre, monótona, imediata; o seu despojamento é a exata medida da sua linguagem; ele só possui uma linguagem, sempre a mesma, a dos atos; a metalinguagem é um luxo que ela não pode alcançar” (BARTHES, 2012, p.240).

30 “[I]ndivíduos-grupo-máquina-trocas múltiplas, que oferecem à pessoa possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se re-singularizar” (GUATTARI, 1993, p.17).

3 A VIOLÊNCIA DA DEFINIÇÃO: MULTIPLICIDADES SILENCIADAS

Sabendo um pouco mais a respeito da história e das intenções do Jornal Boca de Rua, partimos agora para um aprofundamento teórico. O que buscamos é entender como se dão as inscrições de si da população de rua nos textos escritos exatamente por elas e por eles. Que memórias se prolongam nas páginas do Boca de Rua? Que inscrições são dignas de serem postas ao papel e efetuam-se como rastros de algo a ser lembrado? Afinal, que liberdade temos para falar, ainda que de nós mesmos? Para responder estas intrincadas perguntas, sabemos entrar em terreno perigoso – porém, da mesma forma, fértil. Será mesmo uma aventura: ora, jamais nos pareceu fácil responder qualquer coisa sobre a nossa relação com o mundo e com os outros, embora sejam elas mesmas, as relações, que nos permitam compreender qualquer coisa sobre o mundo e sobre os outros e sobre nós próprios.

Primeiro, veremos que as próprias condições a respeito do *que* e de *como* podemos falar nos são anteriores, a regra – seja a da linguagem ensinada, seja dos meios disponíveis e da minha habilidade em manuseá-los, seja de protocolos sociais – já está posta, sem consulta prévia (embora mutável, frise-se): buscaremos compreender os limites impostos ao “falar de si” e a liberdade contida com que posso me inventar e me inscrever no mundo, partindo em especial de Butler (2015) e de Deleuze (1998). Assim que, segundo, algo sobre mim já foi sempre falado, e não partimos do zero: embarcamos na locomotiva em movimento, frenética, buzinando e soltando fumaça em eterna partida: adentramos uma rede discursiva que nos antecede e ultrapassa na qual resta reagir a tentativas de estabilizações identitárias já antes arremessadas sobre nós. Ajudam-nos, nesse trecho, Hall et al. (1978), com a noção de *definidores primários*, Orlandi (1992; 1999), Jovchelovitch (2008) e Latour (1994; 2000; 2011; 2012), entre outras e outros. A partir daí, o percurso teórico nos guiará exatamente pela mutação possível, aquilo que poderia ter sido e não foi, ao menos não ainda: há sempre abertura para algo mais, para a diferenciação, para o movimento; portanto, as multiplicidades silenciadas com a violência de uma definição reagem, escapando por infinitas *linhas de fuga rizomáticas* (DELEUZE; GUATARRI, 1995a), impondo-nos, por fim, uma ética da mobilidade e da alteridade – sobre a qual nos embasamos a partir dos escritos de Lévinas (1997a; 1997b), de Butler (2011), uma vez mais, e de Derrida (1994; 1995; 2008).

Contudo, vamos por partes – e com a devida calma:

3.1 O falar de si em uma rede discursiva desde sempre iniciada

De início, pensa-se ser sempre uma questão de escolha individual – e de certo modo é: dizer de um jeito é não dizer de nenhum outro e apenas eu controlo o que é pronunciado por minha boca ou escrito por minha mão ou digitado por meus dedos. Entretanto, isso pode levar a alguns equívocos, como a crença de que o dito e o entendido serão o mesmo, fenômeno único, acreditando-se ter controle da totalidade do processo comunicacional. O Eu, contudo, “[...] não é primeiro e suficiente na ordem da fala senão na medida em que envolve significações que devem ser desenvolvidas por si mesmas na ordem da língua” (DELEUZE, 1998, p.19): o sujeito cognoscente não é central no jogo das significações³¹. Outro desentendimento reside na crença de que as escolhas, uma vez que feitas por nós, não são afetadas por uma série de relações, o que as impede de serem livres, e de que todo o silenciamento e o não-dito³² gerados por estas escolhas estão automaticamente excluídos de qualquer análise, imperceptíveis. Não notaríamos, assim fosse, que a palavra eleita a ser escrita ou dita ou gritada é resultado de disputas por poder, choques que moldam nossa escolha e nos fazem optar por este signo no lugar daquele ou definir aquele assunto como o mais urgente para o momento. Passar-nos-ia despercebida a chance de qualquer coisa ser algo diferente do que da maneira como nos é oferecida.

Postas intencionalmente sobre um jornal ou transmitidas por uma televisão ou por um rádio ou pelas ondas de *wifi*, as representações serão tomadas pelo consumidor, num constante roubo de símbolos: concordamos de início que os leitores significam o que leem e o jornal significa o significado que recebe. Assim, a linearidade espaço-temporal (a tradicional compreensão sequencial de *produção – transmissão – consumo*) e qualquer pretensa centralidade do sujeito criador se veem invadidas frente a ampla gama de possibilidades de significações a ser recebida por uma mesma mensagem, variando de acordo com as possibilidades de apreensão, físicas ou cognitivas, como a ausência da luz ou da visão, problemas no momento da impressão do produto ou a bagagem cultural do receptor, que pode se deparar com um assunto sobre o qual nunca fora antes informado ou mesmo não compreender o idioma em que a mensagem está codificada. No entanto, há também o dito, o

31 Também Guattari (1993, p.35) nos afirmará semelhante: “O sujeito, tradicionalmente, foi concebido como essência última da individuação, como pura apreensão pré-reflexiva, vazia, do mundo, como foco da sensibilidade, da expressividade, unificador dos estados de consciência”. O autor propõe, então, o descentramento da questão do sujeito para a da *subjetividade* – mas uma subjetividade compreendida enquanto *parcial, pré-pessoal, polifônica, coletiva e maquínica*: “Com a subjetividade, será dada, antes, ênfase à instância fundadora da intencionalidade” (GUATTARI, 1993, p.35) – ou seja, anterior ao simples desejo do Eu.

32 Orlandi (1992, p.11) diferencia o silêncio da prática do silenciamento, voltada ao ato: pôr em silêncio.

pretendido; os signos estão mesmo ali, postos à análise de quem se arriscar abstrair deles algum sentido, e não podemos apenas atirar a liberdade de criar mundos ao outro extremo, o do receptor, como se ali a liberdade para tanto fosse absoluta. O preenchimento, perceba, nunca é livre como se imagina ser a folha branca no exercício de desenho dado à criança (que também não é, uma vez que não há). Há o limite do que está escrito ou dito ou do que é visível e sensível (que por sua vez limita-se a questões linguísticas e simbólicas do que é sabido representar); há o limite de quem lê ou escuta ou vê ou sente de alguma forma; e há apenas as possibilidades dadas por determinada plataforma em que as representações são despejadas: há desejo e frustração em um extremo e no outro, e no meio também.

Ora, mesmo a “nossa” linguagem não nos pertence, é social (BUTLER, 2015), compartilhada, anterior e posterior a nós, e parece mesmo não haver espaço para um Eu livre do Outro, um espaço seguro para constituir-nos sozinhos. Ainda que esteja em questão um *falar de si*, definir a si mesmo, dizer quem e o que se é, parece-nos importante sublinhar a imprecisão dos ideais essencialistas: inexistente um “eu verdadeiro” a ser descoberto e dito, livre do entorno que o constitui e que pode simplesmente se afirmar: as representações, sejam postas sobre mim ou sobre o mundo, são sociais, e formá-las, assimilá-las e transformá-las é uma *tarifa pública* vinculada a condições socioculturais, políticas e históricas de determinado contexto (JOVCHELOVITCH, 2008). Somos aquilo que fazemos a partir do que se pode fazer e nada mais além das próprias ações que efetuamos; o *ser* é um produto relacional bem antes de uma pré-configuração no âmago de um “eu puro”.

[...] não existe nenhum ‘eu’ que possa se separar totalmente das condições sociais de seu surgimento, nenhum ‘eu’ que não esteja implicado em um conjunto de normas morais condicionadoras, que, por serem normas, têm um caráter social que excede um significado puramente pessoal ou idiossincrático (BUTLER, 2015, s.p.).

Não há um rosto verdadeiro por baixo de nossas máscaras, essência não-revelada. Não há sequer máscara, mas sim rostos plurais, em permanente mutação e em relação com tantas outras multiplicidades. A ânsia por unidade, por identidade, por controle do que se é, perderá assim toda a sustentação: “As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.8). Não há nada em reserva, algo intrinsecamente nosso que escondemos para “parecer” algo além; somos aquilo que as relações com os outros e com as coisas do mundo nos fazem fazer. Nem mesmo quando nos vemos sós, no escuro do quarto ou

em uma caminhada introspectiva por algum lugar ermo, podemos nos livrar desta impossibilidade de ser algo uno e puro, algo só nosso, interioridade que se mantém em segredo, livre da contaminação dos outros: isto porque há já, e houve sempre, uma *estrutura de outrem*, uma posição ocupada no “eu” pela possibilidade de existência dos outros que moldam o pensar e o agir e é, dessa forma, a *estrutura de um mundo possível*: “[...] outrem não é nem um objeto no campo da minha percepção, nem um sujeito que me percebe: é, em primeiro lugar, uma estrutura do campo perceptivo, sem a qual este campo no seu conjunto não funcionaria como o faz” (DELEUZE, 1998, p.316)³³. Sem esta estrutura não poderíamos saber que existe algo além daquilo que já é sabido, ou que é possível se saber de uma maneira diferente, sendo reforçados os extremismos; *outrem* dá profundidade ao mundo, revelando sempre, ainda que ao fundo, *nas franjas*, outras coisas que não apenas aquelas diante de mim.

Mas como posso então garantir ser o que imagino ser se não há nada que eu seja além das relações que estabeleço, sempre tão movediças? Fui e virei a ser permanentemente, sem ser jamais – ao passo que inegavelmente *sou isto*, afinal aqui estou em minha inescapável materialidade? Sob o viés relacional, a noção de identidade, ou seja, a chance de se afirmar que algo *é*, descansa exatamente na diferenciação de uma coisa da outra e da outra. Ser é ser-diferente, ser *isso* e não *aquilo*: identificar é diferir. Estabilizações momentâneas do movimento – e por isso violações da multiplicidade do ser –, as identidades devem ser encaradas como constructos jamais fixos ou imutáveis, determinados a partir dessas relações de diferenciação nunca inertes: “[a] marcação da diferença é crucial no processo de construção das *posições de identidade*” (WOODWARD, 2013, p.40, grifo nosso) – o próprio uso do termo *posições de identidade* é feito para ressaltar a não-estagnação; o movimento; a multiplicidade que permitirá sempre que se chegue a outra posição. Esta diferenciação, porém, vê-se pressionada por oposições forçosas e assimétricas que moldaram o pensamento moderno e buscaram normatizar a diversidade identitária, móvel e fugaz, multicolorida. Desta forma, a partir da diferenciação, ressaltam-se as oposições binárias que estão envolvidas nesse processo de *ser algo e não ser algo mais*: nós/eles; masculino/feminino; Eu/Outro; branco/preto; heterossexual/homossexual, etc. Está claro que estas oposições binárias não são neutras nem equivalentes: um dos termos será sempre privilegiado a partir de uma *tomada de poder* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a; SILVA, 2013).

33 Anos mais tarde, Deleuze e Guattari (2010, p.24) retomariam esta posição: “Há vários sujeitos porque há outrem, não o inverso”.

Dito isto, uma inquietação passa a nos assolar: até onde estes pares afetam um ao outro e em que medida são separáveis de maneira decididamente oposta, se são exatamente em função do outro; se são a própria relação, como afirmamos acima? Como pode um valer mais e outro menos? Derrida (2008) nos dá um exemplo claro de como a hierarquização destes pares é, se não fantasiosa, uma vez que existente, certamente produzida e equivocada – e o faz a partir da análise do par fala/escritura (*phoné/grama*). Tal qual outras oposições modernas-metafísicas, esta também relaciona-se de maneira assimétrica: de um lado a pureza da *voz da alma*, o caminho direto entre o som da Ideia e o mundo exterior; do outro lado, a injúria da escrita, palavra morta, calada, símbolo secundário, representante de representante (DERRIDA, 2008). Contudo, um lado age no outro a ponto de definir *seu ser* – as oposições não se excluem nem se anulam; se diferem e, assim, se definem: “O sentido do fora sempre foi no dentro, prisioneiro fora do fora, e reciprocamente” (DERRIDA, 2008, p.43).

Também a voz, como a escritura, parte de significantes anteriores cuja origem nos escapa na dança de traços e rastros: não são, nem poderiam ser, originários. Nada garante a escritura como derivada e tal ordenamento não passaria de uma medida de hierarquização produzida sociopoliticamente. Empurra-se a escritura para “fora”, independente de sua ação sobre o “dentro”: ela está “[a]penas o bastante ‘fora’ para não afetar a integridade da língua mesma, na sua pura e original identidade a si, em sua propriedade; apenas o bastante ‘dentro’ para não ter direito a nenhuma independência prática ou epistemológica” (DERRIDA, 2008, p.67). Sendo uma escolha, contudo, algo a antecede: anterior a esta divisão forçosa, aponta Derrida (1995), está esta diferença produzida: a *dyferença*³⁴. Substitui-se uma única letra e a escritura já não é anterior à fala: foneticamente, os termos são idênticos, a diferenciação sendo percebida apenas no *grama*. “A escrita ou o *grama* sobrepõe-se à idéia de signo para que, desta forma, seja revelada uma diferença-diferenciadora que se encontra, decerto, anterior a todo significado em si” (FONSECA, F., 2008, p.49)³⁵.

O projeto de hierarquização das oposições, com a *dyferença*, põe-se ao chão. O *grama* ganha sua independência epistemológica³⁶. Um lado atua no outro a tal ponto que o define: ser e ser-outro se aproximam, se avizinham, e na fronteira se definem mutuamente – sem deixar

34 No original francês, o termo é *differánce*.

35 Para Fernando Fonseca (2008, p.51), a *dyferença* é o “[t]ermo em que, a partir de um só nome, Derrida irá aglutinar praticamente todo seu pensamento”. A partir da instauração deste novo grama, surge “[...] uma nova noção de diferença que extrapola os limites da lógica binária da metafísica. *Differánce* não se restringe mais a uma diferença entre oposições, tal como pensada no modelo de pensamento dialético” (FONSECA, F., 2008, p.52). Significaria, de certo modo, a *impossibilidade de uma síntese*.

36 Projeto que Derrida leva a cabo em sua obra “Gramatologia” (2008), uma tentativa de estruturação de uma *ciência do grama*.

jamais de serem um e outro; livres de toda a síntese. No encontro, o fora age no dentro, Outro e Eu se contatam e se descobrem: não somos *em relação* a um outro; somos *a relação* própria (GUARESCHI, 1998).

Sem outros não há vida humana propriamente dita e é na nossa relação com outros entes significativos que encontramos, tanto os recursos ontológicos como os sociais, para sermos o que somos. O saber é, ele próprio, um construto que exige o Outro e a vasta maioria dos sistemas psicológicos que teorizam o desenvolvimento da pessoa e a emergência de estruturas cognitivas na criança fundamentou-se nas relações entre o Eu e o Outro (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 213).

Não há, portanto – não em vida – fuga do Outro. Existimos na relação com os *entes significativos*, relação que já afirmamos movediça, inconstante, feita de conexões e desconexões. Somos o fluxo dessas (des)associações em uma rede de interdependência (ELIAS, 2001)³⁷. Destituímos o Eu de sua majestade: afinal, aqui estamos como resultado de uma série de desencontros e encontros anteriores, dos *agenciamentos maquínicos* (DELEUZE, GUATARRI, 1995b), e mesmo o nosso discurso é produto de tudo com o que já fomos atingidos ou atingimos em redes que circulam desde um tempo imemorável e de onde nossas condições de pensar e discursar procedem: “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (ORLANDI, 1999, p.35). Negamos a totalidade, uma identidade pronta e fixa, livre da influência exterior, e eis a angústia ontológica: somos sempre e apenas o mo(vi)mento, a relação, algo-a-ser – e, neste fluxo, alguma definição já foi sempre posta sobre mim, antes da próxima que ainda será dita, e da outra.

3.2 Definidores primários e a força de repetição

Será somente a partir da diferença, *do que não se é*, que poderemos definir *o que se é*. A definição está na relação – sempre uma estagnação momentânea. Nesta perspectiva, porém, restará ao Outro, em oposição, *o aquilo* que não serviu ao Eu. Eis aí um vislumbre da alteridade – ela estaria no polo negativo da construção de identidades. Percebe-se, pois, que tratamos de relações de poder: a quem é reservado o direito de definir e sobre os ombros de

³⁷ Elias (2001) faz uma analogia com o jogo de xadrez: podemos mover qualquer peça no tabuleiro; contudo, os movimentos de cada uma são limitados e pré-configurados; e toda e qualquer ação individual afetará todas as outras peças e movimentos. Deve-se questionar, porém, o regramento: quem diz que cabe aos peões moverem-se de determinada maneira e a rainha de outra? Há, desde o início, uma imposição.

quem pesam as definições? E este *ser que é definido por outro*, ao se definir, o fará livremente ou se verá obrigado a falar a partir da definição prévia feita a respeito de si?

Historicamente, o Outro tem sido apresentado com base em estereótipos bastante rasos, “[...] criminalizado (no mais das vezes) ou glamourizado em narrativas que o percebem descontextualizado” (LAGO, 2010, p.173). Dessa forma, via de regra a diferença aparece sempre vítima de escárnio, na categoria do *grotesco* (SODRÉ, 2004). Isso ocorre em um cenário em que um Eu totalizador ocupa-se de, sem diálogo, construir este Outro, em uma alteridade que irrompe de dentro: Jodelet (1998) irá defini-la como o “não-Eu”, uma construção do Outro que fecha-se no ponto de vista do Eu. Por óbvio, esse é um cenário que gera silenciamentos diversos; afinal, uma voz fala por outra, produz discursos e significações e, de certa forma, dá ao Outro a possibilidade de ser apenas o que lhe é permitido, uma existência limitada e suprimida dentro da cosmovisão de mundo do Eu; nega-se a relação. E o mero *reconhecimento* da diferença não será suficiente, posto que poderá servir exatamente como fator de divisão e afastamento, base para políticas higienistas. À criatura sobre a qual os discursos são produzidos quase nada resta para a expressão própria e conveniente. Ser colocado em posição de alteridade, ser o *aquilo* que não serve ao Eu, resulta em exclusão, e desta experiência pouco ainda foi falado (JODELET, 1998) – e nesta lacuna se encaixa o *Jornal Boca de Rua*, ao gritar um contraponto a partir de seu deslocamento imposto para o *aquilo que não serve*, o polo fraco na dicotomia do pensamento moderno.

Mas haverá alguma possibilidade de definição soberana de si mesmo quando o “eu” não tem história que não seja a de uma *relação com um conjunto de normas* (BUTLER, 2015)? O objeto que analisamos, o discurso autorreferencial das moradoras e dos moradores de rua, fala de si e, neste sentido, é sim soberano: ninguém o representa além dele próprio. Descansaria aí o seu potencial contestador? Por certo que na inscrição de si há a aproximação à *representação originária*, voltada ao sensível e resistente à submissão à palavra de um mestre, na qual *nenhum projeto de domínio terá previamente pisado* (DERRIDA, 1995, p.158)³⁸. Tal pureza, no entanto, seria alcançável? Há representação que nasça virgem existindo em redes que se conectam e se desconectam sempre e das quais não podemos nos livrar quando tudo o que somos são as relações ali estabelecidas? Somos parte do processo,

38 Derrida (1995) faz menção ao *teatro da crueldade* de Antonin Artaud, que tem o texto não como fonte originária de algo a ser representado, mas que equaliza as potencialidades representativas em suas diversidades (escrita, fala, movimento, silêncio, etc.), enfrentando a primazia da linguagem: “O termo ‘crueldade’ se refere aos meios pelos quais o teatro pode abalar as certezas sobre as quais está assentado o mundo ocidental – a começar pela própria linguagem” (TEATRO DA CRUELDADE, 2018, s.p.).

nós e as coisas todas e as palavras, porque só há processo: somos a construção do social ou de qualquer estrutura vigente, somos parte de nós próprios e constituídos de partes de tantos outros, estruturas que dependem dos movimentos e poderão ser constantemente abaladas por eles. A rede é ampla e móvel; enxergá-la é um desafio – estamos sempre alguns passos atrás de um percurso que não se interrompe jamais e se refrata em direções múltiplas e pouco previsíveis. Cabe mesmo a pergunta de Hall (2013): *quem precisa da identidade?* ou da unidade ou da certeza se concluirmos que o esforço em tê-las responde somente ao enjoo de se estar sempre em movimento, de ter sido e vir-a-ser permanentemente, sem nunca poder parar e, com alguma tranquilidade, apenas *ser*.

Em meio aos choques, fortalecem-se alguns pontos ao passo que outros perdem força e quase somem em meio à fumaça dos rastros, e algumas vezes encontrarão eco, atingindo distância sempre maior. O jornalismo, um entre vários discursos possíveis, possui um *estatuto privilegiado* dentro da cultura (BIRD; DARNDENNE, 1999), o que lhe dá relevância e nos leva a indagar que discurso é esse que é amplificado a todos os estratos da sociedade: “A mídia representa a primeira e frequentemente única fonte de informação sobre muitos eventos e tópicos importantes” (HALL et al., 1978, p.56, tradução nossa)³⁹. Contudo, ser a primeira ou mesmo a única fonte de informação não significa que jornalistas ou as empresas onde atuam possam definir e manipular livremente as informações da vida social. Muitas vezes oprimidos por limitações de tempo e condições laborais adversas⁴⁰, jornalistas recorrem a simplificações que permitem que vençam a *hora de fechamento* (TRAQUINA, 2004): entram aí a construção do relato de acordo com a pirâmide invertida – responder objetivamente *o que, quem, quando, onde, por que*, o famigerado *lide* – e a procura por fontes já legitimadas e preparadas para lidar com a mídia – são estas, aliás, que Hall et al. (1978) denominam *definidores primários*, porta-vozes de discursos oficiais e institucionalizados que já ostentam posição privilegiada no meio social e são constantemente abordados pelo jornalismo para que publicizem suas visões dos acontecimentos. Preparadas e interessadas, encontram aí meio eficaz para reforçar interesses privados, fantasiando-os de interesses coletivos.

39 Referimo-nos ao jornalismo das grandes oligarquias comunicacionais, os *latifundiários da comunicação* (RAMONET, 2012). Há, certamente, disputas e inexistente um discurso do jornalismo. Ainda que levemos as resistências em alta conta – e é o Boca de Rua também uma –, trataremos como próprio do jornalismo este discurso amplificado pelos aparelhos da indústria cultural, conectados a interesses de mercado mais que com a promoção educativa da informação. Frise-se, porém, que na produção e no consumo de notícias há disputas e descontinuidades.

40 “No Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Jornalistas assegura que em Zero Hora as jornadas são de dez a 12 horas, o que provocaria muitas reclamações trabalhistas” (FONSECA, V., 2008, p.246).

Comentando o baixo índice de *transformação discursiva* da fala destas fontes, o que significa que seus pontos de vista são menos *mediados* e mais *transmitidos*, Ponte (2004, p.65) percebe o jornalismo como “[...] ‘porta-voz’ de outras autoridades, num tom oficioso e vertical, mas também inquestionado no estatuto de regulador do que é digno de ser notícia”. Promove-se, com isso, *a unilateralidade da informação* (MEDINA, 2008), onde o espaço de fala da notícia, e em decorrência o *tom* do que é noticiado, é ocupado por quem já está em um local de privilégio no debate público. Ainda que o processo de feitura da notícia não possa ser reduzido a uma simples reprodução do discurso dos poderosos, ao colocar um ponto de vista na posição de *definidor primário*, repetindo-o e o ampliando, todo o espaço de contestação a essa realidade construída primeiro será sempre *em relação* a ela; ou seja, será sempre um contra-argumento que precisa “ser” por oposição antes de se afirmar o que quer que seja, pense ou deseje ser de fato. “O efeito final ajuda [...] a fechar o círculo pelo qual as definições dos poderosos se tornam parte da realidade social *dada como certa*, a partir da tradução do desconhecido para o mundo familiar” (HALL et al., 1978, p.62, tradução e grifos nossos). Constroem-se e são reforçados, assim, determinados *mapas de significação socialmente compartilhados* (HALL et al., 1978), apenas falsamente consensuais e sempre provisórios, ainda que aparentem solidez definitiva.

Sobre as definições que desenham estes mapas, discordamos que a problemática surja da *primariedade*: em sociedades fundadas em desigualdades (econômica, racial, de gênero), diferentes mapas de significados emergirão, tão diversos quanto os grupos sociais que os constroem, resistentes. A assimetria na relação de forças exercidas nos processos sociais, contudo, amplificada por este jornalismo de largo alcance e de interesses mercadológicos, determinará *um* mapa como “consensual” – independente de este ser primeiro ou não: “Essa visão consensual da sociedade é particularmente forte nas sociedades modernas, democráticas, organizadas e capitalistas; e a mídia está entre as instituições cujas práticas são mais ampla e consistentemente baseadas na suposição de um ‘consenso nacional’” (HALL et al., 1978, p.55, tradução nossa). A questão, portanto, está mais na *força de repetição* de um discurso que em sua primariedade – o que, veremos abaixo, relaciona-se com as formas que informações, verdadeiras ou não (muitas absurdas), percorrem as redes descentralizadas de comunicação, que hoje disputam a hegemonia de narrativas com os meios tradicionais de comunicação. Os próprios profissionais que constroem as notícias, frise-se, são influenciados (e influenciam) pelos mesmos códigos culturais da sociedade em que estão inseridos. Valorar

questões como “anormais”, “ilegítimas” ou “desviantes”⁴¹ dependem de algum julgamento moral e o *mapa de significados* atuará aí, retroalimentando-se.

Fenômeno recente, a comunicação interpessoal descentralizada, que corre veloz por aplicativos de mensagem instantânea como o WhatsApp, coloca-se como um novo paradigma para este conceito; porém, uma análise cuidadosa mostrará que também as mensagens que circulam por estas redes agem em lógica semelhante: pautam o debate público e definem os termos deste debate. Recebidas em grupos afetivos e muitas vezes desapegadas de valores éticos ou factuais, parecem mesmo aprofundar os riscos de *definições primárias*: descontextualizadas, fortalecem uma única visão de mundo; o contraditório e a diferença passam a ser combatidos a partir destas definições prévias e de uma compreensão dicotômica da realidade, separando-a de maneira ingênua entre critérios de “certo” ou “errado”, fechados em si e escondidos sob o manto de um falso consenso⁴². Catalisa-se uma construção preconceituosa de mundo por meio dessa memética discursiva que opera sob a lógica da repetição, da reprodução e do alcance, que precisa ser sempre mais amplo, atacando, no processo, toda a diversidade.

3.3 A inevitável abertura ao algo mais

Qualquer definição é tentativa de parar o movimento do ser: uma violência. O objeto deste estudo, ou seja, a inscrição de si da população de rua, não pode ser encarada como algo essencial, possível de ser definida com a simplicidade de um “sou isso porque digo que sou”. Posso afirmar-me laranja e não vermelho, e ser laranja é exatamente o que me impede de ser vermelho; ainda assim, há vermelho em mim e posso dizer, talvez, que sou amarelo demais para ser vermelho, o que faz de mim laranja, apesar do vermelho que também me habita. Sou, e somos, nós e as coisas e as representações todas, resultados infindáveis de instaurações, momentos que se constroem uns sobre os outros e que às vezes desabam apenas para seguir sendo construídos de outra maneira, em suas eternas *linhas de fuga rizomáticas* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a), e nem mesmo o céu, insistentemente azul na maioria das manhãs, pode ser dito tão simplesmente azul: lembremos que o que enxergamos são os raios solares atingindo e misturando-se com os gases da atmosfera, encontro que, aos olhos humanos, resulta num azul irretocável, à exceção dos dias cinzas e nublados, quando nuvens bloqueiam

41 São estes alguns dos *critérios de noticiabilidade* do jornalismo (TRAQUINA, 2004).

42 Para aprofundamento a respeito das possibilidades de existência do contraditório neste contexto que tem se nomeado de “pós-verdade”, ver Viana e Morigi (2018b).

e alteram o trajeto das luzes até nossas retinas, e também das noites, quando a escuridão de um espaço infinito nos invade e permite, sem luz, que vejamos muito mais longe. Em momento algum seria mais correto negar o azul do céu do dia ou o preto do céu da noite, assim como não podemos afirmar que um é mais céu que outro, isso sem considerar os tons amarelados e laranjas e vermelhos que produzem espetáculos gratuitos aos olhos que aventuram encarar o firmamento. Nem mais um e nem mais outros, mas ambos e todos, e as outras cores também, e para tanto ver o que está aqui(-no-mundo) parece bastar, posto que resultado destes encontros todos.

Fugimos da idealidade da essência ao reconhecer a multiplicidade que nos compõe, incansável em seu ato de diferenciar-se de si mesma. Porém, parece-nos ainda preocupante a centralidade dada aos sujeitos nestas construções de papéis cotidianos, de um “ser”, como se coubesse a um Eu definir o que é (mesmo que perceba ser mais que um) para então expressar esta certeza aos outros com clareza. Lembremos que o sonho de unidade surge somente de uma *tomada de poder* sobre as multiplicidades, fundada na lógica binária do sujeito moderno: “[o] bom e o mau são somente o produto de uma seleção ativa e temporária a ser recomeçada” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.18). Há sempre variabilidade quando se olha o múltiplo. Não negamos, contudo, as posições de identidade (WOODWARD, 2012), uma vez que aqui postas, visíveis: entretanto, enquanto estabilizações momentâneas, é preciso compreender sua imparável transitividade. É esta a violência que definidores primários impõem em suas narrativas, muitas vezes descontextualizadas, colocando o Outro sob as categorias do *exótico* ou do *grotesco* (SODRÉ, 2004; LAGO, 2010): fixa-o e o limita; em absoluto, desconhece-o.

Ora, entre quem fala e do que ou de quem é falado e o que se consegue falar, entre designação, manifestação, significação e sentido (DELEUZE, 1998)⁴³, parece escorrer entre

43 Em contraponto às ilusões centralizadoras da consciência, Deleuze (1998) classifica quatro relações distintas em uma proposição, denunciando as limitações do sujeito que fala. São elas: 1) designação: a escolha de uma palavra no lugar de outra, “é isto e não é isto”; 2) manifestação: enunciado dos desejos e crenças, ou seja, de uma intencionalidade do sujeito que se expressa; 3) significação: relação dos discursos com possibilidades sintáticas e técnicas e a existência desta discursividade atrelada a uma rede de discursos prévios e posteriores a si; e 4) sentido: que é o expresso da proposição: “[o sentido] É, exatamente, a fronteira entre as proposições e as coisas” (DELEUZE, 1998, p.23); ele está, portanto, no encontro. Há, segundo o autor, afirmação com a qual concordaremos, uma subordinação de 1 e 2 a 3. Designação (escolha de uma palavra e não de outra) e manifestação (intencionalidade do sujeito que se expressa) remetem à significação (cadeia de discursos que se completam ou competem por legitimidade, prévios e posteriores uns aos outros, a partir das possibilidades léxicas e sintáticas que afetarão tanto o ato de falar como o de entender o que foi dito, ou seja, que afetarão a apreensão do sentido). O que fala se manifesta; do que se fala é designado; e o expresso, o que se diz, são as significações das quais se desprendem os sentidos (DELEUZE, 1998, p.187). Posso me manifestar e designar um estado de coisas, portanto, sempre a partir daquilo que me é disponível e que já circula numa teia social discursiva; no encontro destes limites e possibilidades, depreendem-se sentidos a partir do que foi por mim expresso. O que quer que eu diga, de mim e de outros, está atrelado a possibilidades tecnossociais de determinado momento histórico.

os dedos algo de importante, a ponto de vivermos com a sensação de nunca captarmos precisamente o que nos foi dito e nem expressar exatamente o que desejávamos inicialmente. E, ao analisar estas relações, olhamos atrás, apenas para a fugidia sombra de um movimento que não cessa jamais; vemos as ruínas. Sabemos que ao comunicar deixamos rastros: a comunicação é exatamente isto, deixar marcas, e não há como não deixá-las (BRUNO, 2012). Monumento de uma representação, eis que a própria palavra é rastro, signo indicativo de uma intenção quase sempre desrespeitada. As palavras nunca são inocentes e representam um intrincado jogo de poder, e dizem até – quando não mais – ao não dizer: “[...] ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 1999, p.82).

Nada, e muito menos estes signos, é mera “coisa”⁴⁴, mesmo quando nos desafiam a serem definidos e encontram abrigo apenas em nomenclaturas tão genéricas como “coisa” ou “tudo” ou o “nada” que iniciou esta oração. Existe aquilo que podemos e aquilo que não podemos dizer, ou que ao menos *não devemos* dizer em determinadas circunstâncias; há tudo aquilo que não sabemos dizer; há ainda o tanto de coisa que sequer sabemos que poderia ser dito; e nem falemos de tudo que nem virá a ser palavra, escrita ou falada: nem tudo cabe no signo – e é ainda ele tudo que temos se o que buscamos é significado. As palavras são limitadas e é de todo o jeito a elas que recorremos em desespero, insistentes bestas descapacitadas de imaginar qualquer coisa sem as ter por referência. E se o nosso mundo só existe grudado a elas, é no silêncio e em tudo aquilo que não veio a ser dito que se ocultam os outros possíveis, aos quais talvez só cheguemos por mergulhos nas curvas de minhoca⁴⁵ dos buracos negros do infinito, e eis que aqui estamos à procura de um.

Se falar, ou no caso escrever, é sempre a escolha de uma palavra e expressão no lugar de outra, representar é também silenciar. É fechar todas as outras possibilidades que poderiam vir a ser e não foram: “[...] o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição de sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1992, p.55). Sempre se poderia dizer algo de maneira diferente ou outra coisa um tanto diversa de um mesmo algo, nossas percepções variam sempre de acordo com as condições de acesso ao que é percebido; as “coisas” contém uma multiplicidade que extrapola os desejos narcisistas de verdade do Eu Uno. É a abertura eterna

44 “[...] não há dúvida de que o *problema da linguagem* nunca foi apenas um problema entre outros” (DERRIDA, 2008, p.7, grifo do autor).

45 “Na física, um buraco de minhoca é uma característica topológica hipotética do contínuo espaço-tempo, a qual é, em essência, um ‘atalho’ através do espaço e do tempo” (BURACO..., 2018). Ou seja, trata-se de um caminho alternativo, pensado e improvável, porém não descartável.

do texto (DERRIDA, 2008), o incessante vir-a-ser que nos impede de *parar* e *ser* de fato. E, por mais que a quantidade de maneiras que podemos descrever este algo possa indicar de quantas maneiras ele pode ser e é(-no-mundo), é importante ressaltar que esta é a quantificação das possibilidades de se perceber algo e não devemos reduzi-lo a isso: por certo há mais do que podemos contar, ou haverá se o mundo não deixou ainda de ser inventado. Ora, não fosse o absoluto desespero humano por comunicação e contato, esta necessidade intrínseca à existência de *caminhar rumo ao Outro* (JOVCHELOVITCH, 2008), duvido que teríamos nos ocupado em criar as centenas de línguas e signos e formas de traduções, que mais de centena tem aí, muito mais se considerarmos as derivações, dialetos antigos, as trocas de olhares, a linguagem da tecnologia, os sorrisos afetados, os *emoticons* e desenhos ou – sempre tão presentes – os silêncios, que em verdade não raro comunicam aquilo que há de mais importante, ao passo que palavras e sons não passam de ruídos propagadores de distúrbio, ondas de incompreensão ou tentativas de dominação⁴⁶.

Tal constatação, frise-se, distancia-se do *lamento estruturalista*⁴⁷, o choro por não haverem formas suficientes para encaixar o mundo nelas: reconhecer este limite pode muito bem ser a justa celebração das *coisas demasiadas* que excedem e resistem às estruturas previamente desenhadas por nós (DERRIDA, 1995). Afinal, devem as coisas que existem se encaixar nas nossas estruturas inventadas ou devem nossas estruturas surgirem a partir da compreensão das coisas do mundo que nos cerca e nos invade; surgir do encontro e não de um *a priori* em suma inexplicável? “Após inúmeras decepções, eles [cientistas sociais] ainda esperam alcançar algum dia a terra prometida de uma ciência verdadeira que explique um mundo social real” (LATOUR, 2012, p.19).

O que sabemos dizer agora, portanto, não é capaz de dizer tudo o que haveria a ser dito, ou haverá, mesmo se olharmos para além da palavra: é inevitável a abertura ao algo mais, à diferenciação, a uma outra maneira, *não há clausura!* – sabendo já que *não dizer é dizer de outro jeito* e os rastros se espalham sem convite. Aqui estamos escrevendo e explicando e, para tanto, resta-nos apenas as letras e vírgulas e espaços brancos para respiro. Eventualmente, muitas linhas adiante, colocaremos um ponto final e será isso tudo? E como podemos, presos a sintaxes e a léxicos e a gramáticas, afirmar tão decididamente que há algo

46 Algumas etnias indígenas, como a maya-tzetal, nos Altos de Chiapas, México, veem nas palavras ruídos desnecessários, que obstruem os processos de aprendizado: “Fazer perguntas não tem sentido, as palavras fazem ruídos. O que se quer saber se resolve observando fazer. Ao menino e à menina se lhes ensinou a observar e compreender, a conhecer na prática, na ação” (MUÑOZ, 2003, p.306-307).

47 Guattari (1993) falará de um *reducionismo estruturalista*.

além daquilo que é representado se ao reconhecermos o que quer que seja estamos, simultaneamente, representando de algum jeito esta “coisa”, mesmo que nestas categorias genéricas? Estaríamos presos a uma armadilha criada pela nossa própria forma de pensar, da qual não haveria saída por pensarmos sempre da forma como pensamos, ainda que seja para contestar as nossas formas de pensar⁴⁸? E como pode um não ter a condição de delimitar o que pensa se, ao pensar, mesmo que no próprio pensamento, já pensa e pensar é exatamente definir, é categorizar e entender⁴⁹, um processo completo em si?

Todavia as definições escapam, as coisas se escondem e se mostram a seus jeitos, se instauram ao serem por nós instauradas e afinal o que é isso das palavras que se faladas a determinada cadência e ritmo ou acompanhadas de cordas vibrando na tensão certa nos fazem sorrir, fora as tantas vezes que nos fizeram chorar – e o quanto disso é responsabilidade da voz que canta as palavras ou das palavras eleitas ou da corda que vibra ou da sinapse específica que faz ressurgir no cérebro a lembrança que traz junto dela a lágrima, enfim, há por acaso medição possível ao falarmos destes *ritornelos existenciais* (GUATTARI, 1993)⁵⁰? Ou seria o caso de reconhecer que é o encontro das variáveis todas a instauração criadora (diferenciadora) – sujeito e objeto, máquina e pessoa, instrumento e instrumentista – os agenciamentos! –, livre da separação inventada por modernos, *divisões artificiais* nas palavras de Latour (1994)⁵¹: só no encontro há o ato que há e além dele nada é mais que lembrança ou

48 “[...] não tem nenhum sentido abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica; não dispomos de nenhuma linguagem – de nenhuma sintaxe e de nenhum léxico – que seja estranho a essa história; não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações implícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar” (DERRIDA, 1995, p.233, grifos do autor).

49 O movimento de construção identitária e de alteridade (as representações de si e do Outro), a apreensão do mundo que nos rodeia e das relações que nos assaltam a todo o instante, co-construídas junto às representações, dá-se pela *ancoragem* e pela *objetivação* (MOSCOVICI, 2009), meios pelos quais apreendemos as informações que nos vêm de fora e as relacionamos com saberes prévios já internalizados. Tal associação, movimento dinâmico que de certa forma recontextualiza os fenômenos do mundo “exterior”, encaixando-os no que nos é real e possível, fará sempre com que o que nos era “interno” se expanda também, sendo invadido pelas coisas e pelo Outro, desafiando as fronteiras daquilo que julgamos “nosso” - e misturando “fora” e “dentro”, inseparáveis.

50 O conceito de *ritornelos existenciais* é de Guattari (1993) e refere-se a “[...] polifonia dos modos de subjetivação [que] corresponde, de fato, a uma multiplicidade de maneiras de ‘marcar o tempo’”. Outros ritmos são assim levados a fazer cristalizar Agenciamentos existenciais, que eles encarnam e singularizam” (GUATTARI, 1993, p.27). Tratam de (des)(re)territorializações hipercomplexas acionadas, por exemplo – mas não apenas – pela música e pela poesia, potentes *dispositivos de produção de subjetividade*, “[...] rupturas de sentido autofundadoras de existência – a poesia, atualmente, talvez tenha mais a nos ensinar do que as ciências econômicas, as ciências humanas e a psicanálise reunidas!” (GUATTARI, 1993, p.33).

51 Latour (1994) busca recuperar uma *matriz antropológica* capaz de desfazer tais divisões. Para tanto, utiliza o termo *coletivos* a fim de unir naturezas e culturas, escapando da *sociedade* dos sociólogos – os homens-entre-si – e da *natureza* dos epistemólogos – as coisas-em-si. “Ninguém jamais ouviu falar de um coletivo que não mobilizaria, em sua composição, o céu, a terra, os animais, as crenças, os seres fictícios... Esta é a antiga matriz antropológica, que jamais deixamos de lado”. A visão de Latour (1994) é relacionista, incorporando, para além da relação entre humanos-sujeitos, a ação das coisas-objetos, que para o autor serão

projeção, em que pese lembrar e projetar serem sempre atos presentes e não haver nada mais que a sucessão de instantes.

A metafísica da presença nos fez sonhar com uma pureza impossível ao acusar o signo da “ausência da coisa-em-si”, um substituto ou impostor, a sombra; viu-se na representação alguma vilania, posto que seria o fator que oculta a presença plena, objeto máximo do desejo, na qual o significante apaga-se no significado (DERRIDA, 2008). Seria este o “algo mais” que o signo não capta, uma vez que ele próprio o esconde? Discordamos e uma vez mais recorremos a Latour (2011), em consonância aos pensamentos de Derrida (1994; 1995; 2008): não há nada ali além do movimento e dos traços que vemos. Somos as relações que estabelecemos nas redes em que atuamos, acionando e sendo acionados constantemente e por isso a permanente metamorfose: somos sempre e apenas o momento – e outro momento já nos aguarda adiante. Não há essência escondida; a própria representação é criadora, instaura um algo além, uma outra coisa: a representação da coisa primeira, que não é a coisa representada. “Enquanto princípio corruptor, o representante não é o representado, mas apenas o representante do representado; não é o mesmo que si mesmo” (DERRIDA, 2008, p.363). *Si mesmo* que já é outro ao ser posto em relação com sua representação – e a narrativa criada pela população de rua no Jornal Boca de Rua, baseada na experiência do *morar na rua*, afeta a própria compreensão do que é *isto*, abrindo o mundo para um *além disto*.

Assim a realidade segue a ser construída constante e permanentemente, com cada ação de cada ator social. São as redes de relações do cotidiano que fazem o mundo tal qual é (LATOURE, 2012). Tudo é fluxo e não há a essência de uma verdade pura. “As representações constroem o real, mas nunca capturam plenamente a totalidade da realidade, mesmo que desejem fazê-lo” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.75) – porque o movimento é permanente e, ao relatar o real, colocamos uma camada extra sobre ele, expandindo-o de forma a jamais o encerrarmos. As palavras são as ruínas do representado, seu rastro e vestígio, e agora que está dito já é algo além: a representação sempre instaura algo novo e o signo é tragado por suas relações, criando novos mundos dos quais, mesmo que tão recentes, vemos também apenas a fugaz sombra: a interpretação é sempre passada e *presente não há*: “Porque ela sempre já começou, a representação não tem portanto fim” (DERRIDA, 1995, p.176).

sempre quase-sujeitos e quase-objetos, todas partes das redes que mesclam política, economia, química, local, global, as áreas todas, humanos e não-humanos, partes que foram divididas para análise sem que jamais estivessem sós no mundo.

Ora, poucos parágrafos acima afirmamos que não há nada além do momento, sucessão permanente de instantes; pois que soa contraditório agora defendermos que *presente não há*. Tal paradoxo nos leva à reflexão de Deleuze (1998) a respeito do pensamento estoico sobre o devir: “Só o presente existe no tempo e reúne, absorve o passado e o futuro, mas só o passado e o futuro insistem no tempo e dividem ao infinito cada presente. Não três dimensões sucessivas, mas *duas leituras simultâneas do tempo*” (DELEUZE, 1998, p.6, grifo nosso). O presente, portanto, está aqui e somente ele é, ao mesmo tempo em que jamais o agarramos, posto que perpetuamente em movimento – vemos marcas e sinais que indicam o que já foi (embora haja bastante controvérsia sobre o que passou, o passado sendo constantemente atualizado pelo presente) e, de outro lado, o fluxo incessante das coisas que vêm-a-ser, devir eterno⁵².

3.4 Multiplicidades reencontradas: a ética do Rosto

Derrida (1995; 2008) reforça o potencial da diferença: as coisas exteriores fazem tremer o mundo ideal do Eu Puro, obrigando-o a administrar a diferença, sempre, uma vez que surgido dela. Despojado o trono egoísta, todo Outro é um Eu e vice-versa, e o são sempre em função um do outro: a relação; o primado da ética sobre a ontologia. Portanto, mais que existir em coabitação, cada qual em seu espaço definido e limitado por fronteiras bem desenhadas, existimos *juntos*, no contato, nos jogos de interdependência (ELIAS, 2001). Tal constatação nos traz à *ética da alteridade* (LÉVINAS, 1997a; 1997b), que nos impõe uma responsabilidade infinita sobre o Outro – não em termos de desresponsabilizar cada um por suas ações no mundo, mas antes reforçando a ideia da “sociabilidade” e relação; dividimos tempo e espaço e cada ação de cada coisa e de cada ator social afetará o mundo e o que nele há. Afinal, que árvore cresce só? Há no mínimo a terra que a alimenta e a sombra que ela própria cria e os pássaros que nela sentam e a fazem de ninho e os animais que a trepam, também os humanos – os filhotes com maior frequência, que algumas habilidades perdemos com o passar dos anos –, e há ainda as figuras que apenas descansam ao abrigo da sua

52 Algumas páginas adiante, Deleuze (1998, p.65, grifo do autor) prossegue: “Dois tempos, dos quais um não se compõe senão de presentes encaixados e o outro não faz mais do que se decompor em passado e futuro alongados”; e ainda: “Na medida mesma em que o presente mede a efetuação temporal do acontecimento, isto é, sua incorporação em um estado de coisas, na mesma medida o acontecimento por si mesmo e na sua impassibilidade, sua impenetrabilidade, não tem presente mas recua e avança em dois sentidos ao mesmo tempo, perpétuo objeto de uma dupla questão: o que é que vai se passar? O que é que acabou de se passar? E o angustiante do acontecimento puro está, justamente, em que ele é alguma coisa que acaba de ocorrer e que vai se passar, ao mesmo tempo, nunca alguma coisa que se passa” (DELEUZE, 1998, p.65-66).

generosa sombra, sem contar aqueles que de machado em mão a colocam ao chão, transformando-a ainda em bancos e armários e mesas e um sem número de objetos. Nada é só nem é só um: as partes são indissolúveis, *o todo é mais que a simples soma de suas partes!*⁵³; e uma floresta não é somente um aglomerado de árvores, é um sistema vivo e múltiplo, incontável.

Fundamo-nos, junto a Lévinas (1997a; 1997b), na refutação à liberdade arbitrária do Eu: “Seria mais adequado, e faria mais justiça a perspectiva de compreensão levinasiana, fazermos a configuração referida, dizendo que o próprio de cada um é ser pelo outro” (SOUZA, 2007, p.37). *Ser pelo outro* é perceber a precariedade alheia: ver um Rosto: Eu que é Outro e Outro que é Eu; e escutá-lo e lê-lo e percebê-lo: entendê-lo enquanto ser que também vive e sofre. Lévinas (1997b) fala em *barbarismo da alteridade*, ressaltando a força com que o fora impõe-se ao dentro: o Outro ataca a soberania egoísta do Eu, que, acuado, ergue muros ao ver sua pretensa estabilidade comprometida: “A filosofia ocidental coincide com a revelação do Outro onde o Outro, ao manifestar-se como ser, perde a sua alteridade. A filosofia foi desde sempre atingida por um horror ao Outro que continua a ser Outro, por uma alergia insuportável” (LÉVINAS, 1997b, p.229). Ao percebermos a fugacidade dos acontecimentos e das identidades, efêmeros momentos quebrando-se eternamente em passado e futuro, perpetuando ou curando cicatrizes e traumas, construindo horizontes ou os nublando sempre mais, associamos tal ética à alternância, à mobilidade e à diferenciação: uma ética do devir.

Em seu Rosto, o Outro me impõe sua miséria, da qual não posso me eximir – não haverá interioridade onde possa me esconder: escapa-nos o conforto do esconderijo no qual se pode *entrar em si* (LÉVINAS, 1997b), não há refúgio em um “eu mesmo” que proteja do outro e do mundo conturbado da exterioridade inescapável: somos o tempo todo, infinitamente, a relação. Não há sala de estar que possamos arrumar para receber quem vem de fora, conforme nossa melhor conveniência, e nem porta pela qual possamos expulsá-los: o fora é o dentro (DERRIDA, 2008) e mesmo a ilusão de que talvez tal separação fosse possível está desde o princípio permeada pelo fantasma deste outro que assombra e fascina e, gostemos ou não, habita-nos. *Serei-para-aquilo-que-é-depois-de-mim* (LÉVINAS, 1997b) ao entender o movimento inevitável do Eu ao Outro não como um imperialismo do primeiro sobre o segundo, mas como algo novo, a instauração contínua de um Eu que não volta ao Mesmo: lá e

53 Tal compreensão parte do gestaltismo.

nunca de volta outra vez, pois impregnado demais pelas relações que me definem. Apenas a compreensão da fragilidade do binarismo expresso em “certos” e “errados” nunca naturais; da inconveniência de um “consenso” imposto e, em suma, não consensual (exatamente porque imposto); e da mobilidade das (des)conexões que poderá nos livrar, ao menos em parte, da violência deste idealismo estático do Idêntico. A diferença se impõe sempre, motor que coloca o mundo em movimento, forçando o Eu a manejar o múltiplo, ainda que contra a sua vontade.

Se compreendo agora que não posso sequer definir livremente quem sou, enredado a tudo e a todos e em constante movimento, encontrarei paciência para com o Outro que também angustia-se perante a ausência de definições sobre si. Ao nos perguntarem – Quem és? a resposta comum é um nome, o nosso, embora isso pouco ou nada acrescente na maior parte dos casos (o nome próprio revela tão pouco), e não respondêssemos pelo nome talvez retrucáramos sempre definições por demais variadas, tão diversas quanto estes papéis múltiplos que exercemos ao longo da vida, as coisas que fazemos, escritor, passageiro de ônibus, pesquisador, ciclista – ora, e as coisas que fazemos não seriam exatamente as coisas com as quais nos relacionamos, a escrita, o ônibus e suas intempéries, a pesquisa, a bicicleta? Tal resposta resta então sem fechamento, o inquisidor – Quem és? jamais satisfeito, aberto ao eterno: “[...] se existe na pergunta [Quem és?] o desejo de reconhecimento, esse desejo estará obrigado a se manter vivo como desejo e não se resolver” (BUTLER, 2015, s.p.). Sequer eu sei bem de mim; sabemos de nós: abertura ao múltiplo e à certeza de que toda a definição se partirá ali adiante, chocando-se nos limites impostos por aquilo que pensou ser, e que de fato foi sob algum aspecto e por algum instante, fruto apenas do que pôde ver e sentir e expressar à hora da criação.

Entretanto, tratamos aqui de uma pesquisa que se pretende científica; ora, afeta-nos a necessidade da definição quando nos vemos sempre em um meio de caminho, permanente construção, ainda em processo, nem tudo nem nada: e sequer há o nada, toda parte é ocupada, seja pelo ar, pela matéria, por um átomo algum – interpretação sempre há, mesmo que equivocada; tanto quanto não há o tudo, posto que a dispersão cresce sempre, não é agrupável, não há vazio nem cheio independentemente de seu pessimismo ou otimismo ou de quantos copos estão à sua frente: o movimento não fecha-se em si jamais. Por isso a dificuldade da definição que nos exigem sempre, nesta dissertação também, que precisa de alguma maneira parar o movimento e dizer algo. Desde o princípio, compartilhamos do medo de Derrida (1995, p.21): “Falar mete-me medo porque, nunca dizendo o suficiente, sempre digo também

demasiado”⁵⁴. Vemo-nos por isso na ética inescapável, sempre na relação e na errância: no infinito levinasiano e na espectrologia derridiana: um que é um, posto que nenhum outro, e deve ser reconhecido; e, ainda assim, nunca um, pois nunca completo, tropeçando rumo a um angustiante algo além que parece escapar a qualquer análise.

54 O medo expresso por Derrida (2008) funda-se num paradoxo da linguagem, a de estabelecer limites e ultrapassá-los: “Mas é o próprio da linguagem, simultaneamente, estabelecer limite e ultrapassar os limites estabelecidos: por isso compreende termos que não param de deslocar sua extensão e de tornar possível uma reversão da ligação em uma série considerada (assim, demasiado e insuficiente, muito e pouco)” (DELEUZE, 1998, p.9).

4 DESCONSTRUÇÕES, MITOLOGIAS: O FANTASMA DO MÉTODO

Sabedores, portanto – e mesmo amedrontados por ela –, da inacabável abertura dos textos, a intenção aqui é construir uma metodologia que de fato extraia do objeto alguma profundidade, alguma das verdades sempre plurais, ao menos um tanto de informações, convenientes ou não – isso devemos avaliar somente ao fim –, mas que de toda forma nos ajude a responder às inquietudes por nós encaradas neste trecho do percurso acadêmico. Contudo, antes de um método, antes mesmo das teorias aprendidas, apropriadas e desenvolvidas, havia o objeto, falamos já dele, e ele desde o início nos disse algo, provocante, antes que pudéssemos erguer qualquer escudo metodológico. Foi a partir dele que esta jornada teve início. Eis o cuidado, do princípio, de não entregar-nos a um “guia passo a passo” que somente reforçasse aquilo que já previamente queríamos encontrar ou que pensávamos que encontraríamos; buscamos algo que, ao contrário, nos leve a algum ponto desconhecido; que obrigue o nosso olhar, tão viciado e preguiçoso por vezes, acostumado a ver o que visto está, a recair sobre partes dos textos analisados que insistem em nos passar despercebidas; ou que somente deixamos passar sob a justificativa, exatamente, de um outro método que permite que caminhemos por trilhas já bem demarcadas, por outros e por nós. Sem dúvidas que não inovaremos a tal ponto de criar uma metodologia própria, duvidamos mesmo de toda inovação solitária, mas com este intuito que sintetizaremos algumas técnicas diversas que, tudo indica, guiar-nos-ão a um ponto adiante.

Desacostumar os olhos acostumados, seja talvez esta a explicação mais razoável sobre a tática de pesquisa por ora adotada. Ler com calma e repetidas vezes para extrair do texto do *Jornal Boca de Rua* tudo o que dali podemos extrair – dentro de nossas possibilidades neste momento específico e das de um texto dito científico –, os encontros e desencontros que o levaram a ser tal é, tentar desenhar suas intenções e limitações – sabendo já da inevitável falha, que algo certamente nos escapará: sempre há algo além do olhar único, ou de dois; porém a intenção há de valer por algo, e que se siga olhando. Não deve se esconder que esta “leitura profunda” surge inspirada pela desconstrução de Derrida (1995; 2008) – ele por tantas vezes acusado de ser *mero leitor de textos* (FONSECA, F., 2008)⁵⁵ – e pela (des)mitologia de

55 “O trabalho desconstrucionista consiste, em última instância, em uma prática porque é sempre um trabalho de leitura, no qual Derrida, a partir de textos, é guiado à luz do movimento da desconstrução. Dotado de tal lente, Derrida empenha-se em manifestar os pressupostos que comandam o sentido de verdade em tais textos. Todavia, este procedimento dá margens a outra crítica – pejorativa, por sinal – insinuando que Derrida, enquanto pensador, enquanto filósofo, não passa de um mero leitor de textos” (FONSECA, F., 2008).

Barthes (2012). Pretendemos efetuar mesmo uma desconstrução exorbitante, que nos arranque da órbita do texto, permita-nos a fuga de sua sempre pretendida e jamais alcançada clausura e nos leve a desnaturalizar seus mitos – sem esquecer que “[...] a produção, se procura dar a ver o não-visto, não sai aqui do texto” (DERRIDA, 2008, p.200). O texto do Boca de Rua e suas significações são nossas mais preciosas matérias-primas, e únicas de fato, e delas que extrairemos qualquer conclusão válida. Em busca do desorbitado, encontraremos impulso no *pensamento errante*, que parte exatamente de onde estamos, único ponto possível de partida: “É preciso começar *de onde quer que estejamos* e o pensamento do rastro, que não pode não considerar o faro, já nos ensinou que seria impossível justificar absolutamente um ponto de partida. *De onde quer que estejamos*, já num texto em que acreditamos estar” (DERRIDA, 2008, p.199). E um passo adiante e já não se está no mesmo lugar⁵⁶.

4.1 A um método: o estudo actancial

Vemos na narrativa uma *ordem performática* (BARTHES, 1976); ela é, pois, uma mediadora fundamental na interpretação de si, com potencial de reconstrução do *self* e do “real” ao performar a experiência (BARBOSA, 2003). Ao buscar compreender como são construídas as inscrições de si da população de rua no Jornal Boca de Rua, perceberemos que a prática narrativa mostra-se uma interessante maneira de contrapor representações já instituídas sobre si a partir de outros discursos e, por isso, ferramenta valiosa à população de rua, costumeiramente tão desvalorizada em relatos jornalísticos (LAGO, 2010; SODRÉ, 2004).

Porém, mesmo quando intencionais, os relatos de si (ou de outros) inevitavelmente encontrarão barreiras ao seu *querer dizer* (BARTHES, 1976; DELEUZE, 1998; DERRIDA, 2008; BUTLER, 2015), uma vez que moldados exatamente por elas (as “barreiras”, ou seja, são resultados de agenciamentos diversos, de imposições externas ao desejo essencialista do Eu). Dependem das possibilidades de uma língua convencional e ensinada; das possibilidades técnicas do meio e de quem o opera; e das relações diversas que construíram o relato, levando-o ao ponto de recepção, de onde se extrairá qualquer sentido. Enxergamos as narrativas como resultados das tensões, do choque de intenções e possibilidades, dos encontros e desencontros que moldam a “coisa” sob análise: narrativa é relação, e o nosso

56 Frase inspirada por Chico Science, que diz na letra de *Um passeio no mundo livre*: “Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”.

olhar parte do objeto para as relações das quais é, além de fruto, (re)criador – o Boca de Rua afeta as relações estabelecidas pela população de rua entre si e com os outros grupos sociais e também o olhar que o pesquisador lança sobre seu objeto o modificará, um e outro, uma vez que relacionados.

Em termos práticos, focaremos em especial na categoria de *actantes*, que são, em resumo, tudo aquilo que *produz diferença e põe em movimento*, ou seja, faz o outro fazer (GREIMAS e FONTANILLE, 1993; LATOUR, 2012; LEMOS, 2013; SANTAELLA e CARDOSO, 2015), sejam coisas, artefatos, animais – humanos ou não. Tal visão compartilha a responsabilidade da ação, livrando-a da tutela de um sujeito ou de uma consciência: trata-se do encontro de actantes – a arma, a mão, o medo, o discurso de ódio do ocupante do cargo máximo da representação política nacional, o presidente –, das possibilidades deste encontro ocorrer e do que decorre a partir dele. Assim que o primeiro passo metodológico será observar o que fazem e como aparecem moradoras e moradores de rua nas notícias – principalmente as suas *ações*, a linguagem utilizada, e também os pronomes dados, adjetivos, descrições.

Atentaremos também, por tratar de certa forma de uma autorreferencialidade, ao entorno: os cenários – onde está e com quem se relaciona a população de rua; o que a faz fazer o que faz e, ainda, o que responde ao que é feito por ela. É esse o segundo passo: ver a cidade inscrita no papel; compreender quem são os “outros” desses que estigmatizamos de Outros: que locais frequentam; como se relacionam com os cenários e seus coabitantes; que actantes surgem nas narrativas e quais as pautas mais recorrentes. Por último, em uma leitura mais ampla e relativamente “livre” de métodos enclausurantes, praticaremos a errância em sua máxima potência: a busca será pelas metanarrativas emergentes das reportagens, no que os passos anteriores (e concomitantes) nos ajudarão; queremos discernir os mitos que escorrem por frases e palavras e pontuações, e que partem sempre e apenas do expresso, resultado das possibilidades sintáticas e léxicas de códigos e mensagens e meios disponíveis e que, no entanto, indicam temas de fundo que se conectam a uma rede de discursos que nos antecede e ultrapassa e que seguirá seu fluxo de conexões e desconexões, levando alguma significação sempre adiante.

Serão, portanto, três momentos de leitura que, ainda que aqui numerados, são em suma desordenados e simultâneos – ora, de início, antes de comprometer a leitura dos textos com qualquer olhar científico, havíamos já abstraído algum sentido deles – *houve sempre o objeto!* Atentaremos: 1) aos *actantes excêntricos*, estes que habitam as ruas, as calçadas e os viadutos

de Porto Alegre; 2) às suas relações com a cidade (actante por si só, que aqui destacamos) e com outros actantes; e 3) aos mitos que emergem do texto. Um movimento importante por nós realizado foi transformar a escrita em leitura atenta: os textos estudados foram transcritos em sua totalidade, tendo sua superfície alterada – do jornal para o arquivo do editor de texto, agora transformado neste bloco de páginas, ou seja, nesta dissertação. Os transcritos aparecerão no capítulo 5 e facilitarão a visualização das matérias, permitindo que ancoremos nossas inferências com maior clareza à leitora ou leitor. Eis um método, algo pragmático para acalmar ganas científicas: um olhar sistemático em busca das significações e dos sentidos múltiplos.

4.2 *Corpus*

Para o embasamento do estudo em termos práticos, selecionamos quatro edições do Jornal Boca de Rua e, nelas, nos restringiremos às reportagens de capa – assim, abordaremos textos diversos, entre matérias e entrevistas e fotos, já que mais de um texto em cada edição faz referência à temática destacada na capa: os conteúdos estendem-se por notas menores, boxes informativos e materiais diversos, que serão também analisados. As edições escolhidas são do ano de 2017, com a intenção de olharmos para “um ano inteiro” de narrativas – os números 62, 63, 64 e 65. Em maiores detalhes:

- *nº62 (janeiro a março)*: “Rita no coração” traz uma homenagem à integrante do jornal Rita, que havia falecido no novembro anterior (2016), vítima da tuberculose. Os relatos indicam profundo pesar por parte da equipe do Boca de Rua, que remontam a história e as peculiaridades de Rita de maneira afetiva e íntima, como que em uma homenagem em um obituário;

- *nº63 (abril a junho)*: “Luto e luta” é uma edição especial a respeito de casos de violência contra a população de rua ocorridos no primeiro semestre de 2017 em Porto Alegre. Além da capa, quatro matérias e uma entrevista (com a delegada responsável pela investigação de alguns dos casos relatados no jornal) abordam a temática. As reportagens contam as histórias de quatro moradoras e moradores de rua assassinados em Porto Alegre com requintes de crueldade: Ana Carmem foi encontrada estrangulada dentro de um contêiner de lixo; Jederson Michel foi morto com pancadas de paralelepípedo na cabeça no centro da cidade; Rodrigo Veloso foi espancado por torcedores de um clube de futebol e recebeu golpes com um taco de beisebol – passou cinco dias internado no hospital diagnosticado com

traumatismo craniano antes de falecer; Paulo Ricardo foi atingido por diversos tiros na Praça da Matriz, coração dos poderes da República – é nessa praça, no centro da cidade, que ficam as sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da Catedral Metropolitana.

- *nº64 (julho a setembro)*: “Massacre se repete” traz reportagens a respeito da reintegração de posse relativa à Ocupação Lanceiros Negros, que estava em prédio abandonado há dez anos no centro de Porto Alegre. A medida judicial foi cumprida com bastante violência pela polícia. Parte do questionamento do Boca de Rua refere-se à função social de prédios e construções, em especial os públicos, que poderiam fazer parte da solução para o déficit habitacional brasileiro e para a situação da população de rua.

- *nº65 (outubro a dezembro)*: “Por que não podemos ser mães?”; matéria que debate o preconceito sofrido pelas mulheres que vivem na rua no momento em que vão ganhar seus bebês – muitas saem do hospital sem eles e sem saber para onde suas filhas e filhos foram levados. A matéria interna tem o título de “A pior de todas as dores”. Além de perderem seus bebês, que são direcionados a abrigos, com frequência estas mulheres escutam de médicos e trabalhadores de hospitais acusações como “para que ter filhos se não conseguem criar?”.

5 AS INSCRIÇÕES DE SI DA POPULAÇÃO DE RUA EM UM JORNAL

Abordaremos agora, de maneira direta, os textos eleitos para o estudo. Por haver objeto antes de teoria ou de método, ao menos dessa sistematização ordenada, o primeiro passo dado foi o terceiro, e sem risco de tropeço: a numeração não significa hierarquia, um só podendo vir após o outro. Primeiro se leu o texto e dele foram abstraídos alguns sentidos, incrementados mais tarde, porém desde o início influenciados por aquilo que trazemos em nós devido aos percursos teórico e pessoal percorridos até o ponto de contato e contágio com o objeto. Uma leitura absolutamente livre é, em qualquer hora, impossível, porém tarefa que se complexifica a cada instante, posto que os olhos já pesquisam e não apenas leem: buscam por algo específico demais. As primeiras aventuras junto às inscrições postas sob o papel do Boca de Rua, portanto, foram também as mais próximas de alguma liberdade, ao mesmo tempo que mais distantes de respostas objetivas para as perguntas que nos instigam. Por isso, vez que outra, preocupamo-nos em abrir o olhar, focando no todo e não apenas na parte, e vice-versa: mo(vi)mentos de leitura; busca pelos sentidos possíveis, ciência da dança dos rastros. Abrir e fechar, expandir e estreitar, tal qual ondas em um mar revolto, o sobe e desce incessante que traz de baixo algo antes submerso ao passo que afunda o que se segura à superfície líquida e insustentável da água.

Assim que sentimos, frente ao enjoo do movimento incessante, que é hora apropriada para refazer as perguntas que movem esta pesquisa e metodicamente procurar as respostas pretendidas – afinal, mesmo sem sabê-las (e sabê-las inconclusas), as pretendemos. Atrás de direção e cuidando para não nos perdermos em reticências, lembremos pois a pergunta-guia desta dissertação: como as pessoas em situação de rua inscrevem a si no Jornal Boca de Rua? Tal qual já dito no capítulo anterior, nos aproximaremos de uma resposta por um estudo actancial, afinal ser é existir e existir é fazer, ou seja, *produzir diferença* (BRYANT, 2011). O que faz a população de rua na narrativa do jornal? Com *quem* o com *o que* se relaciona? Que mitos mostram-se e escondem-se, como num jogo, nas inscrições postas ao papel? Deglutimos já, inicialmente de forma bastante livre, os textos sob exame; depois os transcrevemos, fazendo da escrita uma leitura atenta. Aí que seguimos pelos passos apontados na seção anterior: 1) marcar as ações de moradoras e moradores de rua nos textos; 2) perceber as relações com o entorno, as pessoas, a cidade, os lugares, e como estes agem e fazem agir; 3) buscar pelas metanarrativas, os mitos, (re)construções extratextuais – e que partem de nenhum outro lugar que não os enunciados do próprio jornal.

Para tanto, primeiro apresentaremos as matérias de maneira um tanto quantitativa e linear, os textos transcritos em sua íntegra e a descrição das imagens e da distribuição dos espaços – que externalizam já, inevitavelmente, algumas interpretações. Após, partiremos a algumas considerações a respeito de cada edição, separadamente. No próximo capítulo, dedicado às considerações finais deste trabalho, reagruparemos as partes, amarrando os raciocínios aqui tão longamente elaborados com o referencial teórico. Nos anexos A, B, C e D, as capas e as reportagens das matérias estudadas em cada edição podem ser encontradas, respectivamente, levando em consideração a ordem de publicação (números 62, 63, 64 e 65).

5.1 Edição 62: “Rita, a nossa guerreira” e as ações singularizantes

Manchete de capa: “Rita no coração”.

Chamada de capa: “O último recado de Rita para o Boca de Rua, pouco antes de ser internada, foi: ‘Não posso ir na reunião porque preciso fazer um curativo no coração’. Ninguém sabe bem o que ela queria dizer. Talvez falasse da dor no peito provocada pela tuberculose. A verdade é que ao partir, em novembro passado, ela deixou todos com o coração partido e sem curativo para aliviar a dor.”

Foto de capa: Na imagem aparece a Rita, sorrindo com a língua de fora, calça branca, blusa justa branca e rosa, boné roxo e branco para o lado. Está em frente a uma porta descascada e pouco se vê do fundo. O primeiro plano, ou seja, a Rita, é tudo o que nos é dado para sentir.

Distribuição do espaço: As matérias relativas à temática da capa estão na página 4. A principal, que fala de Rita, posiciona-se em três colunas, cerca de um quarto da página, ocupando o quadrante superior esquerdo (por onde começamos a leitura e, por isso, o destaque, embora o espaço nem tão significativo em termos de tamanho). Ao lado, à direita, em uma coluna, um poema que Rita costumava declamar aos compradores do Jornal Boca de Rua nas sinaleiras de Porto Alegre. A foto de Rita ocupa o topo da página. Abaixo e à esquerda, uma breve matéria a respeito de José Mauro, que chamaremos de *texto secundário*. Abaixo e à direita, em um box vermelho, o *texto terciário*, a respeito de perdas e chegadas de pessoas à equipe do Boca de Rua. Ambos textos de apoio têm fotos, uma de Mauro, a outra de David e Fabiana com a filha recém-nascida, Ágata. No espaço entre a matéria principal e a que fala de José Mauro, um agradecimento à psicóloga que auxiliou com os trâmites para a liberação do corpo de Rita e seu sepultamento.

Título da matéria principal: “Rita, a nossa guerreira”.

Texto da matéria principal: “Não são só os universitários aprovados no Vestibular que aparecem nas janelas de trás dos ônibus. Rita de Cássia Pereira de Souza – nossa colega de Boca de Rua – também. Ela estava lá, com aquele sorriso, na campanha contra a tuberculose e pelo direito à saúde do morador de rua. Por ironia do destino, a Rita morreu de tuberculose em novembro de 2016.

Rita fechava os olhos quando falava. Se perguntavam por que fazia isso, dava risada: “Não sei, sempre fui assim”. Rita fechou os olhos e não abriu mais. O último recado ao Boca – pouco antes de ser internada – foi: “Não posso ir à reunião porque preciso fazer um curativo no coração”. Agora quem precisa de curativo no coração somos nós, seus colegas, pois sentimos muita saudade. Ela tinha uma grande família no jornal e também a sua família verdadeira – o companheiro Lênon e os irmãos Angélica e Adriano – que fazem parte do grupo.

Muita gente conhecia Rita porque ela tinha muitos clientes na sinaleira da José do Patrocínio com a Venâncio Aires. Ela era agitada, falava muito e às vezes gostava de recitar o poema “Caminhos que se cruzam” para quem comprava o Boca. Quase sempre estava acompanhada de Didi, que também sabe a poesia de cor.

Rita dividia tudo, sua comida preferida era arroz com gordurinha (que o açougueiro guardava pra ela) e tinha um gosto muito estranho, que era suco de maracujá e manga com sal. Mas o que Rita mais gostava, mesmo, era de criança. Ela teve três filhos e o menorzinho se chamava Dale em homenagem ao D’Alessandro, jogador do Inter.

De vez em quando a Rita armava um barraco porque não era de levar desaforo para casa. No começo brigava bastante nas reuniões, mas depois começou a gostar e a ser uma pessoa muito importante que era ouvida por todos. Também gostava de dar entrevistas sobre o jornal e a vida na rua. Por isso, foi muito difícil aceitar sua perda. Também entre os companheiros da Praça Garibaldi, onde morava, foi sofrido. Porque onde a Rita estava, ninguém ficava quieto.”

Foto da matéria principal: Rita, da cintura para cima, com uma blusa curta roxa. Está em uma praça, vê-se o verde e alguns brinquedos infantis atrás dela. Posa como uma heroína, um quê de Super-Mulher, os punhos cerrados encostados à cintura e os cotovelos

apontados para fora, os braços como em um “v” ladeado. O rosto é sério. Crédito da foto: Marina, Boca de Rua/Agência Alice.

Legenda da foto: “Quando vendia jornal, Rita recitava o poema ao lado” [nota nossa: o poema, posicionado no jornal na coluna mais à direita, ao alto, está transcrito abaixo].

Título do poema: “Histórias que se cruzam”.

Texto do poema:

“Acordei cedo
 E já olhando para o céu
 (...)
 A minha história é única
 Em meio ao zum, zum, zum
 De onde eu vim
 Os ratos faziam festa
 À beira do esgoto sujo
 Uma sanga podre aberta
 (...)
 Mas hoje trabalho com o povo
 Das periferias e comunidades
 É o pessoal da rua
 Fazendo sua história
 E o jornal Boca de Rua
 Registrando essa memória
 Mangando no asfalto
 Na sinaleiras
 Viver na rua não é brincadeira
 Respeito, justiça e paz
 Nós vamos buscar
 Jornal Boca de Rua
 Veio pra revolucionar!!!

(Trechos de poema escrito por Déko Ramires, educador do projeto EcolSol PopRua, e declamada (*sic*) por Rita e sua amiga Didi para os cliente (*sic*), na sinaleira).”

Título do texto secundário: “José Mauro, o nosso lanceiro”.

Texto secundário: “‘Sou descendente dos Lanceiros Negros’. Era assim que José Mauro Marques Rodrigues – que morreu de uma parada cardíaca em novembro passado – se apresentava. Ele sabia tudo sobre os lanceiros e também sobre a escravidão e os quilombos. Era muito inteligente e tinha orgulho do seu passado.

Mas além de protestar contra o racismo e a injustiça da história ele também gostava de um pagode, de uma festa. Tanto que, embora tivesse uma casa na Vila Nova Chocolate, e

preferia ficar mais na rua. Seu lugar predileto era o canteiro em frente ao bar da Neuza, na Praça Garibaldi. Ali tem uma pedra grande onde ele costumava sentar e cantar. O pessoal até brincava que um dia ia escrever o nome dele na pedra. E vamos fazer isso. Vai ser o monumento para o Zé Mauro, o primeiro da cidade que homenageia um morador de rua.”

Foto do texto secundário: Zé Mauro sentado, as duas mãos segurando o joelho direito. Ele olha para a câmera. Veste um casaco azul com estampas, calça esportiva preta e tênis. À cabeça, um chapéu estilo *panamá* branco. Zé está sentado em uma pedra, no que parece ser um canteiro – seria a pedra que virará monumento em sua homenagem? Crédito da foto: Zé Luiz, Boca de Rua/Agência Alice.

Título texto terciário: “Dois se foram, quatro voltaram, uma chegou, muitos se aproximaram”.

Texto terciário: “O Boca de Rua viveu dias muito tristes com a perda de Rita e Mauro. Mas também coisas boas aconteceram para compensar. A perda de Rita, por exemplo, uniu os integrantes do jornal e também os clientes e pessoas ligadas aos programas sociais e culturais que ela participava. Tanto no seu velório quanto na missa de 7º dia compareceram muitas pessoas, todas bastante emocionadas. Também ocorreu o Sarau sem Rita, organizado pelo grupo autônomo ‘Me apoia aí’, que pensa em promoção de saúde e redução de danos com a Pop Rua. Na ocasião, foram expostas fotos dela e de Zé Mauro, pintadas faixas e montada a Rádio na Rua, com espaço para música e depoimentos em plena Praça Garibaldi. Vários amigos que estavam afastados também se reaproximaram do Boca, entre eles Alessandra, Luciana, Marcus Vinicius e Lênon. Foi uma bela herança que a Rita deixou. Para o Boca, porém, a maior alegria foi a chegada da Ágata, filha de David e Fabiana. A menina, linda e saudável, veio para renovar a vida e trazer esperança a todos.”

Foto do texto terciário: David e Fabiana sentados com Ágata, a filha recém-nascida. O bebê está no colo de David, com um chapéu rosa e vestindo amarelo. David está sério, de camisa azul onde se lê “Grêmio”, boné que esconde parte do rosto e bermudas também azuis, mas de tom mais escuro. Usa chinelos e um colar. Já Fabiana sorri abertamente. Há uma flor em seus cabelos presos, as mãos cruzadas entre as pernas. A camisa sem mangas é cinza com uma estampa preta. Usa short e chinelos – o dia era quente. Estão em um banco de praça. Crédito da foto: Elvis, Boca de Rua/Agência Alice.

Legenda da foto: “Ágata com seus pais, David e Fabiana”.

Considerações sobre os textos da edição número 62:

Primeiro, uma breve descrição da matéria se faz necessária, caso lhe tenha parecido, leitora ou leitor, tarefa demasiada lê-la na íntegra: ela trata da história de vida de Rita, integrante da equipe do Boca de Rua. Rita falecera dois meses antes da edição número 62 ir às ruas, vítima da tuberculose. O material aparece então como que uma homenagem à sua vida, um texto de obituário, singularizando-a e mostrando-a digna de lembrança. Em suma, são essas as ações atribuídas à Rita: *ações singularizantes*. Compilamos algumas delas, a fins de exemplificação: “*Rita fechava os olhos quando falava*”; “*ela tinha uma grande família no jornal*”; “*ela era agitada, falava muito e às vezes gostava de recitar o poema ‘Caminhos que se cruzam’*”; “*quase sempre estava acompanhada de Didi*”; “*Rita dividia tudo, sua comida preferida era arroz com gordurinha*”; “*tinha um gosto muito estranho, que era suco de maracujá e manga com sal*”; “*Rita armava um barraco porque não era de levar desaforo para casa*”; “*gostava de dar entrevistas*”.

Mais que apenas *morar na rua* – e é essa sempre a ação principal que lhes é imposta, alcunha máxima que as define, pesadamente: *morar na rua*, é esse o *fazer que se é* e que por isso precisa ser descentralizado, posto que a população de rua é (porque faz) muitas coisas mais –, Rita é poeta, vendedora, amiga, generosa, gosta de crianças mais que do “arroz com gordurinha”. Há no texto uma especificação daquela existência, a de Rita, única e especial, por direito – como qualquer outra. São lembradas peculiaridades suas, hábitos como fechar os olhos para falar ou comer e beber coisas que os outros não costumam; o texto mostra que ela marcou vidas. Suas realizações não foram apagadas quando ela “fechou os olhos e não abriu mais”: ela, que morava na Praça Garibaldi, tinha amizades no açougue e na esquina onde vendia os exemplares do Boca de Rua e recitava poemas junto a uma amiga, no encontro da Avenida Venâncio Aires com a Rua José do Patrocínio, no bairro Cidade Baixa, Porto Alegre.

A voz que age e nos fala das coisas que Rita fazia é a do autor-narrador: no Boca de Rua, lembremos, três categorias se mesclam, tendo nisso uma potente *força de real*. Autor é narrador que é, muitas vezes, personagem. Neste caso, a voz é externa e lembra da vida de Rita; em muitos momentos deixa claro o quão próximo esteve dela em vida, como colega de jornal e de rua: sente saudades, junto com os membros do Boca de Rua e os vizinhos de praça (“*agora quem precisa de curativo no coração somos nós, seus colegas, pois sentimos muita saudade*”; “*foi muito difícil aceitar sua perda*”). O texto é escrito na primeira pessoa do

plural. “Nós” sentimos saudade. “Nossa” colega. Um “nós” que vive também a rua e suas intempéries e, com a morte sempre a alcance, ainda sente dor e a carrega dignamente.

Mas a ação de Rita é sempre passada: sorria, trabalhava, tinha gostos estranhos; ela foi até mesmo modelo em propagandas nas janelas traseiras dos ônibus do transporte público de Porto Alegre. Tudo no passado porque, como é o destino de todos nós – porém, infelizmente, muito mais apressado no caso da população de rua – Rita faleceu. A isso, a narrativa culpa um “irônico” destino (*“Por ironia do destino, a Rita morreu de tuberculose”*), afinal a doença que causou sua morte era exatamente o tema das propagandas que Rita estampava na traseira de ônibus. Ironia? Ora, sabe-se que a tuberculose é uma doença já controlável, com vacinas e tratamento disponível gratuitamente pelo SUS (Sistema Único de Saúde); não deveria mais levar a mortes. Contudo, tal informação não parece ser verdadeira para a população de rua: segundo o Ministério da Saúde, em média 4,5 mil pessoas morrem devido à tuberculose anualmente no Brasil (algo em torno de 0,002% da população). As causas, para além do sistema imunológico de cada um, têm raízes sociais, ligadas à pobreza e à má distribuição de renda: assim que a população de rua é a mais vulnerável, com o risco de adoecimento por tuberculose 56 vezes superior à média nacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Não nos parece caso de um destino “irônico” e sim um fruto da desigualdade socioeconômica, crescente no modelo capitalista neoliberal vigente (FATHEUER et al., 2016), insustentável e mortífero. Desigualdade que não deixa Rita mais falar e nem cantar ou recitar poesias ou vender jornais ou mesmo reclamar e brigar: está morta, assassinada por uma invisibilidade e pela desassistência imposta a quem é jogado às ruas.

Os dados sublinham a desigualdade que coloca as pessoas em situação de rua em grave risco. Contudo, a nosso ver, é mais grave ainda o silêncio e a ausência de números, que impossibilitam a implementação de políticas públicas significativas voltadas a esta população. Portanto, ainda que a expectativa de vida do brasileiro médio tenha aumentado cerca de 30 anos nos últimos 76 (entre 1940 e 2016), chegando a 75,8 anos (OLIVEIRA, 2017), a tal otimismo a população de rua não pode se dar, posto que, afora ser certamente menor, a expectativa de vida de quem vive nas ruas do Brasil é uma incógnita:

O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem entre seus objetivos sequer a averiguação do número total da população não domiciliada. Esta ausência [...] prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e

reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais (NATALINO, 2016, p.7).

O IPEA estima que 101 mil pessoas vivam nas ruas no Brasil – só em Porto Alegre são mais de 2 mil⁵⁷ – 2.115, se quisermos ser exatos (UFRGS, 2016). Muito mais que o montante, porém, não se sabe; e na ausência de dados concretos no Brasil, os números que vêm de fora servem como referência e justificam a preocupação: na Inglaterra, por exemplo, a idade média de morte de quem vive nas ruas é 47 anos; considerando a expectativa de vida da população em geral (77 anos), moradoras e moradores de rua morrem 30 anos mais jovens, em média. E a situação é ainda mais grave no caso de mulheres: a expectativa de vida média para as inglesas é de 80 anos; já as que moram na rua morrem aos 43 – 37 anos mais cedo (THOMAS, 2012).

Algo semelhante ocorre na narrativa que nos apresenta Zé Mauro, abaixo e à esquerda na página: o texto está também no passado. Mauro morreu de uma parada cardíaca; trata-se de mais um obituário. Na matéria, o autor-narrador aponta que Mauro tinha um grande conhecimento sobre a história da população negra e sobre escravidão (*“ele sabia tudo sobre os lanceiros e também sobre a escravidão e os quilombos”*; *“era muito inteligente e tinha orgulho do seu passado”*). Era inteligente e culto – e descobrimos, assim, que quem mora na rua pode, como qualquer outro, possuir tais características, o que a alguns pode soar como surpresa. Mais que isso, como que dando um nó nas construções unárias de definições primárias, quem mora na rua e é inteligente e culto pode também gostar de festa, de samba e de pagode (*“ele também gostava de um pagode, de uma festa”*): aceita-se e se constrói, em uma curta narrativa, um ser múltiplo, complexificado, afastando a existência de Mauro de estigmas simplificadores. Suas ações mostram isso, as coisas que sabia e que gostava. Outra singularidade: para Mauro, a situação de rua era uma opção. Morador da Vila Nova Chocolateiro, escolhia, na maioria dos dias, ficar na Praça Garibaldi (*“embora tivesse uma casa na Vila Nova Chocolateiro, preferia ficar mais na rua”*; *“seu lugar predileto era o canteiro em frente ao bar da Neuza, na Praça Garibaldi”*). Tem até mesmo uma pedra, objeto desses pelo qual passamos com tamanha indiferença na maioria dos dias, mas havia aquela pedra específica que, para Mauro, não era apenas pedra, tendo as coisas as suas complexidades também: nela, aquela pedra em especial, em frente ao Bar da Neuza, na Praça Garibaldi, Mauro costumava sentar e cantar por longas horas. É ela que vai virar o primeiro monumento

57 Número referente a 2016. O levantamento realizado pela UFRGS mostrou um aumento superior a 50% no contingente de pessoas em situação de rua na cidade em cinco anos.

em homenagem a um morador de rua, estes que têm na cidade o lar e veem as coisas para além das coisas que nos acostumamos a ver (e a não ver, ênfase no negativo, cegueira coletiva que a pressa do cotidiano da sociedade capitalista neoliberal incentiva); estes que transformam pedras em palcos e praças em condomínios (“*Ali tem uma pedra grande onde ele costumava sentar e cantar. O pessoal até brincava que um dia ia escrever o nome dele na pedra. E vamos fazer isso. Vai ser o monumento para o Zé Mauro, o primeiro da cidade que homenageia um morador de rua*”). A relação com a cidade é outra, profunda, para bem e para mal, que só um não há: enfrenta-se a violência e o abandono e se encontra uma casa, um caminho, uma família, algo que faz da cidade uma outra: a cidade dos Outros.

Partindo ainda do texto, porém o exorbitando, captamos a problemática habitacional: ora, e por que motivos José Mauro prefere uma praça à sua casa na Vila Nova Chocolatão? Pode ser apenas mais um gosto peculiar de uma pessoa única, é verdade. Contudo logo lembramos das políticas públicas que isolam comunidades mais pobres em periferias, sempre e cada vez mais distantes, apartados de serviços básicos como saneamento, hospitais e escolas, políticas que esquecem de quem vive as intempéries das ruas; logo lembramos do racismo e da higienização de nossas cidades; lembramos da *segregação espacial por raça* (VARGAS, 2005), que joga as pessoas pobres e as pessoas negras para longe e, quando não pode expulsá-las, constrói muros para não vê-las⁵⁸: são insuportáveis porque são a prova cabal de nossa própria bestialidade.

Contudo, há também, em contraponto e em resistência à expulsão da cidade, uma reapropriação dos espaços públicos por parte da população de rua, que se relaciona com seus ambientes de uma maneira que outros moradores da cidade parecem não ter capacidade ou vontade: a preferência parece ser se trancafiar em simulacros de ruas, *ilhas de semelhança* onde voluntariamente nos segregamos (BAUMAN, 2009), o exílio optativo dos condomínios que, cercados de muros e de câmeras e de seguranças privados, fazem esquecer do que há lá fora: pois a uns a rua não é mera passagem, é moradia, é carinho, é conforto; é, por vezes, como foi para Mauro, escolha.

O último texto estudado na edição 62 (texto terciário) ressalta o Boca de Rua como actante: o jornal viveu dias tristes com as perdas de Rita e de Mauro (“*O Boca de Rua viveu dias muito tristes com a perda de Rita e Mauro*”); e reencontrou a felicidade no legado destes:

58 Na época dos Jogos Olímpicos disputados em 2016 no Rio de Janeiro, a cidade foi “maquiada” para esconder a desigualdade. Em pesquisa, 73% dos moradores da Maré (RJ) afirmam que ‘muro’ da Linha Vermelha foi feito para esconder a comunidade (73% DOS..., 2011).

reaproximações que surgem a partir do funeral e da missa de sétimo dia de Rita; o sarau em homenagem a ambos, reforçando a cultura que os encantava, a poeta e o músico. Reencontre-se alegria também, em meio à morte e à tragédia e ao descaso e à saudade, no nascimento de Ágata, filha de David e Fabiana (*“Para o Boca, porém, a maior alegria foi a chegada da Ágata, filha de David e Fabiana”*), diferente de um discurso racista que possui assustadora força (o foi proferido pelo atual presidente, que assumiu o cargo em janeiro de 2019⁵⁹) e que defende a esterilização forçada das pessoas em situação de rua (em nossas considerações a respeito da edição 65, mais abaixo, aprofundaremos o desrespeito ao direito mais fundamental das mulheres de rua, que também lhes é tirado, o direito à maternidade). O Boca de Rua apresenta Ágata como aquilo que costumeiramente afirmamos serem as crianças, que desde o início recebem a responsabilidade de cumprir aquilo que a geração anterior não conseguiu, peso injusto de perseguir as utopias não alcançadas: há na vida dada à luz, e por isso em Ágata, uma incansável esperança de futuro; futuro que é muitas vezes negado a quem vive na rua, seja pela brutal violência a que são submetidos, pela ausência de solidariedade e assistência social, pelas proibições tantas – de morar perto, de morar onde quiser, de morar, ou mesmo de viver, e as pessoas que vivem nestas condições nos revelam o quão próximos estão estes conceitos, morar e viver. Por fim, passado e futuro se entrelaçam, no legado do que passou e que fica como ponto de partida para o que virá, abertura incessante (*“foi uma bela herança que a Rita deixou”; “a menina, linda e saudável, veio para renovar a vida e trazer esperança a todos”*).

5.2 Edição 63: textos que explicitam a violência das ruas – e o silêncio sobre ela

Manchete de capa: “Luto e luta”.

Chamada de capa: “Os moradores de rua estão de luto e em luta para acabar com as mortes, agressões, espancamentos, linchamentos e queimas de barracos que aumentaram muito em 2017.”

Foto de capa: Mulher acende velas em uma praça de Porto Alegre. A imagem é escura e vê-se o rosto da jovem iluminado pelas chamas. Pouco se capta do plano ao fundo – é preciso procurar para identificar que é mesmo uma praça – no caso, a da Matriz, no centro da cidade. Pessoas passam por ela, ao fundo, em ato cotidiano. Crédito da foto: José Luiz, Boca de Rua/Agência Alice.

59 “Bolsonaro defendeu esterilização de pobres para combater miséria e crime” (BRAGON, 2018).

Distribuição do espaço: Os conteúdos vão da página 2 à página 6, ocupando quase metade do espaço do jornal. Além dos materiais secundários, são quatro reportagens a respeito de casos de violência a moradoras e moradores de rua e uma entrevista com a delegada responsável pela investigação de um dos casos de assassinato abordado na publicação. Não há matéria principal; por isso, as mostraremos na ordem posta no jornal. Falaremos da distribuição do espaço individualmente também, página a página.

Página 2:

Distribuição do espaço: Na página 2, há no topo, ocupando a metade superior inteira da página, uma grande foto da homenagem feita a Paulo Ricardo na Praça da Matriz, centro da cidade, onde ele foi assassinado. A matéria principal está nas duas colunas à esquerda; à direita e abaixo, outra foto de mobilização da população de rua e, acima desta foto, à direita e quase ao centro da página, uma caixa de texto em vermelho, o *texto secundário*.

Título da matéria principal: “Ruas violentas”.

Texto da matéria principal: “A violência contra moradores de rua aumentou de forma assustadora nos últimos meses, em especial desde o começo de 2017. Quando se fala no assunto, a primeira reação das pessoas é relacionar o problema com o tráfico. Mas essa é apenas uma parte – e não a maior – da questão. As agressões vem principalmente da polícia e da população civil, sendo que algumas acontecem também entre os próprios sem-teto. A absoluta maioria desses fatos não ganha uma linha nos jornais e tampouco é noticiada nas rádios e televisões.

Nos primeiros quatro meses do ano, pelo menos quatro mortes. Ana Carmem, estudante da Escola Porto Alegre (EPA), foi encontrada estrangulada dentro de um contêiner, e Jederson Michel foi morto com pancadas na cabeça na Avenida Otávio Rocha. Em março, só na semana de Porto Alegre, dois integrantes do Boca de Rua morreram assassinados. Rodrigo faleceu depois de ser brutalmente espancado por torcedores de futebol. Paulo Ricardo levou vários tiros em plena praça da Matriz, cercado por todos os poderes do céu e da terra: legislativo, executivo e judiciário, além da Catedral Metropolitana. Deles, sobraram duas camisetas. A de Rodrigo era de um time, assim como a de seus agressores. A que Paulinho vestia era verde, com uma única palavra escrita em letras amarelas: Brasil.”

Foto da matéria principal: Foto da homenagem feita a Paulo Ricardo na Praça da Matriz, centro de Porto Alegre. Encostadas a uma árvore, duas placas formam uma espécie de

lápide, fazendo da rua mais que lugar de *morar* e da cidade mais que lugar de *viver*, mas também de *morrer*; a morada definitiva. Na placa maior lê-se “assassinado”; na menor, “Paulo, 1981-2017”. Ao fundo, carros estacionados e o portão de entrada da Catedral Metropolitana. Flores vermelhas ladeiam a lápide, caídas ao chão. Poucas ainda se sustentam em um vaso branco colocado à frente das inscrições. Crédito da foto: José Luiz, Boca de Rua/Agência Alice.

Legenda da foto: “Amigos marcaram o local onde Paulinho morreu.”

Texto secundário: “Dia 31 de março aconteceu o Encontro do MNPR/RS que começou no Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA) com debates sobre o aumento da violência e terminou com uma manifestação cultural no Largo Zumbi.”

Foto do texto secundário: A foto, abaixo e à direita, mostra moradoras e moradores de rua reunidos em frente a uma casa. Algumas riem, outros conversam e um, ao centro, acena à fotógrafa ou fotógrafo. Foto não creditada.

Página 3:

Distribuição do espaço: A página divide-se em três colunas: na esquerda, o texto principal. Ao centro, uma foto de Paulo Ricardo e, acima e abaixo dela, desenhos feitos por ele. À direita está um poema em sua homenagem, em letras vermelhas, escrito por Carlinhos Guarnieri.

Título da matéria principal: “Morte ao vivo”.

Texto da matéria principal: “Paulo Ricardo Camargo de Oliveira foi assassinado no dia 21 de março com vários tiros pelas costas em pleno dia, na praça da Matriz lotada de frequentadores, cercada por câmaras (*sic*) de segurança e por todos os poderes da cidade: legislativo, executivo e judiciário, além da principal igreja de Porto Alegre. O assassino perdeu um celular com impressões digitais, informações e fotos, mas um mês depois nada tinha sido descoberto pela polícia (leia entrevista com a delegada). Poucos minutos após o crime, antes de ouvir qualquer testemunha, o tenente coronel Eduardo Amorim, da Brigada Militar, disse que as árvores poderiam prejudicar a identificação do criminoso pelas câmaras (*sic*) e declarou não descartar a hipótese de ser um acerto de contas do tráfico.

O caso de Paulinho saiu nos jornais, porque não tinha como esconder. Mas, ao contrário do que aconteceria se ele fosse da classe média, não se falou uma linha sobre ele, sobre seus sonhos, sua personalidade. Ninguém disse que ele era um baita desenhista, que

tocava violão, que era um trabalhador com duas fontes de renda – o jornal Boca de Rua e a atividade de guardador de carros – que participava do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que frequentava o CAPS, que estava com duas entrevistas de emprego marcadas e que tinha se matriculado em um curso de arte. Ele não era santo nem anjo. Se fosse, estaria no céu. Mas geralmente demonstrava gentileza com as pessoas e poucos dias antes de morrer ajudou uma mãe em dificuldade. Para a imprensa e para grande parte da sociedade, era apenas ‘um morador de rua’.

O corpo de Paulinho ficou 14 dias no Departamento Médico Legal (DML), pois apenas um familiar poderia retirar o corpo. A equipe do Boca de Rua se mobilizou na busca, visitando o colégio onde estudou, os locais onde era atendido e batendo de porta em porta na vila onde provavelmente moravam tios dele. Finalmente os colegas ficaram sabendo que uma irmã já tinha providenciado o enterro. Essa irmã acabou visitando o jornal e ficou muito emocionada em saber que ele tinha tantos amigos.

Em protesto por sua morte e pela violência que tem crescido contra os moradores de rua, foi realizada o ato Luto e Luta, na praça da Matriz no dia 5 de abril. O manifesto, chamado pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), contou com a presença de vários outros movimentos e muitos amigos de Paulinho. Vestidas de preto, as pessoas colocaram velas e flores no local do crime, onde foi escrito seu nome, além das datas do seu nascimento e morte. Na praça também estiveram expostos os desenhos de Paulinho, a maioria deles resgatados pelo amigo Carlinhos Guarnieri, autor do poema ao lado. [Nota nossa: nesta transcrição, o poema está abaixo.]”

Título do poema: “Parentes”.

Texto do poema:

Cinco tiros no peito
 Meu parente, Paulo Ricardo...
 Partiu, carregando um fardo
 Passado: o do preconceito.
 Trabalhador, estudante,
 Cartunista e militante,
 Por viver do seu jeito
 Foi transformado traficante
 Por um olhar muito distante
 De quem se acha perfeito.
 Jornalista e jornalista,
 Um companheiro guerreiro

Deu lições em sua escola.
 Um talentoso artista
 Que o mundo capitalista
 Não deu chance, nem por esmola.
 Em sua precária condição
 Buscava a transformação
 Mas não virou borboleta.
 O seu corpo perfurado
 Permaneceu ali, gelado,
 Seu casulo é uma gaveta.
 Não precisa ser Camargo
 Pra sentir o gosto amargo
 Desta perda tão sofrida,
 Nem tampouco Oliveira
 Pra que tanta gente queira
 A sua morte resolvida.
 Que não morra na memória,
 Ganhe asas e sua história
 Que marcou a nossa vida.
 Parentes: antes de fazer nosso luto,
 teremos que fazer nossa luta!

(Carlinhos Guarnieri)

Foto 1 da matéria principal: Aparece um desenho do pôr do sol feito por Paulo Ricardo.

Foto 2 da matéria principal: Vemos Paulo segurando uma cuia de chimarrão à mão direita e fazendo sinal de positivo com a esquerda. Usa uma camisa polo azul, o rosto demonstrando algum cansaço. Em uma sala envidraçada, o sol entra pelas janelas. No plano de fundo, cobertas. Fixado na vidraça atrás dele, um sinal de “entrada pelo lado”, que remete o lugar a alguma repartição pública, possivelmente a sede do Demhab (Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre), ocupada ao longo de 28 dias em protesto da população de rua em 2016⁶⁰. Foto não creditada.

Fotos 3 e 4 da matéria principal: Outros desenhos de Paulo Ricardo, a maioria de rostos.

Legenda das fotos: “Paulinho era desenhista, trabalhador e militante.”

Página 4 (entrevista com a delegada da Polícia Civil responsável por investigação do assassinato de Paulo Ricardo):

60 A ocupação do Demhab por parte da população de rua e de organizações ligadas à luta por moradia foi despejada em ação violenta da Brigada Militar (FOGLIATTO, 2016).

Distribuição do espaço: O título é uma fala da delegada e ocupa três linhas no topo da página, em letras graúdas típicas das manchetes de jornal. A foto, que descrevemos abaixo, ocupa o centro da página, duas de quatro colunas. Há um texto de abertura que ocupa a coluna da esquerda, meia página. A entrevista está na metade debaixo da página, nas quatro colunas. Na coluna da direita, altura central, um bloco vermelho de texto (secundário) apresenta um depoimento em homenagem a Paulo Ricardo, o Paulinho.

Título da entrevista: “Não podemos dar maiores informações para não atrapalhar as investigações”.

Texto de abertura da entrevista: “A delegada Roberta Bertoldo da Silva da 2ª Delegacia de Polícia resumiu o andamento das três investigações de assassinatos de moradores de rua – Paulinho, Pelezinho e Ana – em uma única frase: ‘Estamos investigando e não podemos dar maiores informações para não atrapalhar as investigações’. Na data em que se deu essa declaração, 2 de maio (quando a edição foi fechada), mais de 50 dias tinham se passado desde a morte de Paulinho. No caso da investigação do jornalista Tagliene Padilha da Cruz, sua posição foi bem diferente. Ela disse em entrevista filmada no G1: ‘A divulgação do vídeo [das câmeras de segurança] é extremamente importante em razão de que a gente pode obter algum tipo de denúncia’.

No dia 4 de abril, 15 dias depois da morte de Paulinho, a delegada deu uma entrevista mais longa para a equipe do Boca. Naquela data, a polícia ainda não tinha sequer feito a perícia do celular que o assassino deixou cair. O caso do Pelezinho nem tinha chegado. Inicialmente, Roberta não queria deixar entrar todos os repórteres do Boca (Saulo, Catarina, Zé, Michelle e Luiz Abreu), mas depois concordou. Ela não permitiu o registro da sua imagem, aceitando, apenas ser fotografada de costas.”

Entrevista [nota nossa: colocamos as perguntas em *itálico*]:

“Como está o andamento da investigação do nosso colega Paulo Ricardo, que foi assassinado na Praça da Matriz?”

Roberta – Estamos procurando apurar a autoria do crime, mas não tenho como dar detalhes maiores.

Por que o delegado disse que era acerto de contas do tráfico e que não seria possível identificar o assassino pelas câmeras antes de falar com as pessoas e ver as imagens?”

Roberta – Nós não temos imagens da cena da execução.

O assassino deixou um celular cair. Suas fotos e impressões digitais não estão nele?

Roberta – O aparelho está sendo analisado, mas depende de autorização judicial para a gente utilizar o conteúdo que tem no celular. Impressões digitais não foram coletadas porque precisa ser feita uma preservação do objeto, o que não foi feito na ocasião.

Ele foi morto em um lugar que deveria ter polícia por todos os lados. Isso não é um sinal de que ninguém tem segurança na cidade?

Roberta – Não tenho como lhe dar essa resposta porque o policiamento ostensivo está a cargo da Brigada Militar e não da Polícia Civil. A Polícia Civil só trabalha depois que ocorreu um fato, como é este caso.

Mas delegada Roberta, sua opinião, enquanto agente de segurança pública, independente da sua jurisdição, qual é?

Roberta – Estou apurando que ocorreu uma morte em um local que deveria ser bem guarnecido.

Se fosse um rapaz da classe média ou de qualquer outro segmento da sociedade que não morador de rua, o tratamento seria exatamente o mesmo?

Roberta – Está sendo tratado da mesma forma como seria tratado qualquer outro. Aliás, ele é um dos casos prioritários da delegacia pelo local onde ocorreu, por que é um local extremamente frequentado, um local que tem várias instituições públicas.

Um outro colega nosso, o Rodrigo, foi espancado até a morte por torcedores (BO 287). Esse crime está sendo investigado?

Roberta – Dependendo do local onde ele ocorreu...

Perto da Câmara de Vereadores.

Roberta – Deve estar chegando para a delegacia competente. Esse caso deve ter sido registrado, mas ele chega sim. Às vezes ele tarda um pouco, mas chega, sim. Depende dos trâmites do local.

Tem aumentado muito a violência contra moradores de rua, inclusive com queima de barracos. A senhora tem conhecimento desse fato e sabe se alguma coisa está sendo feito com relação a isso?

Roberta – Não tem aumentado. Tenho bastante casos de brigas. O que a gente tem envolvendo mortes é em função de brigas.”

Foto da entrevista: Aparece a nuca da delegada, que não quis mostrar o rosto. Vê-se, à sua frente, duas mulheres e um homem, repórteres do Boca de Rua que conduziram a

entrevista. O homem sorri para a foto. Estão em uma sala de delegacia, percebe-se pelas bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e da Polícia Civil a um canto. Na mesa à frente da delegada, que a separa das entrevistadoras, um computador e papéis. Crédito da foto: José Luiz, Boca de Rua / Agência Alice.

Legenda da foto: “Delegada só permitiu ser fotografada de costas.”

Texto secundário: “Semanas antes de ser assassinado o Paulinho deu o maior apoio para uma mãe que procurava por seu filho. Eu estava saindo da Ocupa Saraí quando uma moça muito preocupada com seu filho que morava na rua apareceu perguntando se alguém sabia do seu paradeiro, pois fazia tempo que ele não aparecia para visitá-la no Parque dos Maias. Fui com ela até a Praça da Matriz, pois imaginei que o Paulinho pudesse ajudar. Ele foi muito sensível com a mãe que tava há horas batendo perna pelo centro num domingo. Ofereceu café pra ela que estava faminta. Deu o maior apoio e lembrou que conhecia o filho dela, pois ambos desenhavam e já tinham conversado na rua sobre isso. Ele tranquilizou a mãe do menino e prometeu que ia aconselhá-lo a ir fazer a visita e dar um apoio no que fosse preciso. Semanas depois esse mano que uma referência foi brutalmente assassinado. A indignação é de cortar o coração. Paulinho eterno (Nicolas Alcântara).”

Página 5:

Distribuição do espaço: São três colunas: na da esquerda, um bloco de texto principal; no meio, uma foto ao topo, mostrando um protesto da população de rua por justiça aos casos de violência, e, abaixo, uma carta de repúdio à morte de Rodrigo escrita pelo movimento O Povo do Clube, organizado por torcedores do clube de futebol Internacional; na coluna da direita, outro bloco de texto trazendo duas matérias (secundária e terciária) e, bem abaixo, em tamanho reduzido, uma foto da “Tia Ana”, cuja morte é abordada no texto terciário.

Manchete da matéria principal: “Taco de basebol”.

Texto da matéria principal: “Rodrigo da Silva Veloso adorava futebol. Tinha, inclusive, o apelido de Pelezinho. Era torcedor do Inter e, por ironia do destino, foi morto a chutes e pauladas por torcedores no dia 18 de março. Só que há controvérsia se seus agressores eram do seu time ou do que jogou contra ele, no caso o São Paulo de Rio Grande. Algumas testemunhas afirmam que os agressores eram do Inter. Já a polícia trabalha com a hipótese de serem do time rival. Conforme informações repassadas pela 2ª DP ao estudante de

jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Rodrigo Oliveira, o ônibus tinha placa de Rio Grande. Mas para o Povo do Clube – grupo ligado ao Inter – o veículo seria de Piratini, segundo o BO.

Pelezinho era alegre e já acordava cantando pagode ou funk. No dia que foi assassinado, estava feliz da vida porque o Inter tinha ganhado o jogo e foi correndo vestir a camisa vermelha, antes de sair para vender o jornal. Todo faceiro, ofereceu o Boca para os torcedores de um ônibus de linha. Eles pegaram o jornal pela janela e não pagaram. Pelezinho ficou brabo, mas seguiu vendendo. Quando passou outro ônibus – este especial de torcedores – ele mostrou de novo o jornal e alguém fez a mesma coisa: pegou e não pagou. Aí o Pelezinho embrabeceu ainda mais e jogou uma pedra. Era uma pedra pequena, não machucou ninguém e nem quebrou o vidro, mas o motorista parou e desceu todo mundo. Eles caíram em cima do Pelezinho e chutaram até que desmaiasse. Então veio um cara com um taco de baseball e deu na cabeça dele. Muita gente viu e os amigos que moravam com ele se preocuparam em acudir, sem lembrar de pegar a placa do ônibus, que saiu calmamente.

Vieram os bombeiros, a Brigada e a Samu. Levaram o Pelezinho para o Hospital Pronto Socorro e ali ficou em coma por uma semana, até morrer. O caso foi registrado no Boletim de Ocorrência número 287, mas nenhuma notícia saiu no jornal e, até o final desta edição, a única informação da polícia é ‘que o caso estava sendo investigado’.”

Foto da matéria principal: Na foto, que está no topo da página, ao centro, vê-se um varal com desenhos realizados por moradoras e moradores de rua (é possível identificar os traços dos desenhos de Paulo Ricardo, que estão na outra página). Há também, junto aos desenhos, uma faixa com os dizeres: “Nossos mortos tem voz! Nega Rita, nego Mauro, Pelezinho, Paulinho – presentes”. Ao fundo, é possível ler, em uma parede preta, “Palácio da Justiça”, que nos revela onde o protesto ocorreu. Quatro pessoas estão atrás do varal e à frente do prédio, o que nos leva à inferência de que poucas pessoas estiveram presentes ao ato: as causas daqueles a quem com frequência ignoramos no dia a dia pouco mobilizando a coletividade. Crédito da foto: José Luiz, Boca de Rua/Agência Alice.

Legenda da foto: “Povo de rua pede justiça para seus companheiros mortos”.

Texto da carta de apoio do movimento O Povo do Clube: “O Povo do Clube, movimento de torcedores do S.C. Internacional, vem através dessa nota manifestar repúdio e clamar por justiça no lamentável caso da morte do Torcedor Colorado Rodrigo da Silva Veloso, o Pelezinho, vítima de violência de outros torcedores, no dia do jogo Inter x São

Paulo de Rio Grande, pelo Campeonato Gaúcho. Entendemos que o nosso Clube, o Inter, nasceu para ser plural e inclusivo e não admitimos que entre a nossa torcida, episódios como esse possam ocorrer. Estamos juntos exigindo que a polícia faça seu papel de investigar as responsabilidades e que os culpados sejam levados a prestar contas com a Justiça. O Povo do Clube se coloca à disposição para colaborar no que for possível. Nesse momento conturbado que vivemos gostaríamos de deixar nossa solidariedade a(o)s companheiro(a)s do Rodrigo e dizer que, mais do que nunca, precisamos que o futebol seja um espaço de POVO, PAZ e FESTA, para todo(a)s.”

Título do texto secundário: “Duas Anas”.

Texto secundário: “Um corpo de mulher foi encontrado em um contêiner no centro de Porto Alegre (Borges de Medeiros com José Montaury), no dia 22 de abril. Ela estava enforcada. Imediatamente a polícia relacionou o crime com o tráfico de drogas, exatamente como aconteceu com Paulinho. As pessoas que a conheceram não acreditam nisso. Ana Carmem dos Santos tinha 28 anos, era estudante da Escola Porto Alegre e sofria de esquizofrenia. Pouco antes da sua morte estava em surto, conforme os educadores da EPA.

Os profissionais da AICAS, que atendiam Ana, dizem que ela foi internada compulsoriamente e saiu no dia 19 de abril. Por causa de seus problemas psicológicos, tinha sido suspensa do Albergue Dias da Cruz e esperava vaga em outros abrigos. Por isso, estava na rua.”

Título do texto terciário: “Mãezona”.

Texto terciário: “A segunda Ana – Ana Lucia Alves, conhecida como Tia Ana – morreu por doença, mas sua história também reflete a discriminação com que são tratados os moradores de rua e as populações mais pobres. Esperando durante horas, a filha de Ana, Alessandra, foi falar com o médico. A resposta que ouviu foi um tapa na cara: ‘Não faz diferença, tua mãe vai morrer, mesmo’.

Com 50 anos, Ana era mãezona de rua. Mesmo com a saúde debilitada e muito magrinha, ela era risonha, alegre e tentava ajudar todo mundo. Quando via alguém triste, dizia: ‘Chega de choradeira, vamos passear’. Ela estendia a mão a todos que chegavam na rua e não gostava de brigas, embora ela mesma, se necessário, fizesse um barraco. Seu viúvo, Antônio, a acompanhou até o fim, quando faleceu devido a complicações respiratórias. ‘Foi o amor louco da minha vida’, diz. Ana, Antônio e Alessandra são parte da ‘família’ Boca.”

Foto do texto terciário: De pouca qualidade e pequena, ao pé da página à direita, a foto mostra Ana Lucia acompanhada de um homem, possivelmente Antônio. Não há legenda. Ana sorri e o homem faz um sinal de positivo à câmara. Crédito da foto: Boca de Rua/Agência Alice.

Página 6:

Distribuição da página: A página divide-se em duas partes principais: nos dois terços acima, o texto principal, ocupando quatro colunas. No centro, um bloco de texto vermelho, o secundário. No terço inferior, o texto terciário, escrito em vermelho, com uma foto à esquerda.

Título da matéria principal: “No meu parque ninguém fica”.

Texto da matéria principal: “Em um único fim de semana, o jornal Boca de Rua colheu 11 casos de violação de direitos e agressões a moradores de rua, incluindo socos, cacetadas e lambadas com cinto. A maioria deles aconteceu de manhã, antes das 9 horas, quando têm poucos frequentadores no Parque da Redenção. Embora os PMs que fazem a patrulha sejam bem agressivos, um deles é ainda mais prepotente do que os outros. Ele grita: ‘Desapareçam do meu parque, no meu plantão ninguém fica’. Quase todos escondem a identificação. Aqui você conhecerá de alguns – apenas alguns – casos ocorridos em Porto Alegre no primeiro trimestre de 2017. Para evitar represálias e vinganças, os nomes das vítimas e dos repórteres foram preservados.

Patatas de cavalo – Em uma manhã de abril, um casal estava sentado num banco, cochilando, quando foi acordado com gritos e relinchos de cavalos. Os brigadianos estavam dando ataque em vários moradores de rua e tocaram os cavalos em cima dos dois para intimidar. “O cavalo chegou a cuspir na cara do meu marido e, se eu não pulasse, pisoteava em mim”, contou a moça. Vendo a cena, uma passante intercedeu pelos moradores de rua e o PM gritou, sem nenhuma educação: ‘Se está com pena, leva para casa!’. E logo em seguida: ‘Não é para ficarem no parque. Aqui é lugar de família e não de vagabundo!’.

Hospital e ataque – Era cedo da manhã – 15 para as 7 horas – quando a viatura encostou ao lado de três amigos, um deles com um grande curativo no braço porque recém tinha saído do hospital, onde ficou internado vários dias por causa de uma picada de inseto venenoso. Descera quatro brigadianos e disseram para colocarem as mãos em cima da viatura. Enquanto faziam a revista, um deles saiu sozinho, voltou com um sarrafo e começou a bater

no capô. Encarou um dos detidos e perguntou: ‘E aí veterano? Parece que não está gostando da abordagem’. O homem retrucou ‘Não estou falando nada’. Mas o PM ficou ainda mais invocado: ‘Desapareçam do meu parque. No meu plantão ninguém fica’. Eles roubaram seu alicate de artesão, o garfo e a faca de refeição.

Soco no olho – Na mesma manhã, um grupo estava sentado em uma das mesas de dama da Redenção, conversando e bebendo, quando chegou a Brigada e deu um ataque. Um deles tinha ido ao banheiro e quando foi detido, reclamou: ‘Vou na defensoria pública e nos Direitos Humanos’. O PM ficou furioso, algemou ele e levou para viatura. Na confusão, o rapaz perdeu o boné e o chinelo. A viatura foi direto à Santana em direção ao arroio e parou na frente da Vila Planetário. O preso gritou: ‘Não me larguem aí porque não me dou com esses caras’. Os PMs riram e responderam: ‘Pois é aí mesmo que tu vai ficar’. Antes de abrirem as algemas e a porta deram um soco no olho dele. Saiu tonto, mas faceiro, porque tinha mentido: conhecia todo mundo na vila.

Só que, passado o susto, pensou: ‘Isso não pode ficar assim’. Então, foi direto no Palácio da Polícia dar queixa. Lá, debocharam dele. Quando pediu um documento com a denúncia deram um papel de rascunho qualquer. Indignado, amassou o papel e disse bem alto: ‘Ainda bem que não votei nesse prefeito e nem nesse governador’. Por casualidade, o secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, César Schirmer, ia entrando no local.

Idosos e deficiente – depois de um ataque e de verem o companheiro ser algemado e levado por uma viatura, um grupo de moradores da rua deixou o Parque da Redenção e foi para as proximidades de um posto de gasolina, na esquina da João Pessoa com a Venâncio Aires. Pouco tempo depois, voltou a mesma viatura. Os PMs desceram gritando: ‘Vamos saindo, vamos saindo’. E foram agredindo dois senhores idosos com um pedaço de madeira. Um deles era deficiente físico.

Bom dia – Um morador de rua e vendedor do Boca passou e disse educadamente a um PM: ‘Bom dia’. Parecia que tinha agredido o Brigadiano, porque ele se virou e respondeu: ‘Não tem bom dia pra ti. Vou é te encher de tiros’. ‘Mas o que é que eu fiz? Só dei bom dia’, reclamou o rapaz. Levou uma coronhada e o recado de que qualquer dia voltava e matava ele”.

Título do texto secundário: “Prisão injusta”.

Texto secundário: “Um rapaz guardava carros – devidamente identificado com colete – na rua Lima e Silva em um sábado de março, por volta das 16h30min. Pouco depois, chegou

outro guardador e eles ficaram dividindo o trabalho. Não passou muito tempo e estacionou uma viatura com uma moça dentro. Ela apontou o segundo rapaz, mas o PM resolveu levar os dois. A vítima insistiu que ele não tinha participado do roubo do seu celular, só que não adiantou. ‘Negãozinho, tu também vem’.

Os dois rapazes foram parar no Jumbo (triagem do Presídio Central). Durante a audiência, diante do juiz, a moça tornou a inocentar um dos guardadores de carro. Mesmo assim, ele só foi liberado na quarta. O documento da Justiça entregue nas suas mãos é uma confusão só. Tem o seu nome, mas foi assinado pelo outro e diz que deverá se apresentar novamente. Como além de guardar carros ele também era vendedor do Boca de Rua, tinha exemplares dentro da bolsa do Boca entre seus pertences. Mas os jornais foram rasgados e a bolsa sumiu.”

Título do texto terciário: “Audiência pública já”.

Texto terciário: “A audiência pública ‘Contra o extermínio, as agressões e a falta de Políticas Públicas para o Povo da Rua’ será realizada na Assembleia Legislativa do Estado por solicitação – e pressão – do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE) / Jornal Boca de Rua, apoiados por outros movimentos. Em abril, cerca de 100 moradores de rua compareceram a uma reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, realizada no Espaço Democrático da Assembleia onde foram feitas denúncias. Antes de aprovarem por unanimidade a realização da audiência, no dia 24 de maio, os integrantes da comissão de Direitos Humanos receberam um relatório completo com todos os casos coletados pelo Boca, mesmo ainda sem terem sido publicados no jornal.”

Foto do texto terciário: A imagem mostra, provavelmente – não está explícito e nem há legenda –, a reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. À mesa, vê-se pessoas do MNPR, que moram na rua e também que não moram na rua, e autoridades do governo, identificáveis (ou seja, diferenciáveis) pelas roupas que usam e pela posição na mesa, ao centro (aparecem de lado na fotografia). Crédito da foto: Fábio, Boca de Rua / Agência Alice.

Considerações sobre os textos da edição 63:

A edição 63 é um compilado de histórias de violência contra a população de rua: são relatos brutais sobre assassinatos, espancamentos coletivos com tacos de beisebol e

paralelepípedos, abusos de autoridade e descaso. Inúmeros, são relativos apenas ao primeiro semestre de 2017: quantos outros seguem invisibilizados, apesar do esforço do Boca de Rua em narrá-los? Se faltam dados a respeito da vida da população de rua (NATALINO, 2016), faltam também os relativos às suas mortes.

O primeiro texto traz uma contextualização do cotidiano de violências enfrentado pelas pessoas em situação de rua, cada vez mais amplo, e do preconceito que sofrem ao tentar enfrentar um silenciamento que lhes é imposto – e lembremos que calar é diferente de ser calado (ORLANDI, 1992) (“*a violência contra moradores de rua aumentou de forma assustadora nos últimos meses, em especial desde o começo de 2017*”; “*a primeira reação das pessoas é relacionar o problema com o tráfico*”; “*a absoluta maioria desses fatos não ganha uma linha nos jornais e tampouco é noticiada nas rádios e televisões*”). Os principais agentes dessas agressões são, nas palavras do Boca de Rua, Estado e sociedade (“*as agressões vem principalmente da polícia e da população civil*”) –, agressões expressas em um jogo de ausência/presença: não há rastros de políticas públicas de assistência social voltadas a quem vive nas ruas; a presença do Estado surgindo apenas como força repressora, expediente para o qual parece nunca faltar recursos a um estado sempre em *crise*⁶¹.

Em seguida, é feito um breve relato de assassinatos de moradoras e moradores de rua ocorridos nos primeiros quatro meses de 2017, textos prolongados nas reportagens subsequentes. De início, percebemos a brutalidade da vida e da morte nas ruas: os crimes mostrados são hediondos (“*Ana Carmem [...] foi encontrada estrangulada dentro de um contêiner*”; “*Jederson Michel foi morto com pancadas na cabeça*”; “*Rodrigo faleceu depois de ser brutalmente espancado por torcedores de futebol*”; “*Paulo Ricardo levou vários tiros em plena praça da Matriz*”). Ainda que estejamos tratando de um texto introdutório e conciso, vemos já algumas singularizações dessas existências violentadas: destaca-se Ana como estudante da EPA (Escola Porto Alegre); Rodrigo e Paulo Ricardo eram membros do Boca de Rua e especifica-se o que deles sobrou, após os brutais assassinatos – e mesmo após

61 O repetitivo discurso de crise fiscal cria espaço a políticas de austeridade, a partir das quais o Estado abre mão dos pactos pelo bem-estar social e se coloca obediente à lógica privada/capitalista de interesse do setor financeiro e de alguns setores do empresariado. Diversos estudos comprovam os efeitos nefastos dessas políticas (VIEIRA et al., 2018), com impacto mais grave nas populações já precarizadas pelo jogo do capital: os pobres, as mulheres, os negros: “[...] em uma disputa por um diminuto orçamento público, os mais pobres e negros (especialmente as mulheres negras) perderão para o setor financeiro, setores do empresariado e algumas categorias do funcionalismo público. O congelamento dos gastos sociais nos próximos anos representa uma nova etapa no processo de subalternização da população negra” (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p.54), em referência ao congelamento de gastos sociais aprovado pelo Congresso e sancionado por Michel Temer, então presidente, em 2017.

a partida algo do que foi sempre fica, ainda que em nós, nas memórias e nas reminiscências: ora, no “Brasil” estampado na camiseta que era de Paulo cabem muitas esperanças (*“deles, sobraram duas camisetas. A de Rodrigo era de um time, assim como a de seus agressores. A que Paulinho vestia era verde, com uma única palavra escrita em letras amarelas: Brasil”*).

O segundo texto trata especificamente do assassinato de Paulo Ricardo, atacado à luz do dia em plena Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre, local cercado por todos os poderes da República e dos céus: a um lado da praça está o Palácio Piratini, casa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul; à direita, se olharmos a partir da praça, está a Assembleia Legislativa; seguindo o giro, chegamos ao Palácio da Justiça; e, adiante, à Catedral Metropolitana. Também na volta da praça está o Teatro São Pedro, um dos principais locais de cultura de Porto Alegre.

A primeira ação que cabe a Paulo no texto, não poderia ser diferente, é passiva: ser assassinado. Ele não escolhe agir, mas recebe a ação de outrem. Por isso a narrativa critica o silêncio, o descaso e o preconceito por parte da polícia, que deveria agir mas se mostra vagarosa e desinteressada – sensação aprofundada nas respostas curtas e diretas da delegada Roberta aos entrevistadores do Boca de Rua (chegaremos a esse texto): logo se associa o caso ao tráfico de drogas (*“O assassino perdeu um celular com impressões digitais, informações e fotos, mas um mês depois nada tinha sido descoberto pela polícia”*; *“Poucos minutos após o crime, antes de ouvir qualquer testemunha, o tenente coronel Eduardo Amorim, da Brigada Militar, disse que as árvores poderiam prejudicar a identificação do criminoso pelas câmaras (sic) e declarou não descartar a hipótese de ser um acerto de contas do tráfico”*). A mídia, por sua vez, não pôde silenciar frente a este caso; um assassinato em local de tamanho prestígio não poderia passar despercebido. Contudo, o Boca de Rua percebe a diferença de abordagens quando a morte é de uma pessoa em situação de rua (*“O caso de Paulinho saiu nos jornais, porque não tinha como esconder. Mas, ao contrário do que aconteceria se ele fosse da classe média, não se falou uma linha sobre ele, sobre seus sonhos, sua personalidade”*). Pouco dos sonhos e da personalidade parece importar quando se coloca sobre um corpo a alcunha de morador de rua – e algumas mortes parecem mesmo valer mais que outras⁶².

62 Naquela que é tida como a primeira tese do jornalismo, defendida em 1690, Peucer (2004, p.21) diz que as mortes dignas de recordação e conhecimento são dos *príncipes* e dos *varões ilustres*. Ao analisar o silêncio sobre as mortes da população de rua, tais afirmações soam tragicamente atuais (VIANA; MORIGI, 2018a).

A partir daí, de definições prévias impostas à população de rua, definições que não complexificam a vida nem perante a morte, a narrativa do Boca de Rua contra-argumenta, singularizando mais uma existência, antes a de Rita e a de Mauro, e agora a de Paulo – ou Paulinho, intimidade permitida pela proximidade do autor-narrador (*“Ninguém disse que ele era um baita desenhista, que tocava violão, que era um trabalhador com duas fontes de renda – o jornal Boca de Rua e a atividade de guardador de carros – que participava do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que frequentava o CAPS, que estava com duas entrevistas de emprego marcadas e que tinha se matriculado em um curso de arte. Ele não era santo nem anjo. Se fosse, estaria no céu. Mas geralmente demonstrava gentileza com as pessoas e poucos dias antes de morrer ajudou uma mãe em dificuldade. Para a imprensa e para grande parte da sociedade, era apenas ‘um morador de rua’”*).

O Boca de Rua atua no texto, fazendo oposição à morosidade assistencial do Estado e, por sua ação, destaca a capacidade de organização e mobilização da população de rua (*“O corpo de Paulinho ficou 14 dias no Departamento Médico Legal (DML), pois apenas um familiar poderia retirar o corpo. A equipe do Boca de Rua se mobilizou na busca, visitando o colégio onde estudou, os locais onde era atendido e batendo de porta em porta na vila onde provavelmente moravam tios dele”*). Amplia-se um pouco mais a imagem destes *excêntricos* (ver nota de rodapé número 3, página 11 desta dissertação: usamos o termo “excêntricos” para reforçar a expulsão da diferença por parte de um centro racista e higienista): de morador de rua a jornalista, de jornalista a jornalista, de jornalista a investigador e assistente social. A irmã de Paulinho, que não sabia das buscas da equipe do Boca de Rua e já havia providenciado o enterro, emocionou-se ao descobrir a profundidade da vida de seu irmão e as muitas amizades que o cercavam (*“Essa irmã acabou visitando o jornal e ficou muito emocionada em saber que ele tinha tantos amigos”*). Seres que cativam – são merecedores até de poemas em sua memória, e Paulo ganha um do amigo Carlinhos Guarnieri –, seres que sentem dor, seres que protestam contra uma violência crescente: um ato foi realizado na Praça da Matriz após o crime, onde as pessoas homenagearam Paulo Ricardo (compareceram pessoas de *“vários outros movimentos e muitos amigos de Paulinho”*). Desenhos do artista foram expostos na ocasião. E ali, embaixo de uma árvore, surge mais um monumento a um morador de rua, a se juntar à pedra de Zé Mauro, de quem se falou na edição 62, e fizéssemos lápides a cada morte da população de rua não haveriam praças o suficiente nas cidades, o que talvez nos forçasse a encarar o problema tal ele nos encara:

grande e nosso. Em duas pedras na Praça da Matriz, foi escrito o nome e as datas de nascimento e de óbito de Paulo, eternizado nas ruas nas quais viveu e morreu.

Na página seguinte, o espaço é dedicado à entrevista com a delegada da Polícia Civil Roberta Bertoldo da Silva, responsável pela investigação do assassinato de Paulo. Em suas respostas, ela se mostra bastante direta, sem detalhar ou justificar alguma das ações e atrasos questionados (*“Na data em que se deu essa declaração, 2 de maio [quando a edição foi fechada], mais de 50 dias tinham se passado desde a morte de Paulinho”*; *“a polícia ainda não tinha sequer feito a perícia do celular que o assassino deixou cair”* [em outra data, 15 dias após o assassinato]). A delegada também não quis mostrar o rosto, permitindo ser fotografada apenas de costas – o que é justo e a preservação de sua imagem cabe mesmo a ela; entretanto, quando o Boca de Rua revela a atitude bem mais simpática de Roberta em relação a outro meio de comunicação (o G1, canal de notícias na internet da Globo), a quem inclusive gravou depoimento em vídeo, o excesso de cuidado mostrado na entrevista concedida ao jornal da população de rua carrega, na comparação, uma atitude de preconceito (*“Inicialmente, Roberta não queria deixar entrar todos os repórteres do Boca [Saulo, Catarina, Zé, Michelle e Luiz Abreu], mas depois concordou. Ela não permitiu o registro da sua imagem, aceitando, apenas ser fotografada de costas”*).

Para a representante da Polícia Civil, o caso de Paulo é prioritário – contudo, não pela brutalidade ou pela pessoa assassinada, e sim pelo local onde o crime aconteceu, frequentado pelas autoridades dos poderes da República e pela classe média porto-alegrense (*“Estou apurando que ocorreu uma morte em um local que deveria ser bem guardado”*; *“ele é um dos casos prioritários da delegacia pelo local onde ocorreu, por que é um local extremamente frequentado, um local que tem várias instituições públicas”*). Fosse em outro local e realizado *com discrição* – aliás, como normalmente é, não com discrição, mas longe dos centros das cidades⁶³ –, talvez o caso pouco fosse investigado e divulgado. Por fim, contradizendo as narrativas do Boca de Rua, que nos escancaram a violência brutal com que sofrem moradoras e moradores de rua, Roberta, a delegada, minimiza os casos de assassinato desse grupo, afirmando que não houve aumento estatístico e que os casos são, na maioria, resultado de brigas (*“Não tem aumentado. Tenho bastante casos de brigas. O que a gente tem envolvendo mortes é em função de brigas”*).

63 “Estudo realizado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que jovens e negros são as principais vítimas de violência no país” (IPEA, 2017). Considerando que a segregação racial no Brasil se dá também em termos espaciais (VARGAS, 2005), o extermínio da juventude negra ocorre, presumivelmente, nas periferias, longe dos holofotes dos jornais tradicionais.

Ao lado da entrevista, há um depoimento que homenageia Paulo Ricardo, o destacando como uma pessoa sensível (“*ele foi muito sensível com a mãe que tava há horas batendo perna pelo centro num domingo*”). Mais uma vez a narrativa do Boca de Rua – ainda que se trate de um relato pessoal, o texto faz parte da narrativa do jornal – ocupa-se em aprofundar a existência do morador de rua, capaz de muito mais: Paulo ofereceu café e confortou uma mãe que precisava de ajuda, tranquilizou-a. Não à toa ele deixou saudades nos seus (“*Semanas depois esse mano que uma referência foi brutalmente assassinado. A indignação é de cortar o coração. Paulinho eterno*”).

Na terceira matéria, página 5, a história relatada é do brutal assassinato de Rodrigo Veloso, o Pelezinho. Após ter jornais roubados e reagir – talvez com excesso, porém nada comparado ao que recebeu em troca (“*ele mostrou de novo o jornal e alguém fez a mesma coisa: pegou e não pagou. Aí o Pelezinho embrabeceu ainda mais e jogou uma pedra. Era uma pedra pequena, não machucou ninguém e nem quebrou o vidro, mas o motorista parou e desceu todo mundo*”) –, foi espancado por um grupo de torcedores de futebol e atingido com golpes de um taco de beisebol na cabeça. Um taco de beisebol – repetimos porque nos soa incompreensível a dimensão deste ato: um taco de beisebol. Após alguns dias em coma, Pelezinho faleceu no hospital.

Uma vez mais, como vimos acontecer com Rita, a culpa recai sobre um destino irônico: o próprio apelido de Rodrigo, para além de sua aparência, fazia referência à sua paixão por futebol (“*Era torcedor do Inter e, por ironia do destino, foi morto a chutes e pauladas por torcedores no dia 18 de março*”). Tal ironia, contudo, precisa ser novamente refutada: a agressão coletiva contra Pelezinho ocorreu em via pública, à luz do dia, com testemunhas e, em sua defesa, frente à brutalidade do ocorrido, muito pouco foi feito (“*Então veio um cara com um taco de basebol e deu na cabeça dele. Muita gente viu e os amigos que moravam com ele se preocuparam em acudir, sem lembrar de pegar a placa do ônibus, que saiu calmamente*”). Não há nada de irônico no silêncio e na cegueira direcionada a esses que chamamos de invisíveis, as moradoras e moradores de rua. Ora, o cego não ver não faz do mundo invisível: há uma inversão de responsabilidade neste jogo de palavras. Ainda assim, é o silêncio sobre a morte e a vida singular de Rodrigo que se destaca (“*nenhuma notícia saiu no jornal e, até o final desta edição, a única informação da polícia é ‘que o caso estava sendo investigado’*”), só rompido pelo esforço do Boca de Rua em gritar e restituir o direito à memória de uma existência múltipla que, mesmo em seu fim, está aberta a algo mais

(“Pelezinho era alegre e já acordava cantando pagode ou funk. No dia que foi assassinado, estava feliz da vida porque o Inter tinha ganhado o jogo e foi correndo vestir a camisa vermelha, antes de sair para vender o jornal. Todo faceiro, ofereceu o Boca para os torcedores de um ônibus de linha”).

Junto à matéria sobre Pelezinho estão outros dois textos, sob o título “Duas Anas” e “Mãezona”. Primeiro, é contado o caso de Ana Carmem – relato que começa bastante “jornalístico”, considerando a linguagem direta e objetiva utilizada (*“Um corpo de mulher foi encontrado em um contêiner no centro de Porto Alegre (Borges de Medeiros com José Montauray), no dia 22 de abril. Ela estava enforcada”*). Em seguida, porém, ataca-se as definições primárias, que reduzem a violência sofrida por moradoras e moradores de rua a uma incomprovada relação com o tráfico de drogas (*“Imediatamente a polícia relacionou o crime com o tráfico de drogas, exatamente como aconteceu com Paulinho”*). Há o contraponto e a singularização que abre a existência ao múltiplo (*“As pessoas que a conheceram não acreditam nisso. Ana Carmem dos Santos tinha 28 anos, era estudante da Escola Porto Alegre e sofria de esquizofrenia. Pouco antes da sua morte estava em surto, conforme os educadores da EPA”*). Em um relato curto, de poucas linhas, o Boca de Rua revela uma camada mais complexa relativa ao caso e à pessoa que foi esta Ana.

O texto “Mãezona” fala da Tia Ana – e só com a qualificação “tia” já associamos esta Ana aos signos do cuidado, da família e do afeto. Tia Ana não foi assassinada, ao menos não diretamente: morreu por não receber atendimento médico apropriado, denúncia que o Boca de Rua faz (*“sua história também reflete a discriminação com que são tratados os moradores de rua e as populações mais pobres. Esperando durante horas, a filha de Ana, Alessandra, foi falar com o médico. A resposta que ouviu foi um tapa na cara: ‘Não faz diferença, tua mãe vai morrer, mesmo’”*). O segundo parágrafo do texto se ocupa em também ressaltar, por meio das ações, a unicidade da “mãezona de rua”: (*“Mesmo com a saúde debilitada e muito magrinha, ela era risonha, alegre e tentava ajudar todo mundo”; “Quando via alguém triste, dizia: ‘Chega de choradeira, vamos passear’”; “Ela estendia a mão a todos que chegavam na rua e não gostava de brigas, embora ela mesma, se necessário, fizesse um barraco”*). Ora, “debilitada e magrinha”, disposta a ajudar a todas e todos, Tia Ana teve tempo ainda de ser o “amor louco” da vida de seu agora viúvo, o Antônio. É mesmo muito mais que a mera alcunha *moradora de rua* pode abranger.

Chegamos então à quarta e última matéria estudada nessa edição, na página 6, onde há um texto principal e dois textos menores. A reportagem em destaque conta, como que em anedotas, diversos casos de abuso policial que se passam no Parque da Redenção, um dos maiores e mais frequentados de Porto Alegre – por isso, destaca a narrativa, que a maioria das situações se dá na parte da manhã, ainda cedo, antes das classes médias e altas tomarem de assalto as ruas, avenidas e parques da cidade. Na figura dos policiais, o Estado surge novamente como força autoritária e elitista, agindo com desproporcional agressividade e até mesmo de forma ilegal (“*Quase todos escondem a identificação*”; “*o jornal Boca de Rua colheu 11 casos de violação de direitos e agressões a moradores de rua, incluindo socos, cacetadas e lambadas com cinto*”; “*um deles é ainda mais prepotente do que os outros. Ele grita: ‘Desapareçam do meu parque, no meu plantão ninguém fica’*”; “*Os brigadianos estavam dando ataque em vários moradores de rua e tocaram os cavalos em cima dos dois para intimidar*”; “*uma passante intercedeu pelos moradores de rua e o PM gritou, sem nenhuma educação: ‘Se está com pena, leva para casa!’*. E logo em seguida: ‘*Não é para ficarem no parque. Aqui é lugar de família e não de vagabundo!*’”; “*Enquanto faziam a revista, um deles saiu sozinho, voltou com um sarrafo e começou a bater no capô. Encarou um dos detidos e perguntou: ‘E aí veterano? Parece que não está gostando da abordagem’*. O homem retrucou ‘*Não estou falando nada*’. Mas o PM ficou ainda mais invocado: ‘*Desapareçam do meu parque. No meu plantão ninguém fica*’. Eles roubaram seu alicate de artesão, o garfo e a faca de refeição”; “*quando foi detido, reclamou: ‘Vou na defensoria pública e nos Direitos Humanos’*. O PM ficou furioso, algemou ele e levou para viatura. Na confusão, o rapaz perdeu o boné e o chinelo. A viatura foi direto à Santana em direção ao arroio e parou na frente da Vila Planetário. O preso gritou: ‘*Não me larguem aí porque não me dou com esses caras*’. Os PMs riram e responderam: ‘*Pois é aí mesmo que tu vai ficar*’. Antes de abrirem as algemas e a porta deram um soco no olho dele”; “*foi direto no Palácio da Polícia dar queixa. Lá, debocharam dele*”; “*Os PMs desceram gritando: ‘Vamos saindo, vamos saindo’*. E foram agredindo dois senhores idosos com um pedaço de madeira. Um deles era deficiente físico”; “*Um morador de rua e vendedor do Boca passou e disse educadamente a um PM: ‘Bom dia’*. Parecia que tinha agredido o Brigadiano, porque ele se virou e respondeu: ‘*Não tem bom dia pra ti. Vou é te encher de tiros*’. ‘*Mas o que é que eu fiz? Só dei bom dia*’, reclamou o rapaz. Levou uma coronhada e o recado de que qualquer dia voltava e matava ele”)

A violência é tamanha nesse relato que praticamente reproduzimos a matéria em sua íntegra novamente aqui. Na maior parte do tempo passiva, tomando ataques injustificados da polícia ou mesmo sendo acordada quase pisoteada por cavalos da força policial (*“um casal estava sentado num banco, cochilando, quando foi acordado com gritos e relinchos de cavalos”*; *“O cavalo chegou a cuspir na cara do meu marido e, se eu não pulasse, pisoteava em mim”, contou a moça*”), a população de rua mostra, em breves e fugazes instantes, o algo mais inevitável: a inteligência para, mesmo ao ser agredida com um soco no rosto, ainda mostrar a rapidez de raciocínio para escapar (quase) ileso a uma situação bastante adversa (*“Saiu tonto, mas faceiro, porque tinha mentido: conhecia todo mundo na vila”*); o conhecimento e a força para exigir a garantia de seus direitos (*“quando foi detido, reclamou: ‘Vou na defensoria pública e nos Direitos Humanos’”*; *“Quando pediu um documento com a denúncia deram um papel de rascunho qualquer. Indignado, amassou o papel e disse bem alto: ‘Ainda bem que não votei nesse prefeito e nem nesse governador’*. Por casualidade, o secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, César Schirmer, ia entrando no local”); e a educação direcionada mesmo àqueles que tão costumeiramente os violentam – e para tal constatação estes relatos parecem ser mais que suficientes (*“Um morador de rua e vendedor do Boca passou e disse educadamente a um PM: ‘Bom dia’”*).

O texto secundário exhibe – não em linhas diretas, contudo os movimentos de leitura nos permitem tal inferência –, o preconceito enfrentado por quem é pobre e por quem é negro e por quem vive na rua: na dúvida, é culpado. Isso está demonstrado na ação policial, em sua fala: mesmo após ser inocentado pela vítima de um furto de celular, o policial olha o guardador de carros e diz: “Negãozinho, tu também vem”. A burocracia judiciária, em vez de corrigir o ato de racismo e preconceito de classe, age notoriamente para efetuar-lo, e mantém a pessoa erroneamente presa por dias, além de se mostrar confusa e seguir culpabilizando um inocente: o guardador de carros, passivo em suas ações – apenas trabalhava e terminou no Presídio Central, uma das piores penitenciárias do país⁶⁴ –, terá de se apresentar novamente à justiça, sob nenhuma justificativa que não o preconceito (*“Durante a audiência, diante do juiz, a moça tornou a inocentar um dos guardadores de carro. Mesmo assim, ele só foi liberado na quarta”*; *“O documento da Justiça entregue nas suas mãos é uma confusão só. Tem o seu nome, mas foi assinado pelo outro e diz que deverá se apresentar novamente”*).

64 Em 2009, o Presídio Central de Porto Alegre foi considerado o pior do Brasil. Houve, inclusive, buscas por indenização por parte de quem cumpriu pena no local, que teve as condições classificadas como “medievais” (MARTINS, 2018).

Já o texto terciário, escrito em vermelho, ressalta a força da organização da população de rua que, em reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS, denunciou os casos de violência que sofre cotidianamente. Cerca de 100 moradores de rua estiveram presentes e pressionaram para que ocorresse uma audiência pública a respeito do tema – o que se confirmou mais tarde. Na ocasião, os integrantes do Boca entregaram às autoridades um relatório contendo os casos de violência coletados pela equipe do jornal ao longo dos anos – mesmo aqueles que ainda não haviam sido publicados à época. Esta curta narrativa dá um peso político relevante a uma categoria comumente ignorada: a população de rua age em sua própria defesa, revelando-se capaz de se organizar e de atacar; de se articular.

5.3 Edição 64: Lanceiros Negros e a denúncia do racismo

Manchete de capa: “Massacre se repete”.

Chamada de capa: “Os Lanceiros Negros da Revolução Farroupilha foram assassinados no dia 14 de novembro de 1844 e os de agora foram bombardeados no dia 14 de junho de 2017. Mas a violência que sofreram não é coincidência. Nos dois casos, ela foi ordenada por quem manda e quem tem dinheiro. A história se repete e a justiça continua cega.”

Foto de capa: A foto mostra seis policiais do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar invadindo um prédio à noite, fortemente armados e protegidos por escudos, capacetes, coletes à prova de bala e com seus cassetetes à mão, pistolas no coldre. A porta do prédio foi claramente arrombada e há alguns obstáculos postos de lado logo à entrada, indicando que houve resistência aos invasores. Crédito da foto: Guilherme Santos, Sul21.

Distribuição do espaço: São 5 páginas com textos dedicados ao despejo da Ocupação Lanceiros Negros de prédio no centro de Porto Alegre, que vão da página 11 à 15. Descreveremos os conteúdos página a página, somando nossas interpretações a respeito dos materiais ao final.

Página 11

Distribuição do espaço: O texto principal ocupa a coluna da esquerda. O resto da página é preenchido pela manchete em duas linhas no topo e por duas fotos à direita.

Título da matéria principal: “Queremos vocês na cadeia, não em prédio público”.

Texto da matéria principal: “As pessoas não se dão conta da diferença que um governo tem de outro. E aí, quando alguém promete uma coisa, todo mundo acha bonito e vai votar. Depois, a gente sente na carne o preconceito de um governante, o que um deputado pensa da gente pobre ao votar qualquer coisa na Assembleia Legislativa que nos prejudique, que empobreça ainda mais o povo da rua, a gente toda que luta pela sobrevivência.

Nós do Boca temos denunciado que o governo do Estado, do senhor José Ivo Sartori, mostra praticamente todo o dia que não gosta de cuidar de gente pobre. Sem-teto, morador de rua, desempregado pra ele são pessoas que não merecem andar na rua e ter a liberdade de trabalhar cuidando carros, catando coisas pra vender. Ele quer resolver a falta de emprego com a Brigada Militar e com a prisão.

Vamos voltar um pouco no tempo para entender por que a desocupação da Lanceiros Negros foi violenta, teve gás de pimenta e até um deputado estadual preso. No dia 1º de novembro de 2016, na Assembleia Legislativa – onde o governador pode chegar atravessando a rua Duque de Caxias, e que fica ainda mais perto da Lanceiros Negros do que o Palácio Piratini – 31 deputados estaduais aprovaram, em Plenário, por votação, uma lei que pode fazer um prédio público parar na mão de gente rica com um canetaço do governador. O Projeto de Lei 181/2016 passou a autorizar o governador a fazer qualquer negócio com todos os quase nove mil imóveis públicos (veja quadro anexo na página 10). Cerca de 20 dias depois, o governador José Ivo Sartori transformou esse projeto aprovado na Lei 14.954, com a sua assinatura.

O governador pode trocar, vender entregar (*sic*) pra quem quiser, permutar aqueles cantos que podiam ser para gente pobre morar. Nem todos os deputados foram a favor disso. Apenas 18 votaram contra ao que muitos chamam de “cheque em branco” para o governador fazer o que bem entende com o que é de todos nós, gaúchas e gaúchos.

Mas o que isso tem a ver com a Lanceiros Negros? Tudo. A desocupação violenta e covarde aconteceu 204 dias depois de o governador Sartori assinar a Lei. Qual vai ser o destino do prédio público que um dia abrigou biblioteca, trabalhadores, indígenas, que ensinou que a coletividade e a solidariedade fortalece a vida de cada um? Pode parar na mão de um empresário rico, do dono de uma imobiliária ou virar um casarão fantasma por mais tantos e tantos anos.

Durante a desocupação, uma militante do MLB ouviu de um oficial da Brigada Militar – quando foi presa de camburão para o Palácio da Polícia – uma sentença de morte ao sonho da moradia: “Nós tiramos vocês daí na força pra poder trocar ou vender esse prédio e fazer um presídio novo. Queremos vocês na cadeia, não em prédio público”. É assim que esse governo funciona: troca escola, vida em comunidade e segurança de gente por uma cela fria e escura.”

Foto 1: A foto de cima mostra o Batalhão de Choque da Brigada Militar postado na rua em frente ao prédio desocupado, fortemente armado e virado em direção a manifestantes que protestavam contra o despejo. Crédito da foto: Guilherme Santos, Sul21.

Foto 2: A foto abaixo mostra famílias retirando seus pertences de dentro do edifício, passando por escombros da entrada recém-invadida, observados por policiais, um deles de arma em punho. Crédito da foto: Guilherme Santos, Sul21.

Legenda das fotos 1 e 2: “Prédio público estava vazio há 10 anos e agora esta *(sic)* vazio de novo.”

Página 12:

Distribuição do espaço: A metade superior da página é ocupada por uma grande foto do ataque policial a moradoras, moradores, apoiadoras e apoiadores da Ocupação Lanceiros Negros. A metade debaixo se divide em quatro colunas: as três da esquerda trazem o texto da matéria principal e a da direita um box em vermelho com um texto secundário.

Título da matéria principal: “Sonho bombardeado”.

Texto da matéria principal: “A noite de 14 de junho estava gelada quando 70 famílias foram expulsas da Ocupação Lanceiros Negros com muita violência. Porta da frente arrancada, bombas de efeito moral, balas de borracha, gás de pimenta, cacetadas, gritos, choro, desespero, crianças vomitando – separadas dos pais *(sic)* pessoas sendo espancadas e presas, pertences atirados nos caminhões como se fossem lixo. Após meses de negociação, a justiça mandou um despacho para a reintegração de posse que foi executado fora do horário comercial para não atrapalhar o trânsito.

Os moradores ficaram muito revoltados. Você não ficaria? Como se sentiria sabendo que a juíza que deu a ordem para expulsar você da sua casa recebe auxílio-moradia de mas de 4 mil reais e um salário que 10 famílias de Lanceiros juntas nem conseguem juntar? Vários daqueles pais e mães estão desempregados ou vivem de trabalhos temporários, sem garantia

de nada, sem salário fixo. Alguns perderam suas casas em enchentes, outros perderam o emprego e por isso não tiveram mais condições de pagar aluguel. São trabalhadores e trabalhadoras que lutam dia a dia para criar seus filhos com dignidade.

E sabe o que é pior? A tal juíza estava mais preocupada em não atrapalhar o trânsito do que com as famílias. É bom a gente pensar muito em quem se envolveu nessa missão de desalojar gente pobre de um lugar seguro e decente. Tinha crianças lá dentro. Tinha mulher grávida. Tinha idosos e indígenas. Tinha pai e mãe de família. Tudo trabalhador.

E vejam só o absurdo da nossa história de país desigual. Os indígenas chegaram muito antes nestas terras do que os imigrantes. Os italianos – como os antepassados do governador – por exemplo, chegaram em Caxias do Sul e na Serra, mais ou menos a partir de 1878. Mais de mil anos antes. Os imigrantes são trabalhadores e merecem todo o nosso respeito. Mas na *(sic)* dá para esquecer que a pobreza no Brasil tem a pele escura. Os moradores da Lanceiros são, na maioria, descendentes de índios e negros. Como se sabe, só em 1888 a Lei Áurea acabou com a escravidão. E, mesmo assim, os negros não tiveram a mesma oportunidade dos brancos para melhorarem de vida.

O preconceito e o racismo são muito fortes e a Justiça é cega para tudo isso. A justiça autorizou o uso da força, e a Brigada Militar obedeceu. Muitos ativistas e apoiadores se prepararam para passar a noite apoiando e resistindo à ordem judicial injusta. Todos achavam que a desocupação ia acontecer de madrugada ou pela manhã. Mas, às 7 da noite, umas 10 viaturas com brigadianos do Choque, desceram a Salgado Filho, dobraram a esquerda na Borges de Medeiros, e mesmo que fosse proibido, dobraram à direita na Duque de Caxias. Estacionaram, então, na esquina com a General Câmara e já desceram correndo, levando as pessoas, de arrasto por escudos, bombas e cassetetes.

Antes de eles chegarem na porta do prédio, a tropa de choque da Brigada começou a jogar bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo nas pessoas que estavam na frente da ocupação. Mesmo com as bombas e com o gás, os apoiadores da ocupação não se dispersaram e ficaram na porta. O deputado Jeferson Fernandes, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, estava presente e tentou intermediar o processo de desocupação com os oficiais de justiça e com a Brigada. Recebeu voz de prisão e foi levado algemado para o camburão. O sangue nos olhos da Brigada, que é o sangue nos olhos do governo do Estado, se via também na truculência do oficial de justiça.

Foto da matéria principal: A foto, em grande destaque no topo da página, mostra policiais atacando moradoras e moradores da ocupação, além de apoiadores, com jatos de spray de pimenta e cassetetes. Os policiais se protegem atrás de capacete e escudos, enquanto as outras pessoas tentam se proteger com as mãos e com os próprios corpos, abaixando-se. Crédito da foto: Guilherme Santos, Sul21.

Legenda da foto: “Os brigadianos desceram correndo levando tudo pela frente, bateram, jogaram bombas e gás de pimenta.”

Título do texto secundário: “Função social”.

Texto secundário: “Um ano antes, no dia 24 de maio de 2016, houve uma tentativa de desocupação na Lanceiros. Também fazia frio. E a juíza que analisou o caso escreveu em sua decisão que as famílias só poderiam sair dali se o governo do Estado tivesse um lugar decente para levá-las. Era preciso ter sensibilidade social, cuidar das mulheres, crianças e idosos e cumprir a lei que diz que um prédio público precisa ter uma função social. No dia 14 de junho, porém, ninguém se preocupou com isso. Enquanto os apoiadores estavam sendo agredidos pelas bombas, tiros e gás de pimenta da Brigada Militar, as crianças foram retiradas do prédio da ocupação e colocadas numa van, sozinhas, sem a presença dos pais.

Desta vez, o governo do Estado aprendeu. Tirou do caminho com spray de pimenta – aquilo que tem cheiro de gasolina e veneno para mosquito – e com bala de borracha quem tentou resistir. Foi o fim da Lanceiros Negros na esquina da Rua da Ladeira com a Andrade Neves. E o começo da Lanceiros Negros Vivem a 250 metros dali. Ocupar e resistir! Sempre!”.

Página 13

Distribuição da página: A página está dividida em duas partes: a matéria principal, que ocupa três quartos dela, a metade de cima e o canto debaixo à esquerda – na parte superior à direita há uma foto em destaque; e uma entrevista, no quadrante inferior à direita, com representante da Ocupação Mirabal, que recebeu muitas das famílias despejadas da Lanceiros Negros.

Título da matéria principal: “Vida difícil no Centro Vida, braços abertos na Mirabal”.

Texto da matéria principal: “No dia seguinte à desocupação, uma equipe do Boca foi até o Centro Vida, local para onde foram levados os Lanceiros após o despejo. Os

coordenadores do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e as famílias que estavam fizeram relatos bem tristes. A Brigada Militar destruiu vários móveis e eletrodomésticos, coisas que as pessoas levam muito tempo para adquirir. No Centro Vida, não tinha água, luz nem alimentação para ninguém. E nem colchões e camas. Nada. Além disso, o Estado deu um prazo de 24 horas para os Lanceiros saírem dali, mesmo sem ter para onde ir.

Por tudo isso, uma parte das famílias nem chegou a ir para lá. A Ocupação Mulheres Mirabal, que existe desde novembro de 2016 no centro de Porto Alegre, recebeu muitas dos despejados. Apesar de também estar ameaçada de sofrer reintegração de posse – ou até por compreender bem a dificuldade dos Lanceiros, a Mirabal foi acolhedora e se colocou à disposição numa hora tão difícil.

A Fabiana, integrante do Boca e moradora da Mirabal, contou o seguinte: “Eu estou há dois meses lá na Mirabal. A gente recebeu o pessoal dos Lanceiros por aqui. Pra eles foi triste perder um apartamento, um prédio, porque envolve crianças também. Porque ali nós construímos uma família. Na hora do almoço a gente fazia junto. Ou a gente comia lá em cima com o pessoal da Lanceiros, ou a gente comia lá embaixo com o pessoal da Mirabal. Parece que quando eles foram embora ficou um vazio dentro daquele prédio da Mirabal. Mas se for pra eles voltarem pra Mirabal a gente vai receber eles de braços abertos”.

Foto da matéria principal: A foto em destaque mostra moradores da ocupação Lanceiros Negros carregando seus pertences em um caminhão. Uma criança observa a cena, de costas, carregando mochilas e sacolas. Crédito da foto: Guilherme Santos, Sul21.

Legenda da foto: “Pertences foram carregados em caminhões contra a vontade das famílias.”

Título da entrevista: “A gente acolheu, eles não tinham para onde ir”.

Entrevista: “Entrevista feita com uma representante da Ocupação Mirabal” [nota nossa: as perguntas estão em *itálico*].

“Como foi a presença dos Lanceiros na Mirabal?”

O pessoal da Lanceiros chegou aqui quinta-feira na madrugada, era umas 4h30min da manhã, algumas famílias chegaram. Foi muito legal a comoção das pessoas durante a quinta-feira inteira, o portão da Mirabal ficou muito movimentado, tinha uma fila de gente com sacola na mão para doação.

O impacto da sociedade com relação a isso foi muito bom então, e o caso de vocês da Mirabal?

No caso nós estávamos com reintegração de posse, mas foi suspensa.

Então quer dizer que vocês abriram os braços para essas outras pessoas?

É, a gente acolheu, eles não tinham para onde ir.

E os alimentos, como está funcionando?

Os alimentos tão chegando todo o dia, o pessoal vem trazer e a gente recebe ali na frente. E roupas também.

Nas mídias, o impacto tá sendo positivo?

Não tenho acompanhado muito bem, mas vi que na Record falaram mal, vieram várias emissoras aqui, não vi quem deu entrevista.

E alguma delas entrou aqui?

Não, acho que ficaram só do lado de fora.

O Boca de Rua então é dos privilegiados, eles são só uns gravatinhas.”

Página 14

Distribuição do espaço: A página se divide em uma entrevista com uma representante da Ocupação Lanceiros Negros e um relato de uma colaboradora do Boca de Rua, Bianca, que acompanhou o despejo e foi ferida pela polícia. Três quartos são dedicados à entrevista e, abaixo, em quatro das cinco colunas, está o relato pessoal de Bianca (que chamaremos de texto secundário). Acima, centralizada, uma foto do momento do despejo.

Título da entrevista: “Não respeitaram criança, grávida, idoso, ninguém”.

Entrevista: “Entrevista feita com uma representante dos Lanceiros Negros” [nota nossa: as perguntas estão em *itálico*].

*“A brigada agrediu e humilhou muito vocês? Foi legal a vinda para cá (Mirabal)?
Algum poder público ajudou vocês?”*

Bom, aquela noite foi bastante tumultuada, bastante desrespeitosa. Em momento algum a gente foi tratado como trabalhadores, mas sim como bandido. A gente foi tratado como lixo. Todo mundo que tava lá dentro batalhava, vendia marmitta, vendia meia, de alguma forma ia buscar o pão de cada dia. Eles não tiveram conversa nenhuma, já chegaram derrubando a porta, já chegaram na rua tacando bomba, spray de pimenta. A Pri (uma das moradoras da Lanceiros) foi presa. Mas ela foi mulher, ela resistiu, ela honrou a Lanceiros.

Eles agiram com muita violência tanto verbal quanto física. Deixei para trás mesa, cama, roupeiro. Só peguei minhas roupas porque eles me abalaram muito psicologicamente.

Como foi a reação das crianças, elas ficaram assustadas?

Não chegaram realmente a bater nos meninos, mas a gente teve que intervir porque eles entraram em um quarto e queriam bater em um menino porque acharam que ele tava demorando pra carregar as coisas. Nós fizemos o que pudemos, passamos tranquilidade, eles não tiveram tempo de se desesperar. Mas depois passaram muito mal e vomitaram com o cheiro das bombas. Teve um bebê de um ano e nove meses que ficou muito mal. Eles não respeitaram, nem criança, nem mulher grávida, nem idoso, ninguém. Tinham duas pessoas com deficiência e nem esses eles respeitaram. Desde o momento que eles entraram até a saída, debochavam, diziam que as nossas coisas eram lixo. A gente teve que ouvir todo o tipo de comentário maldoso. Meu filho de 6 anos tem medo, tem nojo deles porque sabe que não nos protegem.

A que horas eles chegaram lá e que horas saíram do prédio?

A gente já sabia que eles iam naquela noite, mas não imaginávamos que iam as 19h. Depois que eles entraram, não saíram mais. Quem saiu fomos nós. Eu consegui chegar onde ia ficar as 20 para 2 da manhã porque, uma senhora lá de Viamão me deu uma carona solidária. Eles continuaram e estão até hoje lá no prédio.

Vocês tem notícia de quem não veio para cá (Mirabal)?

Ficaram naquele abrigo, e ficaram para cuidar dos pertences porque ninguém se responsabilizou por eles.

E sobre a Mirabal ter abraçado vocês, isso foi interessante?

Sim, a gente sempre foi unido. A gente sempre irá se acolher, tanto na Lanceiros quanto na Mirabal. É uma atitude muito bonita, eles merecem todo nosso agradecimento, porque a gente tá sendo acolhidos com amor e carinho aqui dentro. Da mesma forma, se acontecesse com eles, a gente faria o mesmo, porque todo mundo é ser humano e tem o direito de ser tratado como pessoas. Pena que não há espaço para gente permanecer aqui dentro, porque aqui é um lugar de mulheres violentadas, então estando aqui nós oferecemos riscos a elas, até pelo movimento de entrando e saindo pessoas. Elas não se sentem seguras. É temporário, a gente não ai parar por aqui.

Vocês já estão se organizando e planejando alguma ação?

A gente tá tendo bastante reuniões e assembleias, de 2 em 2 dias, para continuar, não deixar a Lanceiros ser esquecida. Aquilo que aconteceu lá dentro, naquela noite, não pode se apagar, eles têm que ser punidos. Entendo em parte ser o trabalho deles. Eles poderiam ter cumprido normalmente o serviço deles, eu não iria criticar. Mas da forma com que foi feito, foi abuso de poder. A gente não reagiu, nem teve tempo de nada. Com certeza a gente está planejando atos e enquanto a gente não conseguir a nossa casa a gente não vai sossegar. E não é só nós. A luta de quem não tem casa também é nossa.

Como a comunidade possa (sic) cooperar?

Acredito que indo para os atos, nos apoiando, indo na Assembleia Legislativa denunciando. O que a gente precisa é de apoio, gente que lute ao nosso lado. Não adianta a gente receber um monte de doações e a pessoa virar as costas. Não que a gente não precise, mas precisamos mais força. Foi ruim ter saído de lá, mas nos fortificou. Se não tivessem me tirado de lá, eu não teria essas palavras que to tendo. Eu era bem mais fraca que sou hoje e tenho menos medo deles. Eu sou trabalhadora, se eu tiver que levar tapa na cara deles, eu vou levar. Não vou ter vergonha. Eu quero ter uma casa, é isso que eu quero.

Em nome do Boca de Rua a gente agradece a confiança.

Nós agradecemos também, acredito que temos o mesmo propósito, estamos no mesmo barco. Agradeço a preocupação e o carinho, a oportunidade de denunciar. Os Lanceiros não morreram, tão mais vivos do que antes. Eu, um dia, chorei agradecendo. Entrei ali sem emprego, com meus filhos pequenos, e foi uma casa que nenhum dia eu passei fome. Os vizinhos batiam na minha porta para saber se eu tinha algo para comer, se estava precisando algo. Antes de chegar na Lanceiros eu não sabia como era importante essa união, eu corria mais por mim. Hoje penso que não adianta eu estar bem se o meu companheiro do lado estiver mal.

Já virou uma professora de “rualogia”, boto fé. E justamente é isso que incomoda o poder, o sentimento comunitário, o momento que tu não depende nada deles, e tu tá fortalecido dentro da comunidade. Tamo junto, lado a lado.

(Os dois entrevistados dos Lanceiros Negros e da Mirabal evitaram se identificar por segurança, pois estão sendo muito visados). ”

Título do texto secundário: “Não sei se foi tiro ou estilhaço, mas sangrou e doeu”.

Texto secundário: “A violência da Brigada Militar deixou várias pessoas feridas. Entre elas, estava Bianca Pasqualini, colaboradora do Boca, que deu o seguinte relato:

‘No dia da desocupação, os Lanceiros chamaram todos os apoiadores e avisaram que o despacho de reintegração de posse já estava com os oficiais de justiça. Cheguei na frente da ocupação ao redor do das 17h30 e só saí do centro de madrugada. Às 19h, por aí, o despejo começou. Fiquei junto com o grupo que estava na porta do prédio, tentando impedir que a polícia entrasse. Tomamos bombas, gás de pimenta e cacetadas por quase uma hora, enquanto o deputado Jeferson Fernandes, da Comissão de Direitos Humanos, tentava negociar com os oficiais de justiça e com o comando da Brigada. Não teve acordo, e a Brigada avançou na nossa direção, desta vez com muito mais violência. Com todo aquele gás, uma parte do pessoal correu para a Andrade Neves, e outra parte ficou na General Câmara. As pessoas que ficaram na Andrade Neves se dirigiram para a Borges de Medeiros e trancaram a passagem de veículos ali. Quando eram 11hs, vimos um caminhão na Esquina da Andrade Neves com a Borges, e nos informaram que era um caminhão com os pertences das famílias despejadas. Tentamos impedir a passagem do caminhão, mas a Brigada mais uma vez jogou bombas e gás. Foi neste momento que eu senti uma ardência na minha perna direita, perto da virilha. Não sei se foi um tiro de borracha, mas chegou a furar as calças jeans que eu vestia, e o machucado sangrou e doeu bastante.

Nos dias seguintes, fui orientada a ir na Defensoria Pública denunciar a violência e os abusos da Brigada Militar. Lá, fui encaminhada ao Centro de Referência em Direitos Humanos, onde passei por um acolhimento (feito por uma equipe de advogados, psicólogos e assistentes sociais) e relatei tudo que aconteceu na noite da desocupação. O meu relato será a base de um processo civil por perdas e danos contra o Estado e contra a Brigada e será encaminhado à Corregedoria do Comando da Brigada Militar. Talvez não dê em nada, mas alguma coisa precisamos fazer contra os horrores e as violências que pessoas que lutam vêm sofrendo nas mãos desse governo fascistoide’.”

Página 15:

Distribuição da página: Outra página dividida em dois conteúdos: nos dois terços superiores, a matéria principal, que é uma entrevista com o deputado estadual Jeferson Fernandes, com mais uma foto do despejo em destaque. Abaixo, em box vermelho, um texto secundário, também acompanhado de foto. Uma pequena nota, ao fim da entrevista com Jeferson, relata a tentativa de contato com a Brigada Militar, que não deu nenhum retorno; será tratado como texto terciário. Ao fim do texto secundário, ainda dentro do box vermelho,

mas em itálico, uma informação sobre quem participou da cobertura jornalística sobre a Ocupação Lanceiros Negros no Jornal Boca de Rua.

Título da matéria principal: “Despejos como este levam pessoas à situação de rua”.

Texto da matéria principal: “Entrevista com o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Jeferson Fernandes, algemado e preso no dia da desocupação da Lanceiros, feita com a colaboração de Clóvis Victória” [nota nossa: as perguntas estão em *itálico*].

“Quais as providências tomadas pela Comissão com relação à reintegração de posse violenta do prédio onde moravam os Lanceiros Negros?”

A primeira providência que a nossa comissão tomou em relação às famílias despejadas, desalojadas com violência foi ouvir as vítimas, coisa que só naquele espaço aconteceu. O Estado tratou de acusar várias pessoas pela ocupação, mas não se preocupou em dar amparo para elas, tanto do ponto de vista assistencial, psicológico, ou mesmo do ponto de vista judicial. Nós ouvimos e estamos organizando um relatório com o apoio de uma equipe bem significativa de assessores jurídicos, psicólogos, assistentes sociais e para fazer uma denúncia nos órgãos competentes. Dessa forma, não cairá no esquecimento como tantas (*sic*) outros despejos ocorridos na capital e no Rio Grande do Sul. Nós também auxiliamos na mobilização para doações de alimentos, roupas, eletrodomésticos. Agora, estamos numa busca por um local provisório para acolher pessoas que não estão dentro do espaço da Mirabal, que é um espaço muito apertado para todo mundo. Junto disso tudo, vamos intensificar a denúncia pela ausência de política habitacional no RS. A deputada Manoela é relatora de uma subcomissão que trata do assunto moradia, e juntos devemos fortalecer essa mobilização da Lanceiros Negros, da Mirabal, da Saraí, e tantas outras ocupações.

O despejo de famílias em ocupações urbanas não estaria contribuindo para o aumento do número de pessoas em situação de rua?”

O despejo da forma como o governo Sartori está efetuando leva muitas famílias a situação de rua. Por isso, nós estamos, além de denunciando, exigindo que efetivamente tenha um posicionamento renovado por parte do judiciário, do Ministério Público com relação às ordens de reintegração de posse. Assim como também estamos a cobrar a publicização de qual, afinal de contas, é o protocolo que o judiciário e a Brigada Militar segue por ocasião desses acontecimentos – que são muitos na capital e na região metropolitana – de famílias que estão morando há anos naqueles espaços.”

Foto da matéria principal: A imagem mostra um pai com bebê de colo sentado na calçada, ao lado de pertences como máquina de lavar roupas, gavetas e um colchão. Crédito da foto: Guilherme Santos, Sul21.

Legenda da foto: “Na noite gelada da desocupação, famílias foram obrigadas a ficar ao relento com suas crianças até a madrugada.”

Título do texto secundário: “Lanceiros Negros Vivem e têm coração de mãe”.

Texto secundário: “Como coração de ocupação é igual a coração de mãe, mais 80 famílias – além das 70 que foram expulsas – se uniram à luta 20 dias depois. E, na madrugada do dia 4 de julho nascia a Ocupação Lanceiros Negros Vivem. Agora 150 famílias ocupam o antigo Hotel Açores, localizado na Rua dos Andradas, 885, no Centro de Porto Alegre.

A Ocupação Lanceiros Negros Vivem fica a três quadras da antiga. Até o fechamento desta edição do Boca, antigos e novos Lanceiros resistiam. Uma juíza autorizou nova reintegração de posse, mas determinou a presença de conselheiros tutelares e de negociação. Outra juíza disse que a retirada deve acontecer a qualquer momento. Mas tem outra questão que ajuda a manter a resistência viva. Os custos da reintegração devem ser pagos pela dona do prédio. Vai ter que ‘comprar’ as bombas, o lacrimogêneo e os lanches dos brigadianos. Ela disse que não tem dinheiro, mas pode ser algum tipo de jogada para desmobilizar. Comenta-se que o Hotel Açores teria recebido uma boa grana do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – que é público – para melhorias para a Copa do Mundo de 2014.

Segundo informa o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – que coordena a ocupação – o prédio a (*sic*) Lanceiros Negros estaria à venda por R\$ 18 milhões. Além disso, o Tribunal de Justiça declarou guerra às ocupações através de uma nota em que afirma que vai apoiar reintegrações de posse de ocupações urbanas. A Lanceiros Negros Vivem corre risco. A qualquer momento, mais violência pode bater à porta da casa.

(A cobertura jornalística sobre os Lanceiros Negros contou com a participação direta ou indireta de todos os participantes do Boca e com as colaborações do jornalista Clóvis Victória, do Sindicato dos Bancários, e do fotógrafo Guilherme Santos, do Sul21. Agradecemos a esses dois companheiros de caminhada). ”

Foto do texto secundário: A foto, bem ao canto inferior direito da página, mostra o prédio da nova ocupação, a Lanceiros Negros Vivem, onde antes havia existido o Hotel Açores, no centro de Porto Alegre. Das janelas, estende-se uma grande bandeira do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), que organizou a ocupação. Outra bandeira

faz menção aos Lanceiros Negros. Nas janelas do primeiro andar, vê-se duas pessoas, uma de costas, na janela da esquerda, e outra olhando o movimento na calçada, que é grande: grupos de apoiadores se reúnem em vigília abaixo da edificação ocupada. Crédito da foto: Luiz Abreu, Boca de Rua/Agência Alice.

Título do texto terciário: “Silêncio da Brigada”

Texto terciário: “A Brigada Militar foi procurada pelo Boca de Rua. No dia 7 de julho foram enviadas as perguntas abaixo para a assessoria do comando da BM (imprensa-comandante@bm.rs.gov.br). Até o fechamento dessa edição, nenhuma resposta, retorno ou explicação.”

Considerações sobre os textos da edição 64:

Como se inscreve a população de rua nos textos do Jornal Boca de Rua; o que fazem e com quem e com o que se relacionam – e como se dão essas relações; que cidade e outros aparecem nas narrativas? Ora, é saudável mantermos em mente as perguntas que guiam essa pesquisa; manter o foco para assim seguir com ainda mais algumas considerações: a edição número 64 apresenta como reportagem principal o despejo das famílias da Ocupação Lanceiros Negros, que estava em prédio público há mais de dez anos desocupado no centro de Porto Alegre. Ainda que não aborde diretamente a *situação de rua*, a questão habitacional é, por motivos até óbvios, interessante a quem habita calçadas e praças: quando o número de imóveis vazios no país é muito próximo do de famílias sem casas esta associação nos parece mesmo evidente⁶⁵. Outro paradoxo parece estar na ação de um Estado que possui imóveis vazios há décadas e não os vê como solução para o déficit habitacional⁶⁶ que enfrenta, teimoso a ver a solução mesmo quando famílias autonomamente a provam possível, por meio da ocupação dos espaços abandonados. Dados da Secretaria da Modernização Administrativa e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul informam que existem, hoje, cerca de 10 mil matrículas de imóveis pertencentes ao Estado (SMARH, 2017); já em matéria do Jornal Zero Hora de 2013, descobre-se que, naquele ano, o número exato era de 10.908 imóveis, entre terrenos, casas, prédios, apartamentos e boxes (MESMO COM IMÓVEIS VAZIOS...,

65 “Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista” (BRASIL TEM..., 2018).

66 O termo “déficit habitacional” faz referência ao número de famílias que vivem em condições precárias – ou que sequer possuem uma moradia para ser considerada precária. A estimativa é feita a partir de quatro variáveis: habitações precárias; coabitação familiar (mais de uma família sob o mesmo teto); gasto com aluguel acima de 30% da renda familiar; e o adensamento de habitantes por dormitório em imóveis alugados (mais de três moradores por dormitório) (OLIVEIRA, 2018).

2013)⁶⁷. Desses, aproximadamente 13% estavam desocupados, ou seja, 1.418 imóveis à disposição para se enfrentar, se não o déficit habitacional no estado, estimado em cerca de 300 mil unidades (OLIVEIRA JR., 2015), ao menos a situação extrema de quem vive nas ruas que, lembrando, eram 2.115 pessoas em 2016, considerando apenas Porto Alegre.

A primeira matéria traz de volta, com clareza, a ação do autor-narrador (*“Depois, a gente sente na carne o preconceito de um governante”*; *“o que um deputado pensa da gente pobre ao votar qualquer coisa na Assembleia Legislativa que nos prejudique”*; *“Nós do Boca temos denunciado que o governo do Estado, do senhor José Ivo Sartori, mostra praticamente todo o dia que não gosta de cuidar de gente pobre”*). O “nós” que sofre a mazela do preconceito racial e de classe se posiciona de maneira crítica frente as forças políticas que governam o Estado e que, nos assuntos concernentes à população de rua, têm a presença constatada apenas por meio da violência e da repressão policiais; uma distância aparentemente intransponível entre gabinetes e calçadas (*“Ele quer resolver a falta de emprego com a Brigada Militar e com a prisão”*).

Em seguida, segue uma contextualização da Ocupação Lanceiros Negros e uma referência ao Projeto de Lei 181/2016, que cria o Programa de Aproveitamento e Gestão dos Imóveis⁶⁸ – em suma, uma lei que dá ao governador a possibilidade de entregar todos os imóveis do Estado à iniciativa privada, seja por venda, troca, permuta ou a transação que for. Tal projeto, percebe o Boca de Rua, está diretamente associado à desocupação violenta sofrida pelas famílias da Lanceiros Negros (*“Mas o que isso tem a ver com a Lanceiros Negros? Tudo. A desocupação violenta e covarde aconteceu 204 dias depois de o governador Sartori assinar a Lei”*). Assim que o destino do prédio, que após anos de abandono havia se tornado moradia de famílias, abre-se a infinitas possibilidades, inclusive a declarada de maneira macabra por um policial que prefere vender um espaço de moradia para ver nascer mais um presídio (*“Nós tiramos vocês daí na força pra poder trocar ou vender esse prédio e fazer um presídio novo. Queremos vocês na cadeia, não em prédio público”*). Tal visão, comprimida no raso pensamento dicotômico que não vê a diferença produzida e naturaliza o resultado sempre mutável das disputas de poder, divide o mundo entre certos e errados, limpeza e sujeira: e neste mundo, a única instituição pública a que o pobre tem acesso não é a escola,

67 As informações foram obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação.

68 Ementa do projeto: “cria o Programa de Aproveitamento e Gestão dos Imóveis no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, autorizando o Poder Executivo a alienar bens imóveis de sua propriedade, das autarquias e das fundações por meio de leilão, permuta por outros imóveis públicos ou particulares, bem como por permuta por área construída e dá outras providências” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA..., 2016).

nem a universidade e nem o hospital: ao pobre resta ser trancafiado em uma cadeia, e é isso: pra alguns parece não haver lugar nesse mundo, e deles lotam celas e galerias, os jogam para longe: inventam periferias.

No texto da segunda matéria, segue o aprofundamento do caso: aborda-se agora a decisão judicial e a ação policial consequente, além da resistência das famílias. Ações e reações – e nos parece importante entender de onde parte a agressão. O autor-narrador, letra das ruas, demonstra-se solidário com as pessoas que são brutalmente arrancadas de suas casas pela letra da Lei (*“Os moradores ficaram muito revoltados. Você não ficaria? Como se sentiria sabendo que a juíza que deu a ordem para expulsar você da sua casa recebe auxílio-moradia de mas de 4 mil reais e um salário que 10 famílias de Lanceiros juntas nem conseguem juntar? Vários daqueles pais e mães estão desempregados ou vivem de trabalhos temporários, sem garantia de nada, sem salário fixo. Alguns perderam suas casas em enchentes, outros perderam o emprego e por isso não tiveram mais condições de pagar aluguel. São trabalhadores e trabalhadoras que lutam dia a dia para criar seus filhos com dignidade”*); e demonstra também irritação com uma desigualdade de classes tão violenta e evidente quanto os cassetetes policiais, quando não mais: desigualdade essa quase palpável quando uma juíza de altos salários e auxílios⁶⁹ decide alterar o horário de um despejo para não atrapalhar o trânsito dos carros das classes média e alta (*“Após meses de negociação, a justiça mandou um despacho para a reintegração de posse que foi executado fora do horário comercial para não atrapalhar o trânsito”; “E sabe o que é pior? A tal juíza estava mais preocupada em não atrapalhar o trânsito do que com as famílias. É bom a gente pensar muito em quem se envolveu nessa missão de desalojar gente pobre de um lugar seguro e decente”*).

O texto prossegue em seu ataque às desigualdades e faz referência ao despejo inicial que houve no país, a dos povos originários, e à memória da escravidão (*“Mas na (sic) dá para esquecer que a pobreza no Brasil tem a pele escura. Os moradores da Lanceiros são, na maioria, descendentes de índios e negros. Como se sabe, só em 1888 a Lei Áurea acabou com a escravidão. E, mesmo assim, os negros não tiveram a mesma oportunidade dos brancos para melhorarem de vida”; “O preconceito e o racismo são muito fortes e a Justiça é cega*

69 Recentemente, o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal foi reajustado, aproximando-se dos R\$ 40 mil mensais (R\$ 39,2 mil). O salário-mínimo em 2018 no Brasil era de R\$ 957. O reajuste dos juízes foi de 16,38% (R\$ 6,2 mil); do salário-mínimo, 1,8% – ou, em termos absolutos, um aumento de apenas R\$ 17 reais. Acrescentemos a isso os benefícios recebidos por juízas e juízes: um deles, o auxílio-moradia superior a R\$ 4 mil (R\$ 4.377).

para tudo isso”). A Lei dos brancos, em uma história que parece cíclica, repetiu o massacre dos Lanceiros Negros: em 1844, prometeu-lhes a liberdade e lhes entregou a morte na infame Traição dos Porongos⁷⁰; dessa vez, o destino foi a rua e o desamparo. É disso que a matéria trata, afinal: de um racismo estrutural e estruturante que reina no Brasil, negado por um sistema judicial e político criado por e para brancos e homens e proprietários de riquezas; construído para garantir as estruturas mantenedoras das desigualdades intactas. Zé Mauro, personagem que surge na edição 62, saberia disso: era conhecedor profundo das histórias da escravidão e da negritude no Brasil; sabia tudo sobre os Lanceiros Negros. Faz-se, então, uma recuperação histórica: a luta é racial. A situação de rua, a pobreza, os trabalhos menores com máxima exploração: estes abusos são impostos em especial à população negra. Seus espaços – e em especial o da mulher negra, subalternizada (RIBEIRO, 2017) – são negados, tomados, sequestrados; sua juventude é exterminada⁷¹: ao falarmos em superação da mazela da desigualdade que, em seu extremo, joga as pessoas às ruas, à absoluta desassistência, à fome e à miséria, é primordial falarmos em uma luta antirracista. A luta de classe fica clara no texto do Boca de Rua pelo uso dos termos “gente pobre” e “gente rica”, e governantes que servem (porque também pertencem) a esse segundo grupo. Não esqueçamos, porém, que há uma desigualdade racial também em jogo.

O texto secundário mostra, de maneira sucinta, um vislumbre das coisas que são para logo serem outras, mesmo quando jogadas à rua – o rizoma! o rizoma! Após a agressão policial e da justiça, a ocupação rapidamente mudou de endereço, vazou pelas ruas para se rematerializar nas vizinhanças, como que escorrendo líquida pelas mãos dos aparatos repressivos do Estado – e não importa o quanto se tente conter o movimento, ele sempre escapará: houve e há sempre organização, resistência e mobilidade, que chocam-se contra as forças da estagnação e da conservação, em reações e atritos de maior ou menor violência (*“Desta vez, o governo do Estado aprendeu. Tirou do caminho com spray de pimenta – aquilo que tem cheiro de gasolina e veneno para mosquito – e com bala de borracha quem tentou resistir. Foi o fim da Lanceiros Negros na esquina da Rua da Ladeira com a Andrade Neves. E o começo da Lanceiros Negros Vivem a 250 metros dali. Ocupar e resistir! Sempre!”*).

70 Uma reportagem em formato de cordel feita pela Anú – Laboratório de Jornalismo Social traz detalhes da traição ao povo negro por parte do exército separatista farroupilha (LUNARDON, 2016).

71 “No Brasil, sete em cada dez pessoas assassinadas são negras. Na faixa etária de 15 a 29 anos, são cinco vidas perdidas para a violência a cada duas horas”. As informações são da campanha “Vidas Negras” (ONU, 2017).

Já na página 13, dois conteúdos: uma reportagem que aponta a falta de assistência dada às famílias despejadas após a ação de remoção; e uma entrevista com uma representante da Ocupação Mirabal, local dedicado ao acolhimento de mulheres em situação de risco e que recebeu muitas das famílias da Lanceiros Negros, que não tinham para onde ir. A única opção dada por quem efetuou o despejo, o Estado do Rio Grande do Sul, era um abrigo no qual não havia camas, água ou eletricidade o que, há que se convir, mal pode ser caracterizado como abrigo. É como se o alcance da ação estatal abrangesse em seu limite o despejo, e dali em diante, postas as famílias e seus pertences na rua, que se vire cada um da maneira que puder (*“Os coordenadores do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e as famílias que estavam fizeram relatos bem tristes. A Brigada Militar destruiu vários móveis e eletrodomésticos, coisas que as pessoas levam muito tempo para adquirir. No Centro Vida, não tinha água, luz nem alimentação para ninguém. E nem colchões e camas. Nada. Além disso, o Estado deu um prazo de 24 horas para os Lanceiros saírem dali, mesmo sem ter para onde ir”*).

Na entrevista com a representante da Ocupação Mirabal, local que também possuía uma ordem de reintegração de posse contra si⁷², destaca-se a solidariedade e o reconhecimento entre iguais, além de críticas a um jornalismo que não “entra” na história, porque não se vê nela – bastante diferente da posição do Jornal Boca de Rua (*“Então quer dizer que vocês abriram os braços para essas outras pessoas? É, a gente acolheu, eles não tinham para onde ir; Nas mídias, o impacto tá sendo positivo? Não tenho acompanhado muito bem, mas vi que na Record falaram mal, vieram várias emissoras aqui, não vi quem deu entrevista. E alguma delas entrou aqui? Não, acho que ficaram só do lado de fora. O Boca de Rua então é dos privilegiados, eles são só uns gravatinhas”*). Este reconhecimento mútuo ressurge na matéria seguinte, a quarta, na página 14, em entrevista com representante da Ocupação Lanceiros Negros (*“Nós agradecemos também, acredito que temos o mesmo propósito, estamos no mesmo barco. Agradeço a preocupação e o carinho, a oportunidade de denunciar. Os Lanceiros não morreram, tão mais vivos do que antes”; “Tamo junto, lado a lado”*).

O uso de entrevistas é amplo nesta edição: com representantes das ocupações Mirabal e Lanceiros Negros e com o deputado estadual Jeferson Fernandes, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que acompanhou o despejo, tendo

72 Em setembro de 2018, a Mirabal mudou de endereço: entregou o imóvel ocupado no Centro de Porto Alegre e passou a atender mulheres vítimas de violência na Escola Benjamin Constant, na Zona Norte da cidade – o prédio havia sido prometido ao movimento pela prefeitura de Porto Alegre.

sido algemado e preso na ocasião, ao tentar negociar sem sucesso com os oficiais de justiça presentes. Recorrer a entrevistas, além de trazer credibilidade, multiplica as vozes que ecoam o discurso proferido pela população de rua; em uma pauta não diretamente relacionada à vida nas ruas, há solidariedade, vozes se unem e se ampliam – questionando uma lógica que acaba, por fim, aumentando a quantidade de pessoas sem casa na cidade (*“O despejo da forma como o governo Sartori está efetuando leva muitas famílias a situação de rua”*). Há ainda um relato de uma colaboradora do Boca de Rua que ficou ferida após o ataque policial e uma nota sobre o silêncio da Brigada Militar, que não respondeu às tentativas de contato por parte da equipe do jornal. Com essa outra tática de escrita, entrevistas e relatos, não vemos as ações singularizantes das moradoras e moradores de rua no texto; percebemo-las, porém, na construção e articulação dos conteúdos, que aprofundam a ferrenha crítica social que escorre pelas páginas impressas do Boca de Rua.

Partem de todas as vozes escutadas – as que se dispuseram a falar, que a polícia preferiu o silêncio – críticas duras à brutalidade policial, da qual nem crianças foram poupadas (*“a gente teve que intervir porque eles entraram em um quarto e queriam bater em um menino porque acharam que ele tava demorando pra carregar as coisas”*; *“Teve um bebê de um ano e nove meses que ficou muito mal. Eles não respeitaram, nem criança, nem mulher grávida, nem idoso, ninguém”*; *“A gente foi tratado como lixo”*; *“Eles não tiveram conversa nenhuma, já chegaram derrubando a porta, já chegaram na rua tacando bomba, spray de pimenta”*; *“Eles agiram com muita violência tanto verbal quanto física”*; *“Desde o momento que eles entraram até a saída, debochavam, diziam que as nossas coisas eram lixo”*; *“a Brigada mais uma vez jogou bombas e gás. Foi neste momento que eu senti uma ardência na minha perna direita, perto da virilha. Não sei se foi um tiro de borracha, mas chegou a furar as calças jeans que eu vestia”*). Ora, há mesmo que se rever a verdadeira função de uma Polícia Militar em nossa sociedade, que, por suas fortes ações – e falta de ação em outros casos, como na prevenção dos casos de violência contra moradoras e moradores de rua expressos na edição 63 –, demonstra ser mais uma guardiã da propriedade privada que protetora de cidadãos e cidadãs que não têm direitos básicos respeitados (*“Desde o momento que eles entraram até a saída, debochavam, diziam que as nossas coisas eram lixo. A gente teve que ouvir todo o tipo de comentário maldoso. Meu filho de 6 anos tem medo, tem nojo deles porque sabe que não nos protegem”*; *“estamos a cobrar a publicização de qual, afinal*

de contas, é o protocolo que o judiciário e a Brigada Militar segue por ocasião desses acontecimentos – que são muitos na capital e na região metropolitana”).

As percepções variadas dos acontecimentos acabam por convergir quando se trata dos abusos da força de polícia do Estado e suas políticas excludentes (*“precisamos fazer contra os horrores e as violências que pessoas que lutam vêm sofrendo nas mãos desse governo fascistoide”; “O despejo da forma como o governo Sartori está efetuando leva muitas famílias a situação de rua”*). Ou seja – e percebe o contrassenso: em lugar de criar políticas habitacionais e sociais que combatam as desigualdades e protejam as pessoas da situação de rua, da imposição da miséria, faz-se o contrário: arrancam as pessoas de casas e prédios – mesmo os abandonados há mais de dez anos, como era o caso (e agora segue a ser) do imóvel onde estava a Ocupação Lanceiros Negros – e as jogam às calçadas; a ação do Estado *cria a população de rua*, que mais tarde ele próprio combaterá por meios repressivos.

Chama-nos atenção outro detalhe: é feita, em determinado momento, uma oposição direta entre trabalhadores e bandidos (*“Em momento algum a gente foi tratado como trabalhadores, mas sim como bandido”*), como se o contrário de trabalhar fosse roubar. Se sou trabalhador, logo não há como eu ser ladrão, e a todo ladrão faltará trabalho. A expressão de tal crença dialoga com as metanarrativas apontadas por Motta (2005), definições construídas e já bastante estáticas a respeito de valores de uma sociedade – e que não são, de forma alguma, naturais⁷³. Percebemos no texto do Boca de Rua a repetição dessa crença, o próprio jornal sendo um ofício a garantir que aquele grupo não é composto por bandidos. Contudo, não há provas concretas de que o “trabalho enobrece” ou mesmo que a falta dele faça de nós menos nobres. Esta repetição revela a narrativa do Boca de Rua outra vez, como em todas, e as nossas também, presa às tentativas de naturalização de *um jeito de certo de ser*: a contenção do múltiplo, trágica e repetitiva na aventura humana no mundo.

Um último texto desta edição a respeito da desocupação da Lanceiros Negros dá mais detalhes sobre a nova ocupação estabelecida, a Lanceiros Negros Vivem, chamando atenção para a possibilidade de novo despejo e nova ação violenta da polícia – a abertura é imparável; e, frente às desigualdades estabelecidas, hierarquias impostas fundadas em políticas racistas, as forças não são também equânimes, ao menos não em termos de estrutura e possibilidade –

⁷³ Motta (2005) enumera algumas das metanarrativas mais comuns à nossa cultura: o crime não compensa; a corrupção tem de ser punida; a propriedade precisa ser respeitada; o trabalho enobrece; a família é um valor supremo; a nação é soberana.

embora não se deva duvidar de que a força popular, se direcionada a um mesmo ponto, cause impacto considerável no tabuleiro social.

5.4 Edição 65: a natureza renegada das mães sem filhas e filhos

Manchete de capa: “Por que não podemos ser mães?”.

Chamada de capa: “Quando uma moradora de rua engravida procura atendimento médico e faz o pré-natal direitinho tem bastante atenção do pessoal da saúde. Mas tudo muda quando baixa o hospital para ganhar o bebê. Muitas saem de lá sozinhas, sem saber para onde levaram seus filhos. Na maioria das vezes nunca mais recebem notícias deles. E ainda precisam ouvir: ‘Por que essas mulheres têm filhos se não conseguem criar?’”. Nessa edição elas contam as injustiças e violações de direitos que sofrem e devolvem a pergunta: “Por que não podemos ser mães?”.

Foto de capa: A imagem apresenta duas pessoas abraçadas, provavelmente mãe e filha. A primeira olha para a segunda que, com a cabeça encostada no peito da outra, olha para o lado sorrindo. Crédito da foto: Boca de Rua/Agência Alice.

Distribuição do espaço: Os textos relativos a este tema ocupam duas páginas da edição 65, as duas primeiras (2 e 3). As analisaremos em conjunto pois a mesma reportagem se estende de uma a outra, junto a outros conteúdos. Ao topo da página 2 está a manchete em letras garrafais. Na coluna da esquerda, vemos um box em vermelho que retoma textos da edição de número 59, lançada em 2016 e que foi a primeira na história do Boca de Rua a abordar especificamente a situação das mulheres que vivem nas ruas. Na coluna da direita, aparece trecho de uma música do rapper Emicida. Nas duas colunas do meio, na metade inferior da página, começa o texto intitulado “Pedaco de mim”, que se estende em três colunas da página seguinte, ocupando, na página 3, o quadrante superior esquerdo. Ainda na página 2, acima do bloco de texto da reportagem e do trecho de música, está uma foto que reúne mulheres em situação de rua. Abaixo do texto na página 3, outra foto: uma mãe confortando seu bebê no colo. À direita, no topo, a imagem de mulheres em situação de rua que lutam pelo direito à maternidade. Abaixo, um texto que traz a memória de Rita à tona: ela que é homenageada na edição número 62 (de qual falamos anteriormente, na seção 5.1) também enfrentou o preconceito de ter uma filha estando em situação de rua. Abaixo deste bloco referente à história de Rita, algumas informações sobre a produção das matérias (uma

explicação a respeito da proteção dada aos nomes das entrevistadas; e são apresentados os nomes das mulheres que participaram da produção do conteúdo).

Páginas 2 e 3

Título da matéria principal: “Pedaco de mim”

Texto da matéria principal: “Um problema muito grave que a maioria das mulheres que vive ou viveu em situação de rua enfrenta é a retirada dos filhos. Parece que o Estado não nos considera dignas de ser mães. Quando a gente engravida, procura atendimento médico e faz o pré-natal direitinho o pessoal da saúde nos dá bastante atenção nesse período. Mas tudo muda quando baixamos o hospital para ganhar o bebê. Muitas de nós saíram do hospital sozinhas, sem saber pra onde levaram nossos filhos. Foi o que aconteceu com a Sabrina. Alguns anos atrás, quando engravidou, ela estava em um abrigo municipal. Estava limpa, sem usar droga, fez o pré-natal conforme orientação. Quando ganhou o bebê no hospital não deixaram ela amamentar no peito, só com mamadeira. Em seguida, ela recebeu alta e perguntou pela criança. Foi informada que a criança não sairia com ela. Nunca mais viu o bebê. Não assinou nenhum papel autorizando a entrega ou a adoção. Sabrina hoje sonha reencontrar seu único filho.

Yara também teve seu direito de mãe violado. Ela teve sua filha muito jovem e se esforçou para lhe dar uma vida digna. Trabalhava num hospital em turnos de 12 horas por dia, alugou casa e mobiliou. Levava a filha na creche todos os dias, cuidava, alimentava. Um tempo depois, acolheu sua mãe e irmão em casa para que os dois não precisassem ir para o albergue. Ela não sabia, mas seu companheiro e sua mãe usavam droga e os vizinhos acabaram denunciando. Um dia, Yara chegou em casa e tinham levado a criança que na ocasião estava com dois anos. Em seguida, chegou um papel dizendo que ela não poderia mais ver a filha. Yara perdeu o chão, desanimou, jogou tudo pro alto, abandonou casa, emprego e tudo: “tava faltando um pedaco dentro de mim”.

Muitos anos depois Yara soube tudo que se passou com sua filha, que vamos chamar aqui de Marcela. A menina foi devolvida ao abrigo duas vezes por famílias adotivas até completar cinco anos. Durante as tentativas de adoção, Marcela sempre declarou já ter mãe. Nunca aceitou que lhe impusessem outra. A menina cresceu e começou a procurar a mãe, através de uma assistente social. Finalmente veio o reencontro entre mãe e filha: elas já não conheciam o rosto uma da outra. Pouco antes de Marcela chegar, Yara desabou a chorar.

‘Instinto de mãe, o sangue puxa’. Quando a menina apareceu, ela não teve dúvidas de que aquela era a filha que não via há 10 anos.

Porém elas teriam que enfrentar mais um problema. Depois do reencontro a adolescente foi trocada de abrigo sem que a mãe fosse avisada. Yara a encontrou mais uma vez. Atualmente, as duas mantêm contato frequente. Marcela demonstra fazer questão do convívio. É uma menina linda de olhar doce.

Júlia também tem uma história parecida. Foi impedida de ficar com suas duas filhas, mas não pelo Estado diretamente e sim pela violência do ex-companheiro. Eles viviam em outro Estado, Júlia trabalhava em dois empregos para dar conta de criar as filhas (de dois e três anos) da melhor maneira possível enquanto o então marido – que já havia se relacionado com tráfico – era violento e batia nela. Um dia ele a ameaçou com uma arma na boca e a mandou embora. Obrigou que ela fosse, mas sem levar as filhas. Desde então, passaram-se alguns anos e ela nunca mais pode ter contato e sofre muito com a falta de suas meninas.

Priscilla teve muitos problemas com a família após a morte dos pais. Todos moravam em outra cidade e seu irmão a expulsou de lá. Priscilla foi viver nas ruas de Porto Alegre, sozinha, sem sua filha que à época tinha apenas dois anos. Uns meses depois, tentou trazer a filha para junto dela, mas por estar em situação de rua, foi impedida. A filha não é bem tratada pela família de Priscilla, mas sabendo da história de outras mulheres que têm seus filhos retirados, ela receia pegar a menina, acabar perdendo a guarda e a criança ir parar em um abrigo.

Com a Luiza não foi diferente. Sua filha Bianca foi retirada de seus braços, literalmente, e, até hoje, Luiza não conseguiu recuperar a guarda. Depois que seu companheiro foi preso, os inimigos dele, em busca de vingança, foram atrás dela. Retiraram a sua filha dos braços, ameaçando-a com uma faca, e entregaram a bebê para a brigada militar. Luiza tentou prestar queixa, mas, mais uma vez, o Estado foi falho com a mulher em situação de rua, e ela sequer conseguiu registrar essa queixa.

E assim esse processo iniciou, já falhando. Na primeira audiência, ainda que as assistentes sociais do abrigo para o qual a Bianca foi encaminhada tenham se manifestado a favor da Luiza, o Ministério Público não cedeu. Sem muita explicação, o processo segue em aberto até hoje, com mãe e filha afastadas, vítimas da sociedade que vivemos. Além do problema de perder a filha, Luiza ainda foi perseguida pelas mesmas pessoas que ameaçaram ela com a faca. Foi violentada, roubada, perdendo tudo o que tinha: pertences pessoais e todos

objetos da Bianca (entre eles carrinho e as roupas). Conseguiu recuperar somente documentos, e hoje briga para reconquistar tudo o que perdeu, principalmente a convivência com a filha.”

Foto principal da página 2: Um grupo de mulheres (são oito) sorri para a foto. A mais ao centro segura uma roupa de bebê: é Fabiana, que aparece no texto de apoio da edição 62, quando o nascimento de sua filha Ágata foi registrado pelo Boca de Rua. Uma das mulheres, à esquerda de Fabiana, segura no colo sua cota de exemplares do jornal – o amontoado de páginas ocupando o espaço de um bebê.

Legenda da foto: “As mulheres em situação de rua lutam pelo direito à maternidade”.

Texto secundário: “Mulher na rua é uma provocação que a sociedade não aceita. A pergunta que mais se ouve é: ‘Por que essas mulheres têm filhos?’”. Nós perguntamos: por que não? Não somos mulheres também? Por que vocês nos diferenciam das outras mulheres? Por que direcionam esse questionamento tão áspero a nós? A cor da pele, a situação social ou financeira, o fato de ter ou não uma casa, tira o direito de alguém de gestar, criar e conviver com seus filhos? Infelizmente e injustamente, para nós sim.

A vida na rua é difícil para os homens, mas para a mulher é muito mais. Violência, discriminação, racismo, humilhação, desrespeito são comuns na vida das moradoras de rua. Mas a pior de todas as dores é a retirada dos filhos. É pior que a dor do parto.

Na edição nº59 do Boca de Rua, que saiu em 2016, fizemos uma matéria especial sobre as mulheres com título de ‘Donas sem casa’. Foi a primeira vez em mais de 15 anos de jornal que elas abriram o coração, falando das suas dores, tristezas, alegrias. Essa edição, considerada histórica, foi um sucesso de vendas. Os leitores queriam conhecer a realidade da mulher da rua. Esta nova matéria é ainda mais corajosa. Como qualquer outra mulher, as moradoras de rua também amam seus filhos e algumas procuram por eles toda a vida.”

Trecho da letra de música de Emicida:

Título: “Mãe”

“Uma vida de mal me quer, não vi fé
 Profundo ver o peso do mundo
 nas costas de uma mulheres
 (...)
 Moça, de onde cê tirava força?
 (...)
 Desafia, vai dar mó treta
 Quando disser que vi Deus
 Ele era uma mulher preta

(...)
 Eu disse que ele viria, nasceu
 E eu nem sabia como seria
 Alguém prevenia, filho é pro mundo
 Não, o meu é meu.
 Sentia a necessidade de ter algo na vida
 Buscava o amor nas coisas desejadas
 Então pensei que amaria muito mais
 Alguém que saiu de dentro de mim e mais nada
 Me sentia como a terra, sagrada”

Foto principal da página 3: Abaixo do texto da reportagem, está a imagem de uma mãe com seu bebê no colo. Ela usa uma touca e moletom; a criança dorme nos braços da mãe. Crédito da foto: Boca de Rua / Agência Alice.

Legenda da foto: “Quando uma criança é tirada da mãe, seus direitos também são violados”.

Foto secundária da página 3: No topo à direita, a foto de quatro mulheres: as mães de rua, que têm suas filhas e filhos roubados, impedidas da maternidade. Crédito da foto: Boca de Rua / Agência Alice.

Legenda foto secundária da página 3: “Uma filha ou um filho perdidos jamais são esquecidos e as mães sempre têm esperança de voltar a vê-los. Quase nenhuma consegue.”

Título texto terciário: “Antes de morrer”.

Texto terciário: “Rita estava grávida, com data do parto marcada e foi brutalmente internada, com ação de viaturas da polícia militar e ambulância. Duas semanas depois ganhou seu filho que, ainda no hospital, foi entregue a um familiar dela. Esta história (denúncia) real contada pelo Boca de Rua em 2016 na matéria ‘Donas sem casa’. A internação compulsória abalou Rita, que era uma das pessoas mais queridas e atuantes do jornal e uma das moradoras de rua mais contundentes em suas falas e atitudes. Ela faleceu oito meses depois. Todos nós sabemos que Rita começou a morrer quando tiraram o filho recém-nascido dos seus braços.

Antes de falecer, porém, conseguiu regularizar a situação legal de um outro filho que havia sido tirado dela. Com a ajuda de uma assistente social, localizou a família que cuidava irregularmente da criança e assinou os papéis necessários para que o filho ficasse amparado com a família adotiva.”

Nota 1: “Todas as entrevistadas – com exceção da Rita, já falecida – tiveram seus nomes verdadeiros trocados para garantir sua proteção e a de seus filhos.”

Nota 2: “Participaram desta matéria: Fabiana, Andressa, Catarina, Josiane, Pâmela, Simoni, Angélica, Aessandra, Luiza e Carol.”

Consideração sobre os textos da edição 65:

Estes relatos reapresentam, de maneira bastante explícita, a *força de real* expressa no texto do Boca de Rua por meio da junção das funções autor-narrador-personagem: quem escreve a matéria principal desta edição, que aborda o direito fundamental negado às mulheres em situação de rua – o direito à maternidade –, é exatamente uma mulher que vive nas ruas e experiencia o que acusa (“*Parece que o Estado não nos considera dignas de ser mães*”; “*Quando a gente engravida*”; “*tudo muda quando baixamos o hospital para ganhar o bebê*”; “*Muitas de nós saíram do hospital sozinhas, sem saber pra onde levaram nossos filhos*”). O relato da dor é pessoal; o Rosto exposto de tal forma a nos constranger, e uso também deste recurso – *nós* – para fazer referência a quem vive seus dias e suas rotinas desatentos ao extremo sofrimento imposto ao *não-nós*, o Outro. Já o título da matéria principal diz: “Pedaço de mim”: *de mim*. Coloca-se à nossa frente então esse Outro, mas na posição de um Eu que tem um pedaço de si arrancado, à força e sem aviso prévio.

Frente a tamanha agressão – o sequestro de uma criança – as mulheres de rua se singularizam e – dessa forma – revelam o múltiplo: uma força ainda maior do que a violência sofrida para superar o golpe e sonhar com (e realizar) reencontros; força para trabalhar e vencer as agruras do dia a dia de uma sociedade capitalista, por meio de extensos turnos de trabalho em mais de um emprego (“*Ela teve sua filha muito jovem e se esforçou para lhe dar uma vida digna. Trabalhava num hospital em turnos de 12 horas por dia, alugou casa e mobiliou. Levava a filha na creche todos os dias, cuidava, alimentava*”; “*Júlia trabalhava em dois empregos para dar conta de criar as filhas*”); uma inabalável força para seguir brigando por seus direitos (“*Foi violentada, roubada, perdendo tudo o que tinha: pertences pessoais e todos objetos da Bianca [entre eles carrinho e as roupas]. Conseguiu recuperar somente documentos, e hoje briga para reconquistar tudo o que perdeu, principalmente a convivência com a filha*”). As mães de rua também amam suas filhas e filhos, possuem o que comumente se chama de *instinto materno*; e as crianças que nascem de seus ventres podem também ser lindas e livres; crianças, estes seres sobre os quais depositamos, após o nosso fracasso, a esperança em um amanhã mais justo (“*Pouco antes de Marcela chegar, Yara desabou a chorar. ‘Instinto de mãe, o sangue puxa’. Quando a menina apareceu, ela não teve*

dúvidas de que aquela era a filha que não via há 10 anos”; “Atualmente, as duas mantêm contato frequente. Marcela demonstra fazer questão do convívio. É uma menina linda de olhar doce”).

Alguns dados básicos parecem precisar de reforço quando falamos da população de rua: o Jornal Boca de Rua recorre ao que chamaremos de “não-notícia” para enfrentar as definições primárias que pesam sobre os excêntricos seres que habitam calçadas e viadutos das cidades brasileiras, e que partem sempre do negativo. Primeiro, afirma-se que as moradoras de rua cuidam de sua saúde e a de seus bebês – esperava-se que não? (*“Quando a gente engravida, procura atendimento médico e faz o pré-natal direitinho”*) É necessário reforçar também que morar na rua não é sinônimo de usar drogas: primeiro, nega-se uma definição primária para apenas depois se mostrar algo além, por mais básica que seja a informação (*“Estava limpa, sem usar droga, fez o pré-natal conforme orientação”*).

A actante Estado reaparece: se de início de maneira positiva, no atendimento pré-natal que é disponível à população de rua, em seguida com extrema violência (*“o pessoal da saúde nos dá bastante atenção nesse período. Mas tudo muda quando baixamos o hospital para ganhar o bebê”; “Muitas de nós saíram do hospital sozinhas, sem saber pra onde levaram nossos filhos”; “Quando ganhou o bebê no hospital não deixaram ela amamentar no peito, só com mamadeira. Em seguida, ela recebeu alta e perguntou pela criança. Foi informada que a criança não sairia com ela. Nunca mais viu o bebê. Não assinou nenhum papel autorizando a entrega ou a adoção. Sabrina hoje sonha reencontrar seu único filho”; “Yara também teve seu direito de mãe violado”).* A política do Estado, além de violenta por arrancar de uma mãe seu bebê sem qualquer autorização, é ineficaz, e se antes fardado como policial militar para despejar famílias de prédios públicos para que possa comercializá-los, agora o Estado tira crianças dos colos de suas mães para abandoná-las em abrigos. Ao tirar a esperança de mães e filhas, o Estado age para criar sua própria população de rua uma vez mais (*“Yara perdeu o chão, desanimou, jogou tudo pro alto, abandonou casa, emprego e tudo: ‘tava faltando um pedaço dentro de mim’”; “A menina foi devolvida ao abrigo duas vezes por famílias adotivas até completar cinco anos. Durante as tentativas de adoção, Marcela sempre declarou já ter mãe. Nunca aceitou que lhe impusessem outra”; “Depois do reencontro a adolescente foi trocada de abrigo sem que a mãe fosse avisada”; “ela receia pegar a menina, acabar perdendo a guarda e a criança ir parar em um abrigo”).* Cabe aqui uma importante ressalva: a defesa não é por um Estado inoperante, que silenciosamente

observe crianças sendo criadas longe de abrigo e em situação de rua. Antes, defende-se políticas públicas que não separem filhas e filhos de mães ao propiciar condições para que vivam juntas e juntos – políticas para a moradia popular, oportunidades de emprego e defesa dos direitos trabalhistas, acesso à saúde e educação públicas, etc.

Os pais das filhas e filhos das mães de rua, percebe-se, são figuras inexistentes: o abandono paternal é uma realidade social brasileira⁷⁴, independente da classe sobre a qual falemos – embora desconfiemos de que a desigualdade socioeconômica também reflita aí e o abandono atinja em maior grau as famílias pobres. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) identificou 5,5 milhões de estudantes sem o nome do pai na certidão de nascimento, com base em dados do Censo Escolar de 2011⁷⁵; estima-se em 20 milhões o número de mães solteiras no Brasil, alta de um milhão em 10 anos (MELLO, 2015; VELASCO, 2017). A lógica da sociedade patriarcal tira do útero os filhos das mulheres para jogá-los em abrigos sem nenhuma assistência e contudo considera crime a prática do aborto; e sequer considera que o problema está também no abandono paternal, espécie de aborto masculino, este permitido e não criminalizado. Criminalizadas são as mulheres, forçadas a buscar solução na ilegalidade: afinal, é possível afirmar que o aborto é uma prática comum no Brasil (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017, p.659): “[...] em termos aproximados, aos 40 anos, quase uma em cada cinco das mulheres brasileiras fez um aborto; no ano de 2015 ocorreram cerca de meio milhão de abortos”. A ilegalidade tem reflexos em termos de classe e raça e gera gastos para a saúde pública (COLLUCCI; BARBON, 2018; COLLUCCI; FARIA, 2018).

Os homens, livres de culpa, aparecem também como agentes da violência contra as mulheres de rua: efetuam agressões, ameaças, expulsões, maus-tratos e o sequestro de crianças (*“Foi impedida de ficar com suas duas filhas, mas não pelo Estado diretamente e sim pela violência do ex-companheiro”*; *“o então marido – que já havia se relacionado com tráfico – era violento e batia nela. Um dia ele a ameaçou com uma arma na boca e a mandou embora. Obrigou que ela fosse, mas sem levar as filhas”*; *“Todos moravam em outra cidade e seu irmão a expulsou de lá. Priscilla foi viver nas ruas de Porto Alegre, sozinha, sem sua filha que à época tinha apenas dois anos. Uns meses depois, tentou trazer a filha para junto dela, mas por estar em situação de rua, foi impedida. A filha não é bem tratada pela família*

74 Em entrevista, o promotor de Justiça Maximiliano Roberto Ernesto Fuhrer, que criou serviço gratuito de reconhecimento e investigação de paternidade no Estado de São Paulo, definiu o abandono paternal como uma “epidemia social” (FUHRER, 2018).

75 Frente a números alarmantes, o CNJ criou o programa Pai Presente, que facilita o reconhecimento de paternidade no país (CNJ, 2015).

de Priscilla”). Assim a lógica patriarcal que rege o Estado completa seu ciclo, da violência machista à mudez e à surdez: primeiro não se consideram as denúncias; em seguida, não se toma uma posição em defesa da vida das mulheres e de suas crianças (*“Retiraram a sua filha dos braços, ameaçando-a com uma faca, e entregaram a bebê para a brigada militar. Luiza tentou prestar queixa, mas, mais uma vez, o Estado foi falho com a mulher em situação de rua, e ela sequer conseguiu registrar essa queixa”*); *“Na primeira audiência, ainda que as assistentes sociais do abrigo para o qual a Bianca foi encaminhada tenham se manifestado a favor da Luiza, o Ministério Público não cedeu. Sem muita explicação, o processo seguem em aberto até hoje, com mãe e filha afastadas, vítimas da sociedade que vivemos”*). Dessa vez, entretanto, o Boca de Rua não busca justificativa em um destino “irônico”, como vimos em textos anteriores: é a sociedade e suas estruturas patriarcais, racistas e classistas que atacam o direito fundamental das mulheres de rua de serem mães.

O texto secundário, que recupera a edição número 59 do Boca de Rua, histórica por ser a primeira a falar da situação das mulheres de rua, aborda a questão de maneira bastante sucinta e direta, com uma série de questionamentos partindo de um “nós” das ruas a um “vocês” (*“Mulher na rua é uma provocação que a sociedade não aceita. A pergunta que mais se ouve é: ‘Por que essas mulheres têm filhos?’ . Nós perguntamos: por que não? Não somos mulheres também? Por que vocês nos diferenciam das outras mulheres? Por que direcionam esse questionamento tão áspero a nós? A cor da pele, a situação social ou financeira, o fato de ter ou não uma casa, tira o direito de alguém de gestar, criar e conviver com seus filhos? Infelizmente e injustamente, para nós sim”*). O texto terciário também faz referência ao número 59: uma das histórias contadas lá havia sido a de Rita que, descobrimos três números depois, falecera, vítima da tuberculose. Ela também teve um filho arrancado de seus braços e a sua morte ressalta a responsabilização das políticas de uma sociedade racista e patriarcal sobre o destino das mulheres de rua – comum a todos, mas apressado demais nestes casos (*“Ela faleceu oito meses depois. Todos nós sabemos que Rita começou a morrer quando tiraram o filho recém-nascido dos seus braços”*).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa do Jornal Boca de Rua busca singularizar as figuras das moradoras e dos moradores de rua, afirmando-os, por meio do que lhes é singular, seres múltiplos e complexos. De gostos e hábitos peculiares a práticas que não costumam ser associadas à população de rua, como o conhecimento sobre cultura, história e legislação, a recitação de poemas ou a capacidade de organização para lutar por seus direitos e a solidariedade para com outros movimentos e grupos sociais, as ações da população de rua são *ações singularizantes*. Essas ações são afirmadas por um autor-narrador-personagem: a mescla dessas categorias nas narrativas do jornal traz em si uma potente *força de real*. Afinal, a unicidade do Boca de Rua está mesmo em ser construído de início a fim, salvo questões técnicas concernentes a impressão, diagramação e edição, por quem habita as ruas e de fato vivencia as histórias relatadas. A escrita dos textos, a realização das entrevistas, a definição das pautas: tudo parte das discussões do grupo de jornalistas que compõe a equipe do periódico.

Não por acaso, as inscrições postas no jornal versam, em sua maioria, sobre as inúmeras violências sofridas por quem vive nas ruas: os temas abordados nas edições aqui estudadas remontam a obituários, em homenagem a quem já não está aqui, e a denúncias a respeito da ausência de serviços básicos de atendimento à população de rua e das agressões que sofrem cotidianamente essas pessoas, seja pelas políticas racistas e patriarcais que fundamentam a nossa sociedade, seja pelo silêncio a respeito delas. Relatos de violência, os textos mostram as pessoas em situação de rua como dignas de lembrança, nas figuras, por exemplo, de Rita e de Paulo Ricardo; e dignas de sentir dor, expressas principalmente na voz do autor-narrador e na dos colegas de jornal e de praças e viadutos: pela inscrição de si no mundo, o Boca de Rua reestabelece à população de rua o direito à memória, algo tão comumente – e violentamente, mesmo que em silêncio – retirado delas e deles: e uma memória voltada ao futuro, aberta, em busca de novas conexões – intenção também desta pesquisa, ao aprofundar as narrativas do Boca de Rua e levá-las a *outro lugar*; uma memória ativa na busca pelo reconhecimento dos direitos e da multiplicidade destes *excêntricos seres*, expulsos de um “centro” restrito construído sob os escombros da escravidão, do colonialismo e do patriarcado, pilares estruturantes do sistema capitalista e da sociedade brasileira (SILVA, 2018; FEDERICI, 2017; SOUZA, 2017). É a partir dessas bases que se estabelecem as noções do que seriam existências *incapazes* ou *erradas* ou *problemáticas*: a mulher é fraca, o homem, forte; os povos originários e as comunidades tradicionais são atrasadas e selvagens, o homem

branco europeu é civilizado; negras e negros não passam de animais reprodutores e de força de trabalho a ser explorada, cabendo aos brancos os atos criativos e empreendedores no mundo. Não há, contudo, nada de natural nestas diferenciações dicotômicas e hierárquicas: são *tomadas de poder* a partir constantemente a multiplicidade (DELEUZE; GUATTARI, 1995a).

Ora, de certa forma, a complexidade do “real” sempre precisou ser reduzida para poder ser abarcada: a multiplicidade é angustiante, escorregando por suas infinitas *linhas de fuga rizomáticas* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). Latour (2004) falava dos animais empalhados dos laboratórios, menos complexos que suas formas vivas em seus habitats originais, agora mortos e dissecados; porém apenas assim analisáveis em conjunto e em detalhes. Uma narrativa, por mais “real” que se pretenda, será também redutora, inevitavelmente, e o ponto de vista é tudo que temos a oferecer de fato: nunca o múltiplo caberá em uma única página, e nem em várias – até porque, ao relatar um “real”, acrescentamos uma nova camada a ele: *o movimento não cessa!* Compreender a abertura, eis a chave – e não uma abertura a um infinito divino, um total que nos escapa sempre; ao contrário, abertura à incompletude permanente, ao movimento, ao devir, à diferenciação e à alteridade. Por isso buscamos refletir não apenas sobre o que foi dito pela boca da rua e pintado em suas páginas, mas também e especialmente a respeito do que é (ou seria ou teria sido ou ainda será) dizível a um determinado ponto (já que a potencialidade é sempre atualizável), única forma de vislumbrarmos qualquer rastro de não-ditos, que interessam mais por denunciarem as relações e disputas de força que determinaram os caminhos tomados pelos textos do jornal até a sua forma final, a qual tínhamos em mãos e de onde partimos.

O Boca de Rua se traveste de jornal tradicional, com suas páginas sujas, as manchetes e fotos com legendas e blocos de texto, para combater preconceitos e fazer circular uma mensagem de resistência ao que normalmente é dito; uma visão alternativa sobre o que significa morar na rua, em um discurso *absolutamente próximo*: usa o mesmo meio que silencia a morte e a vida das pessoas em situação de rua para ampliar suas vozes: ora, são conhecedoras do mal que as aflige, sabem do potencial de um jornal para inscrever e construir memórias e definições. Os meios de comunicação da indústria cultural são pontos fortes de repercussão nessa incessante rede de discursos que tece a vida social – e embora estes canais hoje percam centralidade frente as redes de comunicação descentralizadas, isso afeta os discursos dominantes apenas na medida em que agora, circulando por redes maquinais de

afeto, ecoam ainda mais longe, com maior força e radicalismo nas suas hierarquizações convenientes. Lembremos que a narrativa do Boca de Rua se insere num emaranhado de frases e palavras e construções já postas e repostas em circulação, que se fortalecem ou caem a ruínas e que seguem um incessante fluxo de choques e embates: assim que, antes de afirmar a si, algo da população de rua já foi sempre falado, e primeiro se responde a essas definições impostas e repetidas para apenas depois afirmar-se o que quer que seja: a inscrição de si da população de rua parte de enunciados anteriores e posteriores que afetam suas formas e conteúdos. Com a materialização do fantasma do fascismo – no Brasil, expressa das urnas às crescentes violências contra grupos sociais específicos, e os relatos sobre o aumento dos ataques à população de rua corroboram esta visão –, é dever ressaltar a impossibilidade de clausura de qualquer texto e a incontrolável mobilidade das *posições de identidade* (WOODWARD, 2013).

O Boca de Rua nos faz lembrar de um jeito novo; singulariza para mostrar o múltiplo; uma voz alternativa em um meio tradicional que expõe os jogos de ausência/presença de um Estado que cria a sua própria população de rua – ausente em suas obrigações de assistência social, presente como vigilante da propriedade privada. A rua surge, nos textos, ora como local de acolhimento e de estabelecimento de laços, seja com as companheiras e companheiros de praças e esquinas, seja com aquilo que compõe o cenário cotidiano, o mobiliário da cidade, como uma pedra ressignificada: um monumento a Zé Mauro ou uma lápide a Paulo Ricardo; ora como local violento, solitário e de esquecimento: incontáveis ameaças por apenas frequentar um parque, espancamentos coletivos em vias públicas, corpos em contêineres. Cuidadosa às palavras, Alles (2010) aponta que os verbos que mais se repetem na escrita das pessoas em situação de rua no Jornal Boca de Rua são *viver e morrer*, e é isso: singularizar para escancarar o múltiplo; ausência/presença de um Estado conivente com as violências que ele mesmo opera ou sobre as quais silencia; solidão e acolhimento nas ruas que são lar; onde se morre e se vive, afinal; lembrança e esquecimento: são os *enunciados paradoxais* das pessoas em situação de rua que expõem a precariedade de seus Rostos nas multiplicidades silenciadas e, na narrativa do jornal, reencontradas: “O paradoxo é, em primeiro lugar, o que destrói o bom senso como sentido único, mas, em seguida, o que destrói o senso comum como designação de identidades fixas” (DELEUZE, 1998, p.3).

Não há mesmo o sentido único, os enunciados pecham-se em linhas de força que se debatem, saltam os paradoxos: somos a partir das diferenças presentificadas na ausência da

coisa-em-si (SILVA, 2013); os traços da diferença, a identidade no movimento do *ser outra coisa que não essa*. Teimosia em sua plenitude: ser algo além do dito há nem um instante. O fora age no dentro, o que serve a qualquer oposição clássica do pensamento moderno: Derrida (1995) explicita isto no par fala/escrita, ao combater a ideia de submissão da segunda à primeira. Eu e Outro, portanto, não existem em nenhum lugar separados; sua condição de ser é na relação intersubjetiva, no espaço entre, nas representações construídas de um a outro: vemos então restringido o poder definidor do Eu de dizer quem de fato é, *manifestação e designação* chocam-se nos limites da *significação* (DELEUZE, 1998) e nas exigências do Outro, que é quem no fim apreenderá qualquer *sentido* daquilo que tento expressar. Somos exatamente o produto das relações tantas, um pouco de eu e um pouco de outro. Não é exagero, então, a afirmação de Rimbaud de que “eu é um outro”⁷⁶: sou exatamente a relação estabelecida. Logo, o outro também é eu, e não estaríamos errados em dizer que nós somos eles, e sua miséria a nossa.

O Jornal Boca de Rua é uma escritura que grita, expõe-nos seu Rosto, obriga-nos a escutar, na leitura, a precariedade dessas vidas. Tira-nos, se tanto ainda é possível, de um estado de complacência para com a violência imposta a estes excêntricos seres, os marginais, vagabundos, *consumidores falhos* (BAUMAN, 1998), que têm suas histórias silenciadas e – elas sim – invisíveis, uma vez que moradoras e moradores de rua estão aí, cotidianamente diante de nós, extremamente visíveis, desafiando-nos e explicitando, sem convite, a falência do sistema capitalista neoliberal global. Movimento brusco na rede, agora eu falo de mim; inversão: um chute no tabuleiro social que, regrado, sempre limitou os movimentos das peças negras. Peças ao chão, as juntemos. Não há outro jogo possível, é verdade: falo e escrevo, represento, designo e me manifesto – ou seja, relaciono-me e por isso *sou* – sempre a partir das significações já postas à mesa e sobre mim, dentro de um léxico e uma sintaxe limitadas, o que é falável e fazível e visível, potencialidades que percorreram e ainda percorrem longas distâncias, batendo-se umas nas outras, forças incansáveis que percorrerão outras mais ainda; fluxo interminável que faz de nós sombras, porque o instante seguinte sempre faz-nos algo além: e é exatamente o que nos permite sonhar.

76 Rimbaud escreve em carta à Paul Demeny, em 1871: “Pois EU é um outro. Se o cobre amanhece clarim, não é culpa dele. Isso para mim é evidente: eu assisto à eclosão do meu pensamento. Eu a olho eu a escuto: meu arco toca a corda: a sinfonia se agita nas profundezas, ou vem de um salto em meio à cena. Se os velhos imbecis não tivessem encontrado apenas o significado falso de EU, não teríamos que limpar esses milhões de esqueletos que, desde um tempo infinito, acumularam os produtos de sua inteligência caolha, clamando que eram os autores!”. Disponível em: <http://www.salamalandro.redezero.org/wp-content/uploads/2007/07/Rimbaud-A-carta-do-vidente-Lettre-a%CC%80-Paul-De%CC%81meny.pdf>. Acesso em: 11/02/2018.

REFERÊNCIAS

73% DOS moradores da maré (RJ) afirmam que “muro” da Linha Vermelha serve para “maquiar” comunidade. **ConsciênciaNet**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://consciencia.net/73-dos-moradores-da-mare-rj-afirmam-que-muro-da-linha-vermelha-serve-para-maquiar-comunidade/>. Acesso em: 12/12/2018.

AGRELA, Lucas. Os 50 sites mais acessados do Brasil e do mundo. In: **Exame**. São Paulo, não paginado, 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/os-50-sites-mais-acessados-do-brasil-e-do-mundo/>. Acesso em: 07/11/2018.

ALICE. Quem somos. **Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (Alice)**. Porto Alegre, não paginado, 1999. Disponível em: <http://www.alice.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20/03/2018.

ALLES, Natália Ledur. **Boca de Rua**: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário. Dissertação (mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23018>.

ANSELMO, Marcia Almeida. **A representação das práticas socioculturais de crianças e adolescentes do jornal Boca de Rua**: a experiência do “Boquinha”. Dissertação (mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Ementa do Projeto de Lei 181/2016**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/181/AnoProposicao/2016/Origem/Px/Default.aspx>. Acesso em: 11/12/2018.

BARBOSA, Márcio Ferreira. **Expreiência e narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: MENDONÇA, Antônio Sérgio Lima; NEVES, Luiz Felipe Baeta. **Análise estrutural da narrativa**: seleção de ensaios da revista “Communications”. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1976.

_____. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BIRD, S. E.; DARNDENNE, R. W. Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veg, 1999.

BOCA DE RUA. **Boca de Rua**: vozes de uma gente invisível. 2013 (10min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w&feature=youtu.be>. Acesso em: 22/05/2018.

_____. Sobre nós: Boca de Rua, único no mundo. **Boca de Rua [blog]**. Porto Alegre, não paginado, 2015. Disponível em: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/sobre-nos/>. Acesso em: 20/03/2018.

BRAGON, Ranier. Bolsonaro defendeu esterilização de pobres para combater miséria e crime. In: **Folha de São Paulo**, não paginado, 11 de junho de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>. Acesso em: 10/12/2018.

BRASIL TEM 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. In: **Portal G1**. Rio de Janeiro, não paginado, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml>. Acesso em: 07/11/2018.

BRYANT, Levi. The ontic principle: outline of an object-oriented ontology. In: BRYANT, Levi; SRNICEK, Nick; HARMAN, Graham. **The Speculative Turn: Continental Materialism and Realism**. Melbourne, Australia: re.press, 2011. Disponível em: https://www.re.press.org/book-files/OA_Version_Speculative_Turn_9780980668346.pdf.

BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. In: **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre: v.19, n.3, 2012.

BURACO de minhoca. In: **Wikipedia**: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Buraco_de_minhoca. Acesso em: 15/10/2018.

BUTLER, Judith. Vida precária. In: **Contemporânea**: dossiê diferenças e (des)igualdades, n.1, p.13-33, janeiro/junho, 2011.

_____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, não paginado, 2015.

COLLUCCI, Cláudia; BARBON, Júlia. Desigualdade pela renda e cor da pele é exposta em abortos de riscos no país. In: **Folha de São Paulo**: São Paulo; Rio de Janeiro, 2018.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/desigualdade-pela-renda-e-cor-da-pele-e-exposta-em-abortos-de-riscos-no-pais.shtml>. Acesso em: 12/12/2018.

COLLUCCI, Cláudia; FARIA, Flávia. SUS gasta R\$ 500 milhões com complicações por aborto em uma década. In: **Folha de São Paulo**: São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/sus-gasta-r-500-milhoes-com-complicacoes-por-aborto-em-uma-decada.shtml>. Acesso em: 12/12/2018.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Pai presente e certidões**, 2ª edição, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques//arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61d-fbf7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 12/12/2018.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.

_____. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.22, nº2, p.653-660, fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate; Fundação Friedrich Ebert, 2018. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14632.pdf>.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

EXCÊNTRICO. In: **Dicionário da língua portuguesa.** Lisboa: Priberam Informática, não paginado, 2008. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/exc%C3%AAntrico>. Acesso em: 22/04/2018.

FATHEUER, Thomas; FUHR, Lili; Unmüßig. **Crítica à economia verde.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FOGLIATTO, Débora. Movimentos prometem continuar mobilizados após despejo do Demhab. In: **Sul21.** Porto Alegre, não paginado, agosto de 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2016/08/movimentos-prometem-continuar-mobilizados-apos-despejo-do-demhab/>. Acesso em: 04/11/2018.

FONSECA, Fernando Facó de Assis. **A verdade da desconstrução:** o horizonte ético do pensamento de Jacques Derrida. Dissertação (mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Ceará, 2008.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias:** capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FUHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. In: CARASCO, Daniela. “Vivemos uma epidemia social de abandono paterno”, diz promotor. **Universa**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/10/vivemos-uma-epidemia-social-de-abandono-paterno-diz-promotor.htm>. Acesso em: 12/12/2018.

GREIMAS, Algirdas Julien.; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

GUARESCHI, Pedrinho. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, Angela (org.). **Representando a alteridade.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

GUATTARI, Félix. **Caosmose:** um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1993.

HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **Policing the crisis:** mugging, the State, and Law and Order. The Macmillan Press LTD: London, 1978.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

INSP. Our story. **International Network of Street Papers (INSP)**. Escócia, não paginado, 2018a. Disponível em: <https://insp.ngo/who-we-are/our-story/>. Acesso em: 02/08/2018.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Monopólios digitais: concentração e diversidade na internet**. São Paulo: Intervozes, 2018.

IPEA. Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília, não paginado, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253. Acesso em: 27/06/2018.

_____. Annual report 2017-18. **International Network of Street Papers (INSP)**. Escócia, não paginado, 2018b. <https://insp-2malfkv.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2018/07/Annual-Report-2017-18-FINAL-1.pdf>. Acesso em: 02/08/2018.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Angela (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, vol.6, n.1. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo: 2010.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, André. **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. Reflections on Etienne Souriau's Les différents modes d'existence. In: BRYANT, Levi; SRNICEK, Nick; HARMAN, Graham. **The Speculative Turn: Continental Materialism**

and Realism. Melbourne, Australia: re.press, 2011. Disponível em: https://www.repress.org/book-files/OA_Version_Speculative_Turn_9780980668346.pdf.

_____. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997a.

_____. **Descobrimo a existência com Husserl e Heidegger**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997b.

LUNARDON, Jonas. Os Lanceiros Negros e o massacre pela liberdade prometida. In: **Anú - laboratório de jornalismo social**, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://anujornalismo.com/laboratorio/reportagem-de-cordel/os-lanceiros-negros-e-o-massacre-pela-liberdade-prometida/>. Acesso em: 11/12/2018.

MARTINS, Jomar. Cumprir pena no pior presídio do país, por si só, não garante indenização, diz TJ-RS. In: **Consultório Jurídico (CONJUR)**. Porto Alegre, não paginado, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jan-29/cumprir-pena-pior-presidio-pais-nao-garante-indenizacao>. Acesso em: 12/12/2018.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

MELLO, Daniel. Brasil tem mais de 20 milhões de mães solteiras, aponta pesquisa. In: **Agência Brasil**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-05/brasil-tem-mais-de-20-milhoes-de-maes-solteiras-aponta-pesquisa>. Acesso em: 12/12/2018.

MESMO COM IMÓVEIS VAZIOS à disposição, Estado gastará R\$ 31,8 milhões em alugueis em 2013. In: **Zero Hora**, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/07/mesmo-com-imoveis-vazios-a-disposicao-estado-gastara-r-31-8-milhoes-em-alugueis-em-2013-4198992.html>. Acesso em: 11/12/2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Tuberculose: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção. In: **Ministério da Saúde [portal]**. 2018. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/tuberculose>. Acesso em: 25/10/2018.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: **Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação**, 2005. São Paulo: Intercom, 2005, online. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2419-1.pdf>.

MUÑOZ, Maritza Gómez. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: LEFF, Henrique (org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf.

OCAS. Quem somos. **Ocas [blog]**. São Paulo, não paginado, 2002. Disponível em: <http://www.ocas.org.br/quem-somos-c19ug>. Acesso em 23/11/2018.

OLIVEIRA, Nielmar de. Expectativa de vida do brasileiro é de 75,8 anos, diz IBGE. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, não paginado, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-12/expectativa-de-vida-do-brasileiro-e-de-758-anos-diz-ibge>. Acesso em: 25/10/2018.

OLIVEIRA, Alexandre. O que é déficit habitacional e como é calculado? In: **UrbeLab**. Porto Alegre, não paginado, 2018. Disponível em: <https://urbe.me/lab/o-que-e-deficit-habitacional-e-como-e-ele-e-calculado/>. Acesso em: 11/12/2018.

OLIVEIRA JR., Ricardo Gadelha. Algumas características do déficit habitacional no Rio Grande do Sul. In: **Carta de conjuntura FEE (Fundação de Economia e Estatística)**, Porto Alegre, nº9, 2015. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/algumas-caracteristicas-do-deficit-habitacional-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 11/12/2018.

ONU Brasil. **Campanha Vidas Negras**, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/campanha/vidas-negras/>. Acesso em: 14/12/2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. In: **Estudos em jornalismo e mídia**, Vol. 1, nº 2, 2º semestre de 2004.

PONTE, Cristina. **Leitura das notícias:** contributos para uma análise do discurso jornalístico. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo:** das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SANTELLA, Lucia; CARDOSO, Tarcísio. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. **Revista Matrizes**, São Paulo, v.9, n.1, p.167-185, janeiro-julho, 2015.

SANTOS, Magna Luzia Diniz Matos dos. **Vozes na rua:** práticas de leitura e escrita e construção de uma nova imagem do morador em situação de rua. Dissertação (mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/LETR-8T9QDW>.

SANTOS, Andreia Alves dos. **O Jornal Boca de Rua, espaço de possibilidades para pessoas em situação de rua:** uma reflexão discursiva crítica. Dissertação (mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15006/1/2013_AndreiaAlvesSantos.pdf.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro:** a abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SMARH. Gestão de ativos. In: **Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH)**. Porto Alegre, não paginado, 2017. Disponível em: <http://www.smarh.rs.gov.br/gestao-ativos>. Acesso em: 11/12/2018.

SODRÉ, Muniz. A abominação do outro. In: GOBBI, Maria Cristina; HOHLFELDT, Antonio (orgs.). **Teoria da Comunicação:** antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SOUZA, José Tadeu Batista de. **Ética como metafísica da alteridade em Levinas.** Tese (doutorado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEATRO da Crueldade. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, não paginado, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo13540/teatro-da-crueldade>>. Acesso em: 27 de Mai. 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

THOMAS, Bethan. **Homelessness kills: an analysis of the mortality of homeless people in early twenty-first century England**. Londres: Crisis, 2012. Disponível em: https://www.crisis.org.uk/media/236799/crisis_homelessness_kills_es2012.pdf.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: população em situação de rua aumenta em mais de 50% em cinco anos. In: **Enunciar Cotidianos [blog]**. Porto Alegre, não paginado, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/enunciarcotidianos/2016/12/21/porto-alegre-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-em-mais-de-50-em-cinco-anos/>. Acesso em: 12/11/2018.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, volume 48, nº1, São Paulo, USP, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v48n1/a03v48n1>.

VELASCO, Clara. Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras. In: **Portal G1**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>. Acesso em: 12/12/2018.

VIANA, Arthur; MORIGI, Valdir. Por um jornalismo humanizado: o silêncio sobre as mortes das mulheres e dos homens “infames” em Zero Hora. **P2P & Inovação**. Rio de Janeiro: vol.4, n.2, p.53-69, março/agosto, 2018a.

_____. Redes de desejos consonantes: a impossibilidade da polifasia cognitiva na era da pós-verdade. **Revista Animus**. Santa Maria: vol. 17, p.1-18, 2018b.

VIEIRA, Fabiola; SANTOS, Isabela; OCKÉ-REIS, Carlos; RODRIGUES, Paulo Henrique. **Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Cebes, 2018. Disponível em:

https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Publicac%C3%A7%C3%A3o-Austeridade_rev19_07_18.pdf.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

ANEXO A

=BOCA DE RUA= 16 ANOS

IMPRESSO Ano XVI, número 62, janeiro, fevereiro, março 2017 – Preço: R\$ 2,00

Este jornal é vendido por: Não compre de crianças e adolescentes

Premio Direitos Humanos
AJURIS
2013

Foto: Luiz Abreu Eban de Paes/Agência Alice

O último recado de Rita para o Boca de Rua, pouco antes de ser internada, foi: "Não posso ir na reunião porque preciso fazer um curativo no coração". Ninguém sabe bem o que ela queria dizer. Talvez falasse da dor no peito provocada pela tuberculose. A verdade é que ao partir, em novembro passado, ela deixou todos com o coração partido e sem curativo para aliviar a dor.

RITA NO CORAÇÃO

Alice
AGÊNCIA
DE INVESTIGACÃO
E EDUCAÇÃO

BQVNH

Criança tem história
Nesta edição elas apresentam a família Dragão



4 BOCA DE RUA janeiro, fevereiro, março 2017



Quando vendia jornal, Rita recitava o poema ao lado

Rita, a nossa guerreira

Não são só os universitários aprovados no Vestibular que aparecem nas janelas de trás dos ônibus. Rita de Cássia Pereira de Souza – nossa colega do Boca de Rua – também. Ela estava lá, com aquele sorriso, na campanha contra a tuberculose e pelo direito à saúde do morador de rua. Por ironia do destino, a Rita morreu de tuberculose em novembro de 2016.

Rita fechava os olhos quando falava. Se perguntavam por que fazia isso, dava risada: “Não sei, sempre fui assim”. Rita fechou os olhos e não abriu mais. O último recado ao Boca – pouco antes de ser internada – foi: “Não posso ir à reunião porque preciso fazer um curativo no coração”. Agora quem precisa de curativo

no coração somos nós, seus colegas, pois sentimos muita saudade. Ela tinha uma grande família no jornal e também a sua família verdadeira – o companheiro Lênon e os irmãos Angélica e Adriano – que fazem parte do grupo.

Muita gente conhecia a Rita porque ela tinha muitos clientes na sinaleira da José do Patrocínio com a Venâncio Aires. Ela era agitada, falava muito e às vezes gostava de recitar o poema “Caminhos que se cruzam” (veja nesta página) para quem comprava o Boca. Quase sempre estava acompanhada da Didi, que também sabe a poesia de cor.

Rita dividia tudo, sua comida preferida era arroz com gordurinha (que o açougueiro guardava para ela) e tinha

um gosto muito estranho, que era suco de maracujá e manga com sal. Mas o que a Rita mais gostava, mesmo, era de criança. Ela teve três filhos e o menorzinho se chamava Dale em homenagem ao D’Alessandro, jogador do Inter.

De vez em quando a Rita armava um barraco porque não era de levar desaforo para casa. No começo brigava bastante nas reuniões, mas depois começou a gostar e a ser uma pessoa muito importante que era ouvida por todos. Também gostava de dar entrevistas sobre o jornal e a vida na rua. Por isso, foi muito difícil aceitar a sua perda. Também entre os companheiros da Praça Garibaldi, onde morava, foi sofrido. Porque onde a Rita estava, ninguém ficava quieto.

Um agradecimento especial a psicóloga Bárbara Duarte, do Centro Pop 1, que se encarregou de todos os trâmites para a liberação do corpo de Rita e seu sepultamento

José Mauro, o nosso lanceiro

“Sou descendente dos Lanceiros Negros”. Era assim que José Mauro Marques Rodrigues – que morreu de uma parada cardíaca em novembro passado – se apresentava. Ele sabia tudo sobre os lanceiros e também sobre a escravidão e os quilombos. Era muito inteligente e tinha orgulho do seu passado.

Mas além de protestar contra o racismo e a injustiça da história ele também gostava de um pagode, de uma festa. Tanto que, embora tivesse uma casa na Vila Nova Chocolateiro, preferia ficar mais na rua. Seu lugar predileto era o canteiro em frente ao bar da Neuza, na Praça Garibaldi.

Ali tem uma pedra grande onde ele costumava sentar e cantar. O pessoal até brincava que um dia ia escrever o nome dele na pedra. E vamos fazer isso. Vai ser o monumento para o Zé Mauro, o primeiro da cidade que homenageia um morador de rua.



Foto Zé Luiz Boca de Rua/Agência Alcega

Histórias que se cruzam

Acordei cedo
E já olhando para o céu
(...)

A minha história é única
Em meio ao zum, zum, zum
De onde eu vim
Os ratos faziam festa
À beira do esgoto sujo
Uma sanga podre aberta
(...)

Mas hoje trabalho com o povo
Das periferias e comunidades
É o pessoal da rua
Fazendo sua história
E o jornal Boca de Rua
Registrando essa memória
Mangando no asfalto
Na sinaleira
Viver na rua não é brincadeira
Respeito, justiça e paz
Nós vamos buscar
Jornal Boca de Rua
Veio pra revolucionar!!!

(Trechos de poema escrito por Déko Ramires, educador do projeto EcolSol PopRua e declamada por Rita e sua amiga Didi para os clientes, na sinaleira).



Foto Elna Boca de Rua/Agência Alcega

Ágata com seus pais,
David e Fabiana

Dois se foram, quatro voltaram, uma chegou, muitos se aproximaram

O Boca de Rua viveu dias muito tristes com a perda de Rita e Mauro. Mas também coisas boas aconteceram para compensar. A perda de Rita, por exemplo, uniu os integrantes do jornal e também os clientes e pessoas ligadas aos programas sociais e culturais que ela participava. Tanto no seu velório quanto na missa de 7º dia compareceram muitas pessoas, todas bastante emocionadas. Também ocorreu o Sararau sem Rita, organizado pelo grupo autônomo “Me apóia aí”, que pensa em promoção de saúde e redução de danos com o Pop Rua. Na ocasião, foram expostas fotos dela e de Zé Mauro, pintadas faixas e montada a Rádio na Rua, com espaço para música e depoimentos em plena Praça Garibaldi. Vários amigos que estavam afastados também se reaproximaram do Boca, entre eles Alessandra, Luciana, Marcus Vinicius e Lênon. Foi uma bela herança que a Rita deixou. Para o Boca, porém, a maior alegria foi a chegada de Ágata, filha de David e Fabiana. A menina, linda e saudável, veio para renovar a vida e trazer esperança a todos.

ANEXO B



=BOCA DE RUA= 16 ANOS

IMPRESSO Ano XVI, número 63, abril, maio, junho 2017 - Preço: R\$ 2,00

Este jornal é vendido por: *SOMBRA*

Não compre de crianças e adolescentes

Prêmio Direitos Humanos
AJURIS
2013



Foto: José Luiz Escó de Paiva/Agência Alice

LUTO E LUTA

Os moradores de rua estão de luto e em luta para acabar com as mortes, agressões, espancamentos, linchamentos e queimas de barracos que aumentaram muito em 2017.

Alice
AGÊNCIA DE
REPRESENTAÇÃO CRIANÇA
ESCOLAR

BOUVINHOS

Criança tem história
Nesta edição elas constroem um Porto bem mais Alegre



2 BOCA DE RUA abril, maio, junho 2017



Amigos marcaram o local onde Paulinho morreu

Foto: Jone Luz/Boca de Rua/Agência Alca

Ruas violentas

A violência contra moradores de rua aumentou de forma assustadora nos últimos meses, em especial desde o começo de 2017. Quando se fala no assunto, a primeira reação das pessoas é relacionar o problema com o tráfico. Mas essa é apenas uma parte – e não a maior – da questão. As agressões vêm principalmente da polícia e da população civil, sendo que algumas acontecem também entre os próprios sem-teto. A absoluta maioria desses fatos não ganha uma linha nos jornais e tampouco é noticiada nas rádios e televisões.

Nos primeiros quatro meses do ano, pelo menos quatro mortes. Ana Carmen, estudante da Escola da Porto Alegre (EPA), foi encon-

trado estrangulada dentro de um contêiner, e Jederson Michel foi morto com pancadas na cabeça na Avenida Otávio Rocha. Em março, só na semana de Porto Alegre, dois integrantes do Boca de Rua morreram assassinados. Rodrigo faleceu depois de ser brutalmente espancado por torcedores de futebol. Paulo Ricardo levou vários tiros em plena praça da Matriz, cercado por todos os poderes do céu e da terra: legislativo, executivo e judiciário, além da Catedral Metropolitana. Deles, sobraram duas camisetas. A de Rodrigo era de um time, assim como a de seus agressores. A que Paulinho vestia era verde, com uma única palavra escrita em letras amarelas: Brasil.

Dia 31 de março aconteceu o Encontro do MNPR/RS que começou no Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) com debates sobre o aumento da violência e terminou com uma manifestação cultural no Largo Zumbi.





Morte ao vivo

Paulo Ricardo Camargo de Oliveira foi assassinado no dia 21 de março com vários tiros pelas costas em pleno dia, na praça da Matriz lotada de frequentadores, cercada por câmaras de segurança e por todos os poderes da cidade: legislativo, executivo e judiciário, além da principal igreja de Porto Alegre. O assassino perdeu um celular com impressões digitais, informações e fotos, mas um mês depois nada tinha sido descoberto pela polícia (leia entrevista com delegada). Poucos minutos após o crime, antes de ouvir qualquer testemunha, o tenente coronel Eduardo Amorim, da Brigada Militar, disse que as árvores poderiam prejudicar a identificação do criminoso pelas câmaras e declarou não descartar a hipótese de ser um acerto de contas do tráfico.

O caso de Paulinho saiu nos jornais, porque não tinha como esconder. Mas, ao contrário do que aconteceria se ele fosse da classe média, não se falou uma linha sobre ele, sobre seus sonhos, sua personalidade. Ninguém disse que ele era um baixinho desenhista, que tocava violão, que era um trabalhador com duas fontes de renda — o jornal Boca de Rua e a atividade de guardador de carros — que participava do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que frequentava o CAPS, que estava com duas entrevistas de emprego marcadas e que tinha se matriculado em um curso de arte. Ele não era santo nem anjo. Se fosse, estaria no céu. Mas geralmente demonstrava gentileza com as pessoas e poucos dias antes de morrer ajudou uma mãe em dificuldade. Para a imprensa e para grande parte da sociedade, era apenas “um morador de rua”.

O corpo de Paulinho ficou 14 dias no Departamento Médico Legal (DML), pois apenas um familiar poderia retirar o corpo. A equipe do Boca de Rua se mobilizou na busca, visitando o colégio onde estudou, os locais onde era atendido e batendo de porta em porta na vila onde provavelmente moravam tios dele. Finalmente os colegas ficaram sabendo que uma irmã já tinha providenciado o enterro. Essa irmã acabou visitando o jornal e ficou muito emocionada em saber que ele tinha tantos amigos.

Em protesto por sua morte e pela violência que tem crescido contra os moradores de rua, foi realizada o ato Luto e Luta, na praça da Matriz no dia 5 de abril. O manifesto, chamado pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), contou com a presença de vários outros movimentos e muitos amigos de Paulinho. Vestidas de preto, as pessoas colocaram velas e flores no local do crime, onde foi escrito seu nome, além das datas do seu nascimento e morte. Na praça também estiveram expostos os desenhos de Paulinho, a maioria deles resgatados pelo amigo Carlinhos Guarnieri, autor do poema ao lado.



Ilustração Paulo Ricardo Boca de Rua/Agência Alcega



Paulinho era desenhista, trabalhador e militante

Parentes

Cinco tiros no peito
 Meu parente, Paulo Ricardo...
 Partiu, carregando um fardo
 Passado: o do preconceito.
 Trabalhador, estudante,
 Cartunista e militante,
 Por viver do seu jeito
 Foi transformado traficante
 Por um olhar muito distante
 De quem se acha perfeito.
 Jornalista e jornalista,
 Um companheiro guerreiro
 Deu lições em sua escola.
 Um talentoso artista
 Que o mundo capitalista
 Não deu chance, nem por esmola.
 Em sua precária condição
 Buscava a transformação
 Mas não virou borboleta.
 O seu corpo perfurado
 Permaneceu ali, gelado,
 Seu casulo é uma gaveta.
 Não precisa ser Camargo
 Pra sentir o gosto amargo
 Desta perda tão sofrida,
 Nem tampouco Oliveira
 Pra que tanta gente queira
 A sua morte resolvida.
 Que não morra na memória,
 Ganhe asas e sua história
 Que marcou a nossa vida.
 Parentes: antes de fazer nosso luto,
 teremos que fazer nossa luta!

(Carlinhos Guarnieri)



Ilustração Paulo Ricardo Boca de Rua/Agência Alcega



4 BOCA DE RUA abril, maio, junho 2017

“Não podemos dar maiores informações para não atrapalhar as investigações”

A delegada Roberta Bertoldo da Silva da 2ª Delegacia de Polícia resumiu o andamento das três investigações de assassinatos de moradores de rua – Paulinho, Pelezinho e Ana – em uma única frase: “Estamos investigando e não podemos dar maiores informações para não atrapalhar as investigações”. Na data em que deu essa declaração, 2 de maio (quando a edição foi fechada), mais de 50 dias tinham se passado desde a morte de Paulinho. No caso da investigação do jornalista Tagliene Padilha da Cruz, sua posição foi bem diferente. Ela disse em entrevista filmada no G1: “A divulgação do vídeo [das câmaras de segurança] é extremamente importante em razão de que a gente pode obter algum tipo de denúncia”.

No dia 4 de abril, 15 dias depois da morte de Paulinho, a delegada deu uma entrevista mais longa para a equipe do Boca. Naquela data, a polícia ainda não tinha sequer feito a perícia do celular que o assassino deixou cair. O caso do Pelezinho nem tinha chegado. Inicialmente, Roberta não queria deixar entrar todos os repórteres do Boca (Saulo, Catarina, Zé, Michelle e Luiz Abreu), mas depois concordou. Ela não permitiu o registro da sua imagem, aceitando, apenas ser fotografada de costas

Fotos José Luiz Boca de Rua/Agência Alice



Delegada só permitiu ser fotografada de costas

*Semanas antes de ser assassinado o Paulinho deu o maior apoio para uma mãe que procurava por seu filho. Eu estava saindo da Ocupa Sarai quando uma moça muito preocupada com seu filho que morava na rua apareceu perguntando se alguém sabia do seu paradeiro, pois fazia tempo que ele não aparecia para visitá-la no Parque dos Maias. Fui com ela até a Praça da Matriz, pois imaginei que o Paulinho pudesse ajudar. Ele foi muito sensível com a mãe que estava faminta. Deu o maior apoio e lembrou que conhecia o filho dela, pois ambos desenhavam e já tinham conversado na rua sobre isso. Ele tranquilizou a mãe do menino e prometeu que ia aconselhá-lo a ir fazer a visita e dar um apoio no que fosse preciso. Semanas depois esse mano que era uma referência foi brutalmente assassinado. A indignação é de cortar o coração. Paulinho eterno.
(Nicolas Alcântara)*

Como está o andamento da investigação do nosso colega Paulo Ricardo, que foi assassinado na Praça da Matriz?

Roberta – Estamos procurando apurar a autoria do crime, mas não tenho como dar detalhes maiores.

Por que o delegado disse que era acerto de contas do tráfico e que não seria possível identificar o assassino pelas câmaras antes de falar com as pessoas e ver as imagens?

Roberta – Nós não temos imagens da cena da execução.

O assassino deixou um celular cair. Suas fotos e impressões digitais não estão nele?

Roberta – O aparelho está sendo anali-

sado, mas depende de autorização judicial para a gente utilizar o conteúdo que tem no celular. Impressões digitais não foram coletadas porque precisa ser feita uma preservação do objeto, o que não foi feito na ocasião.

Ele foi morto em um lugar que deveria ter polícia por todos os lados. Isso não é um sinal de que ninguém tem segurança na cidade?

Roberta – Não tenho como lhe dar esta resposta porque o policiamento ostensivo está a cargo da Brigada Militar e não da Polícia Civil. A Polícia Civil só trabalha depois que ocorreu um fato, como é este caso.

Mas delegada Roberta, sua opinião, enquanto agente de segurança pública,

independente da sua jurisdição, qual é?

Roberta – Estou apurando que ocorreu uma morte em um local que deveria ser bem guarnecido.

Se fosse um rapaz da classe média ou de qualquer outro segmento da sociedade que não morador de rua, o tratamento seria exatamente o mesmo?

Roberta – Está sendo tratado da mesma forma como seria tratado qualquer outro. Aliás, ele é um dos casos prioritários da delegacia pelo local onde ocorreu, por que é um local extremamente frequentado, um local que tem várias instituições públicas.

Um outro colega nosso, o Rodrigo, foi espancado até a morte por torcedores (BO

287). Esse crime está sendo investigado?

Roberta – Dependendo do local onde ele ocorreu...

Perto da Câmara dos Vereadores

Roberta – Deve estar chegando para a delegacia competente. Esse caso deve ter sido registrado, mas ele chega sim. Às vezes ele tarda um pouco, mas chega, sim. Depende dos trâmites do local.

Tem aumentado muito a violência contra moradores de rua, inclusive com queima de barracos. A senhora tem conhecimento desse fato e sabe se alguma coisa está sendo feito com relação a isso?

Roberta – Não tem aumentado. Tenho bastante casos de brigas. O que a gente tem envolvendo mortes é em função de brigas.



Taco de basebol

Rodrigo da Silva Veloso adorava futebol. Tinha, inclusive, o apelido de Pelezinho. Era torcedor do Inter e, por ironia do destino, foi morto a chutes e pauladas por torcedores no dia 18 de março. Só que há controvérsia se os agressores eram do seu time ou do que jogou contra ele, no caso o São Paulo de Rio Grande. Algumas testemunhas afirmam que os agressores eram do Inter. Já a polícia trabalha com a hipótese de serem do time rival. Conforme informações repassadas pela 2ª DP ao estudante de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Rodrigo Oliveira, o ônibus tinha placa de Rio Grande. Mas para o Povo do Clube – grupo ligado ao Inter – o veículo seria de Piratini, segundo o BO.

Pelezinho era alegre e já acordava cantando pagode ou funk. No dia que foi assassinado, estava feliz da vida porque o Inter tinha ganhado o jogo e foi correndo vestir a camisa vermelha, antes de sair para vender o jornal. Todo fazeiro, ofereceu o Boca para os torcedores de um ônibus de linha. Eles pegaram o jornal pela janela e não pagaram. Pelezinho ficou brabo, mas seguiu vendendo. Quando passou outro ônibus – este especial de torcedores – ele mostrou de novo o jornal e alguém fez a mesma coisa: pegou e não pagou. Aí o Pelezinho embrabeceu ainda mais e jogou uma pedra. Era uma pedra pequena, não machucou ninguém e nem quebrou o vidro, mas o motorista parou e desceu todo mundo. Eles caíram em cima do Pelezinho e chutaram até que desmaiasse. Então veio um cara com um taco de basebol e deu na cabeça dele. Muita gente viu e os amigos que moravam com ele se preocuparam em acudir, sem lembrar de pegar a placa do ônibus, que saiu calmamente.

Vieram os bombeiros, a Brigada e a Samu. Levaram o Pelezinho para o Hospital Pronto Socorro e ali ficou em coma por uma semana, até morrer. O caso foi registrado no Boletim de Ocorrência número 287, mas nenhuma notícia saiu no jornal e, até o final dessa edição, a única informação da polícia é “que o caso estava sendo investigado”.



Povo da rua pede justiça para seus companheiros mortos

Fotos: José Luiz Boca de Rua/Agência Alice

Duas Anas

Um corpo de mulher foi encontrado em um contêiner no centro de Porto Alegre (Borges de Medeiros com José Montauray), no dia 22 de abril. Ela estava enforcada. Imediatamente a polícia relacionou o crime com o tráfico de drogas, exatamente como aconteceu com Paulinho. As pessoas que a conheceram não acreditam nisso. Ana Carmem dos Santos tinha de 28 anos, era estudante da Escola Porto Alegre e sofria de esquizofrenia. Pouco antes da sua morte estava em surto, conforme os educadores da EPA.

Os profissionais da AICAS, que atendiam Ana, dizem que ela foi internada compulsoriamente e saiu no dia 19 de abril. Por causa dos seus problemas psicológicos, tinha sido suspensa do Albergue Dias da Cruz e esperava vaga em outro abrigo. Por isso, estava na rua.

Mãezona

A segunda Ana – Ana Lucia Alves, conhecida como Tia Ana – morreu por doença, mas sua história também reflete a discriminação com que são tratados os moradores de rua e as populações mais pobres. Esperando durante horas, a filha de Ana, Alessandra, foi falar com o médico. A resposta que ouviu foi um tapa na cara: “Não faz diferença, tua mãe vai morrer, mesmo”.

Com 50 anos, Ana era uma mãezona de rua. Mesmo com a saúde debilitada e muito magrinha, ela era risonha, alegre e tentava ajudar todo mundo. Quando via alguém triste, dizia: “Chega de choradeira, vamos passear”. Ela estendia a mão a todos que chegavam na rua e não gostava de brigas, embora ela mesma, se necessário, fizesse um barraco. Seu viúvo, Antônio, a acompanhou até o fim, quando faleceu devido a complicações respiratórias. “Foi o amor louco da minha vida”, diz Ana, Antônio e Alessandra são parte da “família” Boca.



Boca de Rua/Agência Alice

Carta do Povo do Clube

O Povo do Clube, movimento de torcedores do S.C. Internacional, vem através dessa nota manifestar repúdio e clamar por justiça no lamentável caso da morte do Torcedor Colorado Rodrigo da Silva Veloso, o Pelezinho, vítima de violência de outros torcedores, no dia do jogo Inter x São Paulo de Rio Grande, pelo Campeonato Gaúcho. Entendemos que o nosso Clube, o Inter, nasceu para ser plural e inclusivo e não admitimos que entre a nossa torcida, episódios como esse possam ocorrer. Estamos juntos exigindo que a polícia faça seu papel de investigar as responsabilidades e que os culpados sejam levados a prestar contas com a Justiça. O Povo do Clube se coloca à disposição para colaborar no que for possível. Nesse momento conturbado que vivemos gostaríamos de deixar nossa solidariedade a(o) s companheiro(a)s do Rodrigo e dizer que, mais do que nunca, precisamos que o futebol seja um espaço de POVO, PAZ e FESTA, para todo(a)s.



6 BOCA DE RUA abril, maio, junho 2017

“No meu parque ninguém fica”

Em um único fim de semana, o jornal Boca de Rua colheu 11 casos de violação de direitos e agressões a moradores de rua, incluindo socos, cacetadas e lambadas com cinto. A maioria deles aconteceu de manhã, antes das 9 horas, quando têm poucos frequentadores no Parque da Redenção. Embora os PMs que fazem a patrulha sejam bem agressivos, um deles é ainda mais repulente do que os outros. Ele grita: “Desapareçam do meu parque, no meu plantão ninguém fica”. Quase todos escondem a identificação. Aqui você conhecerá de alguns – apenas alguns – casos ocorridos em Porto Alegre no primeiro trimestre de 2017. Para evitar represálias e vinganças, os nomes das vítimas e dos repórteres foram preservados.

Patas de cavalo

Em uma manhã de abril, um casal estava sentado num banco, cochilando, quando foi acordado com gritos e relinchos de cavalos. Os brigadianos estavam dando ataque em vários moradores de rua e tocaram os cavalos em cima dos dois para intimidar. “O cavalo chegou a cuspir na cara do meu marido e, se eu não pulasse, pisoteava em mim”, contou a moça. Vendo a cena, uma passante intercedeu pelos moradores de rua e o PM gritou, sem nenhuma educação: “Se está com pena, leva para casa!”. E logo em seguida: “Não é para ficarem no parque. Aqui é lugar de família e não de vagabundo!”.

Hospital e ataque

Era cedo da manhã – 15 para as 7 horas – quando a viatura encostou ao lado de três amigos, um deles com um

Prisão injusta

Um rapaz guardava carros – devidamente identificado com colete – na rua Lima e Silva em um sábado de março, por volta das 16h30min. Pouco depois, chegou outro guardador e eles ficaram dividindo o trabalho. Não passou muito tempo e estacionou uma viatura com uma moça dentro. Ela apontou o segundo rapaz, mas o PM resolveu levar os dois. A vítima insistiu que ele não tinha participado do roubo do seu celular, só que não adiantou. “Negãozinho, tu também vem”. Os dois rapazes foram parar no Jumbo (triagem do Presídio Central). Durante a audiência, diante do juiz, a moça tornou a inocentar um dos guardadores de carro. Mesmo assim, ele só foi liberado na quarta. O documento da Justiça entregue nas suas mãos é uma confusão só. Tem o seu nome, mas foi assinado pelo outro e diz que deverá se apresentar novamente. Como além de guardar carros ele também era vendedor do Boca de Rua, tinha exemplares dentro da bolsa do Boca entre seus pertences. Mas os jornais foram rasgados e a bolsa sumiu.

grande curativo no braço porque recém tinha saído do hospital, onde ficou internado vários dias por causa de uma picada de inseto venenoso. Desceram quatro brigadianos e disseram para colocarem as mãos em cima da viatura. Enquanto faziam a revista, um deles saiu sozinho, voltou com um sarrafo e começou a bater no capô. Encarou um dos detidos e perguntou: “E aí veterano? Parece que não está gostando da abordagem”. O homem retrucou “Não estou falando nada”. Mas o PM ficou ainda mais invocado: “Desapareçam do meu parque. No meu plantão ninguém fica”. Eles roubaram seu alicate de artesão, o garfo e a faca de refeição.

Soco no olho

Na mesma manhã, um grupo estava sentado em uma das mesas de dama da Redenção, conversando e bebendo, quando chegou a Brigada e deu um ataque. Um deles tinha ido ao banheiro e quando foi detido, reclamou: “Vou na defensoria pública e nos Direitos Humanos”. O PM ficou furioso, algemou ele e levou para viatura. Na confusão, o rapaz perdeu o boné e o chinelo. A viatura foi direito à Santana em direção ao arroio e parou na frente da Vila Planetário. O preso gritou: “Não me larguem aí porque não me dou com esses caras”. Os PM riram e responderam: “Pois é aí mesmo que tu vai ficar”. Antes de abrirem as algemas e a porta

deram um soco no olho dele. Saiu tonto, mas fãciro, porque tinha mentido: conhecia todo mundo na vila

Só que, passado o susto, pensou: “Isso não pode ficar assim”. Então, foi no Palácio da Polícia dar queixa. Lá, debocharam dele. Quando pediu um documento com a denúncia deram um papel de rascunho qualquer. Indignado, amassou o papel e disse bem alto: “Ainda bem que não votei nesse prefeito e nem nesse governador”. Por casualidade, o secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, César Schirmer, ia entrando no local.

Idosos e deficiente

Depois de um ataque e de verem o companheiro ser algemado e levado por uma viatura, um grupo de moradores da rua deixou o Parque da Redenção e foi para as proximidades de um posto de gasolina, na esquina da João Pessoa com a Venâncio Aires. Pouco tempo depois, voltou a mesma viatura. Os PMs desceram gritando “Vamos saindo, vamos saindo”. E foram agredindo dois senhores idosos com um pedaço de madeira. Um deles era deficiente físico.

Bom dia

Um morador de rua e vendedor do Boca passou e disse educadamente a um PM: “Bom dia”. Parecia que tinha agredido o Brigadiano, porque ele se virou e respondeu: “Não tem bom dia pra ti. Vou é te encher de tiros”. “Mas o que é que eu fiz? Só dei bom dia”, reclamou o rapaz. Levou uma coronhada e o recado de que qualquer dia voltava e matava ele.

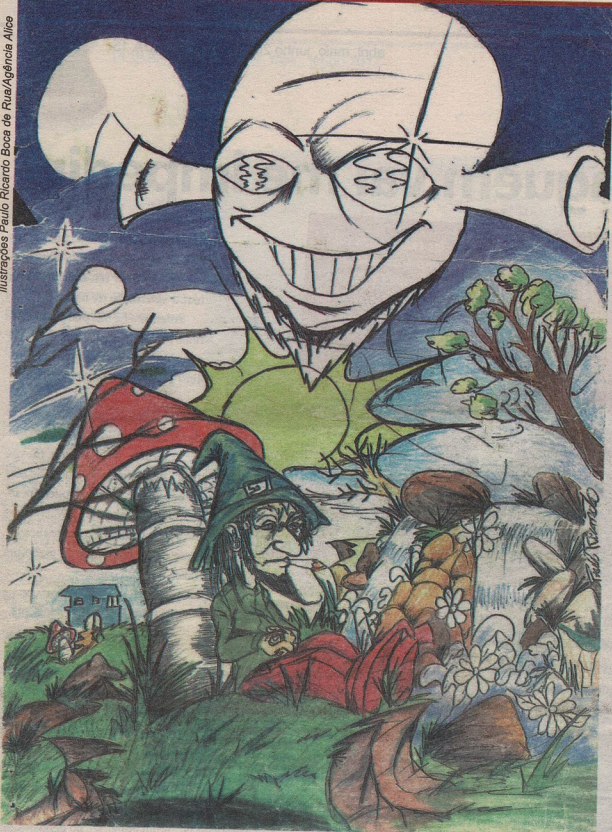


Foto: Fábio Boca de Rua/Agência Alice

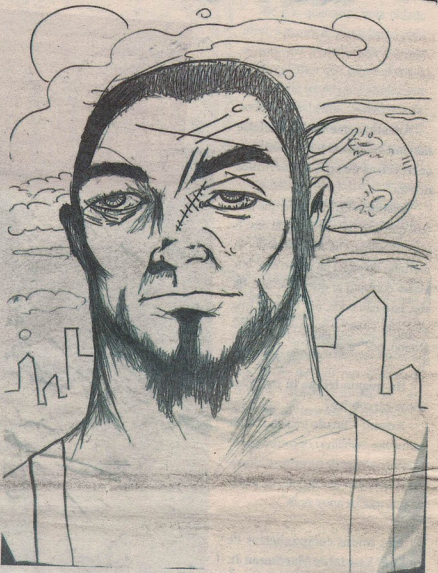
AUDIÊNCIA PÚBLICA JÁ

A audiência pública “Contra o extermínio, as agressões e a falta de Políticas Públicas para o Povo da Rua” será realizada na Assembleia Legislativa do Estado por solicitação – e pressão – do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE)/Jornal Boca de Rua, apoiados por outros movimentos. Em abril, cerca de 100 moradores de rua compareceram a uma reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, realizada no Espaço Democrático da Assembleia onde foram feitas denúncias. Antes de aprovarem por unanimidade a realização da audiência, no dia 24 de maio, os integrantes da comissão de Direitos Humanos receberam um relatório completo com todos os casos coletados pelo Boca, mesmo ainda sem terem sido publicados no jornal.

Ilustração Paulo Ricardo Boca de Rua/Agência Alice



A arte de Paulo Ricardo



Mulheres agredidas

A violência nas ruas – que aumentou muito nos últimos meses – não atinge só os moradores de rua e nem é privilégio da polícia. Abaixo o depoimento de uma moça, moradora da Ocupação Pandorga, que, junto com a prima, foi agredida brutalmente por civis porque segundo eles, tinham cara de “minas feministas machorras”!

“Era aproximadamente 1h45min. Eu e minha prima estávamos indo pra casa. Eu empurrava a bike e seguíamos conversando e caminhando pela Cidade Baixa, quando falei em alta voz:

“Que cheiro de batata frita na rua, que vontade de comer!” Nisso passávamos cinco caras e uma menina, que começaram a dizer coisas machistas e bastante incabíveis como “Come aqui a batata!” referindo-se ao seu pênis. Iniciamos uma discussão e quando viramos para seguir o trajeto, eles nos tocaram uma garrafa de vidro. Começou então a agressão física. Como tenho noções de defesa pessoal, consegui me defender e reagir a eles, porém eram cinco homens brigando conosco. Um deles usava até a menina que os acompanhava como escudo.

Logo minha prima ficou no chão desacordada e eles partiram. Muita gente olhava e não fazia nada. Eu pedi que chamassem uma ambulância que levou 20min até chegar. Enquanto à polícia, ela não deu nem sinal de vida, mesmo

chamando. Fiquei até as 11h do outro dia no Pronto Socorro. Minha prima sofreu ferimentos no rosto, eu nas pernas, e ela quebrou o nariz. Pessoas que viram a cena disseram que os tais meninos, aparentemente burgueses, já vinham batendo em mulheres na rua a tempos. Nenhum deles era negro. A frase que falaram iniciando da briga foi: “Temos que bater nessas minas feministas machorras mesmo!”

Show à parte
Uma moça vendia jornais Boca de Rua em frente ao Bar Opinião em um dia de show quando jovens que esperavam na fila se invocaram e enxotaram ela. Como continuou vendendo, agrediram com socos e pontiaps. Os motoristas de taxi entrevistaram, mas ela saiu bem machucada.

Participaram desta edição: Alessandro Alves da Silva, Andreucci Cavalheiro, Anderson Luiz Carvalho dos Santos, Anderson Luiz Joaquin Corrêa, Allen Roberto Pereira Soares, Adriano Souza, Adriano Fernando Hoehr de Castro, Angélica de Souza Nascimento, Assis de Fátima, Alexandre Roberto Rocha da Silva, Ademir Damasceno, Carlos Henrique Rosa da Silva, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Eduardo Cruz da Silva, Cláudio José Ribeiro, Cesar Valmor Campos Júnior, David Mathias Becker, Douglas Luiz Pereira Torres, Diego Miranda, Elton Adalberto Sant’Ana de Souza, Eliângela Mara Escalante, Edilson José Souza Campos, Evandro Marinho Pires, Expedito de Mello, Eliane dos Santos Mariano, Fabiana dos Santos Conceição, Flávia Antônia Klemm, Fátima Serevati Corrêa, Paulo Eduardo Strubatzhen, Jeanne Carla da Silva, Jenatani Marques Teixeira, Jorge Luiz Lopes de Oliveira, Jusciane de Oliveira, Júlio Roberto Silva da Silveira, Leonardo Corrêa, Luciano da Silva Camargo Pires, Lennon Deibler Felgo, Luiz Rosa Guimarães, Luiz Alberto Santana Júnior, Marcos Rodrigo da Silva Siqueira, Marco Antônio Alves Elias, Michelle Aparecida Marques dos Santos, Michel Vasconcelos dos Santos, Nicolas Araújo, Paulo dos Santos, Rodrigo Silveira Pereira, Rosângela Peçoto Ramos, Suziane Silva dos Santos.

<http://jornalbocaderua.wordpress.com>
No blog você pode ler outras notícias feitas pela equipe do Boca.

=BOCA=DE RUA=

Este jornal foi produzido (fotos, textos e ilustrações) por pessoas em situação de rua e risco social de Porto Alegre sob a supervisão da Alice. A receita obtida com os exemplares vendidos é revertida para os integrantes do grupo.

Edição: Rosina Duarte
Diagramação: Crislina Pozzobon
Coordenação Boquinha: Margareth Rossal
Rede Boca de Rua: Luiz Abreu, Charlotte Dafol, Roberto Abreu, Eliége Kich e Rosana Toniolo Pozzobon
Colaboradores: Bruno Guilhermano Fernandes, Bianca Pasqualini, Caroline Silveira Sarmento, Charfote Dafol, Elaine Paz, Evandro Alves, Luiz Abreu, Lúiza Maia Fagundes, Saulo Henrique Vieira, Sofia Tessler de Souza, Vanessa Leticia Anezi, Victoria Rossal Damiani e Maíra Rieck (supervisão de psicologia)

Apoio: Federação dos Metalúrgicos CUT/RS, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários), Escola Porto Alegre (EPA), Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (Sindpetro/RS), Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa), Koralle, Paulo Afonso Consultores de Marcas e Patentes, Lavoro C&M, e Documental Fotos

Boquinha é parte integrante do jornal Boca de Rua. Os responsáveis pelas crianças e adolescentes que participam deste projeto recebem uma bolsa-auxílio que ajuda a manter os jovens longe do trabalho infantil.

Alice
AGÊNCIA LIVRE DE INFORMAÇÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO (ALICE)

A Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice) tem o objetivo de promover a discussão da imprensa de forma crítica e consciente e de incentivar projetos sociais ligados à comunicação.

Endereço para correspondência
Caixa Postal 5003, CEP 90.001-970, Porto Alegre/RS
alice@alice.org.br | www.alice.org.br

INJSP
O jornal Boca de Rua é filiado à International Network of Street Papers (INSP)

ANEXO C

=BOCA=>E RUA= 16 ANOS

IMPRESSO Ano XVI, número 64, julho, agosto, setembro 2017 - Preço: R\$ 2,00

Este jornal é vendido por: *Rodrigo*

Não compre de crianças e adolescentes

Prêmio Direitos Humanos
AJURIS
2013



Foto: Guilherme Santos/S21

MASSACRE SE REPETE

Os Lanceiros Negros da Revolução Farroupilha foram assassinados no dia 14 de novembro de 1844 e os de agora foram bombardeados no dia 14 de junho de 2017. Mas a violência que sofreram não é coincidência. Nos dois casos, ela foi ordenada por quem manda e quem tem dinheiro. A história se repete e a justiça continua cega.



Criança tem história

Nesta edição elas traçam um roteiro público-privado



"QUEREMOS VOCÊS NA CADEIA, NÃO EM PRÉDIO PÚBLICO"

As pessoas não se dão conta da diferença que um governo tem de outro. E aí, quando alguém promete uma coisa, todo mundo acha bonito e vai votar. Depois, a gente sente na carne o preconceito de um governante, o que um deputado pensa da gente pobre ao votar qualquer coisa na Assembleia Legislativa que nos prejudique, que empobreça ainda mais o povo da rua, a gente toda que luta pela sobrevivência.

Nós do Boca temos denunciado que o governo do Estado, do senhor José Ivo Sartori, mostra praticamente todo o dia que não gosta de cuidar de gente pobre. Sem-teto, morador de rua, desempregado pra ele são pessoas que não merecem andar na rua e ter a liberdade de trabalhar cuidando carros, catando coisas pra vender. Ele quer resolver a falta de emprego com a Brigada Militar e com a prisão.

Vamos voltar um pouco no tempo para entender por que a desocupação da Lancesiros Negros foi violenta, teve gás de pimenta e até um deputado estadual preso. No dia 1º de novembro de 2016, na Assembleia Legislativa — onde o governador pode chegar atravessando a rua Duque de Caxias, e que fica ainda mais perto da Lancesiros Negros do que o Palácio Piratini — 31 deputados estaduais aprovaram, em Plenário, por votação, uma lei que pode fazer um prédio público parar na mão de gente rica com um canetaço do governador. O Projeto de Lei 181/2016 passou a autorizar o governador a fazer qualquer negócio com todos os quase nove mil imóveis públicos (veja quadro anexo na página 10). Cerca de 20 dias depois, o governador Sartori transformou esse projeto aprovado na Lei 14.954, com a sua assinatura.

O governo pode trocar, vender entregar pra quem quiser, permutar aqueles cantos que podiam ser para gente pobre morar. Nem todos os deputados estaduais foram a favor disso. Apenas 18 votaram contra ao que muitos chamam de "cheque em branco" para o governador fazer o que bem entende com o que é de todos nós, gaúchos e gaúchos.

Mas o que isso tem a ver com a Lancesiros Negros? Tudo. A desocupação violenta e covarde aconteceu 204 dias depois de o governador Sartori assinar a Lei. Qual vai ser o destino do prédio público que um dia abrigou biblioteca, trabalhadores, indígenas, que ensinou que a coletividade e a solidariedade fortalece a vida de cada um? Pode parar na mão de um empresário rico, do dono de uma imobiliária ou virar um casarão fantasma por mais tantos e tantos anos.

Durante a desocupação, uma militante do MLB ouviu de um oficial da Brigada Militar — quando foi presa de camburão para o Palácio da Polícia — uma sentença de morte ao sonho da moradia: "Nós tiramos vocês daí na força pra poder trocar ou vender esse prédio e fazer um presídio novo. Queremos vocês na cadeia, não em prédio público". É assim que esse governo funciona: troca escola, vida em comunidade e segurança de gente por uma cela fria e escura.



Foto: Guilherme Santos/SUZT



Foto: Guilherme Santos/SUZT

Prédio público estava vazio há 10 anos e agora esta vazio de novo



12 BOCA DE RUA julho, agosto, setembro 2017



Os brigadianos desceram correndo levando tudo pela frente, bateram, jogaram bombas e gás de pimenta

Foto: Guilherme Santos/SU21

SONHO BOMBARDEADO

A noite de 14 de junho estava gelada quando 70 famílias foram expulsas da Ocupação Lanceiros Negros com muita violência. Porta da frente arrancada, bombas de efeito moral, balas de borracha, gás de pimenta, cacetadas, gritos, choro, desespero, crianças vomitando-separadas dos pais pessoas sendo espancadas e pressas, pertences atirados nos caminhões como se fossem lixo. Após meses de negociação, a justiça mandou um despacho para a reintegração de posse que foi executado fora do horário comercial para não atrapalhar o trânsito.

Os moradores ficaram muito revoltados. Você não ficaria? Como se sentiria sabendo que a juíza que deu a ordem para expulsar você da sua casa recebe auxílio-moradia de mais de 4 mil reais e um salário que 10 famílias de Lanceiros juntas nem conseguem juntar? Vários daqueles pais e mães estão desempregados ou vivem de trabalhos temporários, sem garantia de nada, sem salário fixo. Alguns perderam suas casas em enchentes, outros perderam o emprego e por isso não tiveram mais condições de pagar aluguel. São trabalhadores e trabalhadoras que lutam dia a dia para criar seus filhos com dignidade.

E sabe o que é pior? A tal juíza estava mais

preocupada em não atrapalhar o trânsito do que com as famílias. É bom a gente pensar muito em quem se envolveu nessa missão de desalojar gente pobre de um lugar seguro e decente. Tinha crianças lá dentro. Tinha mulher grávida. Tinha idosos e indígenas. Tinha pai e mãe de família. Tudo trabalhador.

E vejam só o absurdo da nossa história de país desigual. Os indígenas chegaram muito antes nestas terras do que os imigrantes. Os italianos – como os antepassados do governador – por exemplo, chegaram em Caxias do Sul e na Serra, mais ou menos a partir de 1878. Mais de mil anos antes. Os imigrantes são trabalhadores e merecem todo o nosso respeito. Mas na dá para esquecer que a pobreza no Brasil tem a pele escura. Os moradores da Lanceiros são, na maioria, descendentes de índios e negros. Como se sabe, só em 1888 a Lei Áurea acabou com a escravidão. E, mesmo assim, os negros não tiveram a mesma oportunidade dos brancos para melhorarem de vida.

O preconceito e o racismo são muito fortes e a Justiça é cega para tudo isso. A justiça autorizou o uso da força, e a Brigada Militar obedeceu. Muitos ativistas e apoiadores se prepararam para passar a noite apoiando e

resistindo à ordem judicial injusta. Todos achavam que a desocupação ia acontecer de madrugada ou pela manhã. Mas, às 7 da noite, umas 10 viaturas com brigadianos do Choque, desceram a Salgado Filho, dobraram a esquerda na Borges de Medeiros, e mesmo que fosse proibido, dobraram à direita na Duque de Caxias. Estacionaram, então, na esquina com a General Câmara e já desceram correndo, levando as pessoas, de arrasto por escudos, bombas e cassetetes.

Antes de eles chegarem na porta do prédio, a tropa de choque da Brigada começou a jogar bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo nas pessoas que estavam na frente da ocupação. Mesmo com as bombas e com o gás, os apoiadores da ocupação não se dispersaram e ficaram na porta. O deputado Jefferson Fernandes, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, estava presente e tentou intermediar o processo de desocupação com os oficiais de justiça e com a Brigada. Recebeu voz de prisão e foi levado algemado para o camburão. O sangue nos olhos da Brigada, que é o sangue nos olhos do governo do Estado, se via também na truculência do oficial de justiça.

Função social

Um ano antes, no dia 24 de maio de 2016, houve uma tentativa de desocupação na Lanceiros. Também fazia frio. E a juíza que analisou o caso escreveu em sua decisão que as famílias só poderiam sair dali se o governo do Estado tivesse um lugar decente para levá-las. Era preciso ter sensibilidade social, cuidar das mulheres, crianças e idosos e cumprir a lei que diz que um prédio público precisa ter uma função social. No dia 14 de junho, porém, ninguém se preocupou com isso. Enquanto os apoiadores estavam sendo agredidos pelas bombas, tiros e gás de pimenta da Brigada Militar, as crianças foram retiradas do prédio da ocupação e colocadas numa van, sozinhas, sem a presença dos pais.

Desta vez, o governo do Estado aprendeu. Tirou do caminho com spray de pimenta – aquilo tem cheiro de gasolina e veneno para mosquito – e com bala de borracha quem tentou resistir. Foi o fim da Lanceiros Negros na esquina da Rua da Ladeira com a Andrade Neves. E o começo da Lanceiros Negros Vivem a 250 metros dali. Ocupar e resistir! Sempre!



Vida difícil no Centro Vida, braços abertos na Mirabal

No dia seguinte à desocupação, uma equipe do Boca foi até o Centro Vida, local para onde foram levados os Lanceiros após o despejo. Os coordenadores do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e as famílias que estavam fizeram relatos bem tristes. A Brigada Militar destruiu vários móveis e eletrodomésticos, coisas que as pessoas levam muito tempo para adquirir. No Centro Vida, não tinha água, luz nem alimentação para ninguém. E nem colchões e camas. Nada. Além disso, o Estado deu um prazo de 24 horas para os Lanceiros saírem dali, mesmo sem ter para onde ir.

Por tudo isso, uma parte das famílias nem chegou a ir para lá. A Ocupação Mulheres Mirabal, que existe desde novembro de 2016 no centro de Porto Alegre, recebeu muitas dos despejados. Apesar de também estar ameaçada de sofrer reintegração de posse ou até por compreender bem a dificuldade dos Lanceiros, a Mirabal foi acolhedora e se colocou à disposição numa hora tão difícil.

A Fabiana, integrante do Boca e moradora da Mirabal, contou o seguinte: "Eu estou há dois meses lá na Mirabal. A gente recebeu o pessoal dos Lanceiros por aqui. Pra eles foi triste perder um apartamento, um prédio, porque envolve crianças também. Porque ali nós construímos uma família. Na hora do almoço a gente fazia junto. Ou a gente comia lá em cima com o pessoal da Lanceiros, ou a gente comia lá embaixo com o pessoal da Mirabal. Parece que quando eles foram embora ficou um vazio dentro daquele prédio da Mirabal. Mas se for pra eles voltarem pra Mirabal a gente vai receber eles de braços abertos."



Pertences foram carregados em caminhões contra a vontade das famílias

"A gente acolheu, eles não tinham para onde ir"

Entrevista feita com uma representante da Ocupação Mirabal

Foto Michel Boca de Rua/Agência Alice



Muitas famílias se refugiaram na Mirabal

Como foi a presença dos Lanceiros na Mirabal?

O pessoal da Lanceiros chegou aqui quinta-feira na madrugada, era umas 4h30min da manhã, algumas famílias chegaram. Foi muito legal a comção das pessoas durante a quinta-feira inteira, o portão da Mirabal ficou muito movimentado, tinha uma fila de gente com sacola na mão para doação.

O impacto da sociedade com relação a isso foi muito bom então, e o caso de vocês da Mirabal?

No caso nós estávamos com reintegração de posse, mas foi suspensa

Então quer dizer que vocês abriram os braços para essas outras pessoas?

É, a gente acolheu, eles não tinham para onde ir.

E os alimentos, como está funcionando?

Os alimentos tão chegando todo o dia, o pessoal vem trazer e a gente recebe ali na frente. E roupas também.

Nas mídias, o impacto tá sendo positivo?

Não tenho acompanhado muito bem, mas vi que na Record falaram mal, vieram várias emissoras aqui, não vi quem deu entrevista.

E alguma delas entrou aqui?

Não, acho que ficaram só do lado de fora.

O Boca de Rua então é dos privilegiados, eles são só uns gravatinhas.



14 BOCA DE RUA julho, agosto, setembro 2017

“NÃO RESPEITARAM CRIANÇA, GRÁVIDA, IDOSO, NINGUÉM”

Entrevista feita com uma representante dos Lanceiros Negros

A brigada agrediu e humilhou muito vocês? Foi legal a vinda para cá (Mirabal)? Algum poder público ajudou vocês?

Bom, aquela noite foi bastante tumultuada, bastante desrespeitosa. Em momento algum a gente foi tratado como trabalhadores, mas sim como bandido. A gente foi tratado como lixo. Todo mundo que tava lá dentro batalhava, vendia marmitta, vendia meia, de alguma forma ia buscar o pão de cada dia. Eles não tiveram conversa nenhuma, já chegaram derrubando porta, já chegaram na rua tacando bomba, spray de pimenta. A Pri (uma das moradoras da Lanceiros) foi presa. Mas ela foi mulher, ela resistiu, ela honrou a Lanceiros. Eles agiram com muita violência tanto verbal quanto física. Deixei para trás mesa, cama, roupeiro. Só peguei minhas roupas porque eles me abalaram muito psicologicamente.

Como foi a reação das crianças, elas ficaram assustadas?

Não chegaram realmente a bater nos meninos, mas a gente teve que intervir porque eles entraram em um quarto e queriam bater em um menino porque acharam que ele tava demorando pra carregar as coisas. Nós fizemos o que pudemos, passamos tranquilidade, eles não tiveram tempo de se desesperar. Mas depois passaram muito mal e vomitaram com o cheiro das bombas. Teve um bebê de um ano e nove



Muitos deixaram os móveis para trás e saíram só com as roupas

meses que ficou muito mal. Eles não respeitaram, nem criança, nem mulher grávida, nem idoso, ninguém. Tinham duas pessoas com deficiência e nem esses eles respeitaram. Desde o momento que eles entraram até a saída, debochavam, diziam que as nossas coisas eram lixo. A gente teve que ouvir todo tipo de comentário maldoso. Meu filho de 6 anos tem medo, tem nojo deles porque sabe que não nos protegem.

A que horas eles chegaram lá e que horas saíram do prédio?

A gente já sabia que eles iam naquela noite, mas não imaginávamos que iam às 19h. Depois que eles entraram, não saíram mais. Quem saiu

fomos nós. Eu consegui chegar onde ia ficar às 20 para 2 da manhã porque, uma senhora lá de Viamão me deu uma carona solidária. Eles continuaram e estão até hoje lá no prédio.

Você tem notícia de quem não veio para cá (Mirabal)?

Ficaram naquele abrigo só uma noite, e ficaram para cuidar dos pertences porque ninguém se responsabilizou por eles

E sobre a Mirabal ter abraçado vocês, isso foi interessante?

Sim, a gente sempre foi unido. A gente sempre irá se acolher, tanto na Lanceiros quanto na Mirabal. É uma

atitude muito bonita, eles merecem todo nosso agradecimento, porque a gente tá sendo acolhidos com amor e carinho aqui dentro. Da mesma forma, se acontecesse com eles, a gente faria o mesmo, porque todo mundo é ser humano e tem o direito de ser tratado como pessoas. Pena que não há espaço para gente permanecer aqui dentro, porque aqui é um lugar de mulheres violentadas, então estando aqui nós oferecemos riscos a elas, até pelo movimento de entrando e saindo pessoas. Elas não se sentem seguras. É temporário, a gente não vai parar por aqui.

Vocês já estão se organizando e planejando alguma ação?

“Não sei se foi tiro ou estilhaço, mas sangrou e doeu”

A violência da Brigada Militar deixou várias pessoas feridas. Entre elas, estava a Bianca Pasqualini, colaboradora do Boca, que deu o seguinte relato:

“No dia da desocupação, os Lanceiros chamaram todos os apoiadores e avisaram que o despejo de reintegração de posse já estava com os oficiais de justiça. Cheguei na frente da ocupação ao redor das 17h30 e só saí do centro de madrugada. Às 19h, por aí, o despejo começou. Fiquei junto com

o grupo que estava na porta do prédio, tentando impedir que a polícia entrasse. Tomamos bombas, gás de pimenta e cacetadas por quase uma hora, enquanto o deputado Jefferson Fernandes, da Comissão de Direitos Humanos, tentava negociar com os oficiais de justiça e com o comando da Brigada. Não teve acordo, e a Brigada avançou na nossa direção, desta vez com muito mais violência. Com todo aquele gás, uma parte do pessoal correu para a Andrade Neves, e outra parte ficou na General Câmara. As pessoas que ficaram na Andrade Neves se dirigiram para a Borges de Medeiros e trancaram a

passagem de veículos ali. Quando eram 11h, vimos um caminhão na Esquina da Andrade Neves com a Borges, e nos informaram que era um caminhão com os pertences das famílias despejadas. Tentamos impedir a passagem do caminhão, mas a Brigada mais uma vez jogou bombas e gás. Foi neste momento que eu senti uma ardência na minha perna direita, perto da virilha. Não sei se foi um estilhaço de bomba ou se foi um tiro de borracha, mas chegou a furar as calças jeans que eu vestia, e o machucado sangrou e doeu bastante.

“Nos dias seguintes, fui orientada a ir na Defensoria Pública de-

nunciar a violência e os abusos da Brigada Militar. Lá, fui encaminhada ao Centro de Referência em Direitos Humanos, onde passei por um acolhimento (feito por uma equipe de advogados, psicólogos e assistentes sociais) e relatei tudo que aconteceu na noite da desocupação. O meu relato será a base de um processo civil por perdas e danos contra o Estado e contra a Brigada e será encaminhado à Corregedoria do Comando da Brigada Militar. Talvez não dê em nada, mas alguma coisa precisamos fazer contra os horrores e as violências que pessoas que lutam vêm sofrendo nas mãos desse governo fascistoide.”

A gente tá tendo bastante reuniões e assembleias, de 2 em 2 dias, para continuar, não deixar a Lanceiros ser esquecida. Aquilo que aconteceu lá dentro, naquela noite, não pode ser apagado, eles têm que ser punidos. Entendo em parte ser o trabalho deles. Eles poderiam ter cumprido normalmente o serviço deles, eu não iria criticar. Mas da forma com que foi feito, foi abuso de poder. A gente não reagiu, nem teve tempo de nada. Com certeza a gente está planejando atos e enquanto a gente não conseguir a nossa casa a gente não vai sossegar. E não é só nós. A luta de quem não tem casa também é nossa.

Como a comunidade possa cooperar?

Acredito que indo para os atos, nos apoiando, indo na Assembleia Legislativa denunciando. O que a gente precisa é de apoio, gente que lute ao nosso lado. Não adianta a gente receber um monte de doações e a pessoa virar as costas. Não que a gente não precise, mas precisamos mais força. Foi ruim ter saído de lá, mas nos fortaleceu. Se não tivessem me tirado de lá, eu não teria essas palavras que to tendo. Eu era bem mais fraca que sou hoje e tenho menos medo deles. Eu sou trabalhadora, se eu tiver que levar tapa na cara deles, eu vou levar. Não vou ter vergonha. Eu quero ter uma casa, é isso que eu quero.

Em nome do Boca de Rua a gente agradece pela confiança.

Nós agradecemos também, acredito que temos o mesmo propósito, estamos no mesmo barco. Agradeço a preocupação e o carinho, a oportunidade de denunciar. Os Lanceiros não morreram, tão mais vivos do que antes. Eu, um dia, chorei agradecendo. Entrei ali sem emprego, com meus filhos pequenos, e foi uma casa que nenhum dia eu passei fome. Os vizinhos batiam na minha porta para saber se eu tinha algo para comer, se estava precisando algo. Antes de chegar na Lanceiros eu não sabia como era importante essa união, eu corria mais por mim. Hoje penso que não adianta eu estar bem se o meu companheiro do lado estiver mal.

Já virou uma professora de “ruologia”, boto fê. É justamente é isso que incomoda o poder: o sentimento comunitário, o momento que tu não depende nada deles, e tu tá fortalecido dentro da comunidade. Tamo junto, lado a lado.

(Os dois entrevistados dos Lanceiros Negros e da Mirabal evitaram se identificar por segurança, pois estão sendo muito visados)



“Despejos como este levam pessoas à situação de rua”

Entrevista com o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Jeferson Fernandes, algemado e preso no dia da desocupação da Lanceiros, feita com a colaboração de Clóvis Victória.

Quais as providências tomadas pela Comissão com relação à reintegração de posse violenta do prédio onde moravam os Lanceiros Negros?

A primeira providência que a nossa comissão tomou em relação às famílias despejadas, desalojadas com violência foi ouvir as vítimas, coisa que só naquele espaço aconteceu. O Estado tratou de acusar várias pessoas pela ocupação, mas não se preocupou em dar amparo para elas, tanto do ponto de vista assistencial, psicológico, ou mesmo do ponto de vista judicial. Nós ouvimos e estamos organizando um relatório com o apoio de uma equipe bem significativa de assessores jurídicos, psicólogos, assistentes sociais e para fazer uma denúncia nos órgãos competentes. Dessa forma, não cairá no esquecimento como tantos outros despejos ocorridos na capital e no Rio Grande do Sul. Nós também auxiliamos na mobilização para doações de alimentos, roupas, eletrodomésticos. Agora, estamos numa busca por um local provisório para acolher pessoas que não estão dentro do espaço da Mi-



Na noite gelada da desocupação, famílias foram obrigadas a ficar ao relento com suas crianças até a madrugada

rabal, que é um espaço muito apertado para todo mundo. Junto disso tudo, vamos intensificar a denúncia pela ausência de política habitacional no RS. A deputada Manoela é relatora de uma subcomissão que trata do assunto moradia, e juntos devemos fortalecer essa mobilização da Lanceiros Negros, da Mirabal, da Saraí e tantas outras ocupações.

O despejo de famílias em ocupações urbanas não estaria contribuindo para o aumento do número de pessoas em situação de rua?

O despejo da forma como o governo Sartori está efetuando leva muitas famílias a situação de rua. Por isso, nós estamos, além de denunciando, exigindo que efetivamente tenha um posicionamento renovado por parte

do judiciário, do Ministério Público com relação às ordens de reintegração de posse. Assim como também estamos a cobrar a publicização de qual, afinal de contas, é o protocolo que o judiciário e a Brigada Militar segue por ocasião desses acontecimentos – que são muitos na capital e na região metropolitana – de famílias que estão morando há anos naqueles espaços.

► SILÊNCIO DA BRIGADA

A Brigada Militar foi procurada pelo Boca de Rua. No dia 7 de julho foram enviadas as perguntas abaixo para a assessoria do comando da BM (imprensa-comandante@bm.rs.gov.br). Até o fechamento dessa edição, nenhuma resposta, retorno ou explicação.

Lanceiros Negros Vivem e têm coração de mãe

Como coração de ocupação é igual a coração de mãe, mais 80 famílias – além das 70 que foram expulsas – se uniram à luta 20 dias depois. E, na madrugada do dia 4 de julho nasceu a Ocupação Lanceiros Negros Vivem. Agora 150 famílias ocupam o antigo Hotel Açores, localizado na Rua dos Andradas, 885, no Centro de Porto Alegre.

A Ocupação Lanceiros Negros Vivem fica a três quadras da antiga. Até o fechamento desta edição do Boca, antigos e novos Lanceiros resistiam. Uma juíza autorizou nova reintegração de posse, mas determinou a presença de conselheiros tutelares e de negociação. Outra juíza disse que a retrada deve acontecer a qualquer

momento. Mas tem outra questão que ajuda a manter a resistência viva. Os custos da reintegração devem ser pagos pela dona do prédio. Vai ter que “comprar” as bombas, o lacrimogêneo e os lanches dos brigadistas. Ela disse que não tem dinheiro, mas pode ser algum tipo de jogada para desmobilizar. Comenta-se que o Hotel Açores teria recebido uma boa grana do Banco Nacional do Desenvolvimento Social – que é público – para melhorias para a Copa do Mundo de 2014.

Segundo informa o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – que coordena a ocupação – o prédio da Lanceiros Negros Vivem estaria à venda por R\$ 18

milhões. Além disso, o Tribunal de Justiça declarou guerra às ocupações através de uma nota em que afirma que vai apoiar reintegrações de posse de ocupações urbanas. A Lanceiros Negros Vivem corre risco. A qualquer momento, mais violência pode bater à porta da casa.

(A cobertura jornalística sobre os Lanceiros Negros contou com a participação direta ou indireta de todos os participantes do Boca e com a colaboração do jornalista Clóvis Victória, do Sindicato dos Bancários e do fotógrafo Guilherme Santos, do Sul 21. Agradecemos a esses dois companheiros de caminhada).



Foto Luiz Abreu/Boca de Rua/Agência Alíce

ANEXO D

=BOCA= RUA= 16 ANOS

IMPRESSO Ano XVI, número 65, outubro, novembro, dezembro 2017 – Preço: R\$ 2,00

Este jornal é vendido por: *TL* Não compre de crianças e adolescentes

Prêmio Direitos Humanos
AJURIS
2013

Foto: Baco de Fundação Alice

**POR QUE NÃO
PODEMOS
SER MÃES?**

Quando uma moradora de rua engravida procura atendimento médico e faz o pré-natal direitinho tem bastante atenção do pessoal da saúde. Mas tudo muda quando baixa o hospital para ganhar o bebê. Muitas saem de lá sozinhas, sem saber para onde levaram seus filhos. Na maioria das vezes nunca mais recebem notícias deles. E ainda precisam ouvir: "Por que essas mulheres têm filhos se não conseguem criar?" Nessa edição elas contam as injustiças e violações de direitos que sofrem e devolvem a pergunta: "Por que não podemos ser mães?"

Alice
HOSPITAL DE
PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO

BOQUINHOS

Criança tem história
Nesta edição elas conversam com os Sem Terrinha



2 BOCA DE RUA outubro, novembro, dezembro 2017

A pior de todas as dores

Mulher na rua é uma provocação que a sociedade não aceita. A pergunta que mais se ouve é "Por que essas mulheres têm filhos?". Nós perguntamos: por que não? Não somos mulheres também? Por que vocês nos diferenciam das outras mulheres? Por que direcionam esse questionamento tão áspero a nós? A cor da pele, a situação social ou financeira, o fato de ter ou não uma casa, tira o direito de alguém de gestar, criar e conviver com seus filhos? Infelizmente e injustamente, para nós sim."

A vida na rua é difícil para os homens, mas para mulher é muito mais. Violência, discriminação, racismo, humilhação, desrespeito são comuns na vida das moradoras de rua. Mas a pior de todas as dores é a retirada dos filhos. É pior do que a dor do parto.

Na edição nº 59 do Boca de Rua, que saiu em 2016, fizemos uma matéria especial sobre as mulheres com o título de "Donas sem casa". Foi a primeira vez em mais de 15 anos de jornal que elas abriram o coração, falando das suas dores, tristezas, alegrias. Essa edição, considerada histórica, foi um sucesso de vendas. Os leitores queriam conhecer a realidade da mulher da rua. Esta nova matéria é ainda mais corajosa. Como qualquer mulher, as moradoras de rua também amam seus filhos e algumas procuraram por eles toda a vida.



As mulheres em situação de rua lutam pelo direito à maternidade

Pedaço de mim

Um problema muito grave que a maioria das mulheres que vive ou viveu em situação de rua enfrenta é a retirada dos filhos. Parece que o Estado não nos considera dignas de ser mães. Quando a gente engravida, procura atendimento médico e faz o pré-natal direitinho o pessoal da saúde nos dá bastante atenção nesse período. Mas tudo muda quando baixamos o hospital para ganhar o bebê. Muitas de nós saíram do hospital sozinhas, sem saber pra onde levaram nossos filhos. Foi o que aconteceu com a Sabrina. Alguns anos atrás, quando engravidou, ela estava em um abrigo municipal. Estava limpa, sem usar droga, fez o pré-natal conforme orientação. Quando ganhou o bebê no hospital não deixaram ela amamentar no peito, só com mamadeira. Em seguida, ela recebeu alta e perguntou pela criança. Foi informada que a criança não sairia com ela. Nunca mais viu o bebê. Não assinou nenhum papel autorizando a entrega ou a adoção. Sabrina hoje sonha reencontrar seu único filho.

Yara também teve seu direito de mãe violado. Ela teve sua filha muito jovem e se esforçou para lhe dar uma vida digna. Trabalhava num hospital em turnos de 12 horas por dia, alugou casa e mobilizou. Levava a filha na creche todos os dias, cuidava, alimentava. Um tempo depois, acolheu sua mãe e irmão em casa para que os dois não precisassem ir para o albergue. Ela não sabia, mas seu companheiro e sua mãe usavam droga e os vizinhos acabaram denunciando. Um dia, Yara chegou em casa e tinham levado a criança que na ocasião estava com dois anos. Em seguida, chegou um papel dizendo que ela não poderia mais ver a filha. Yara perdeu o chão, desanimou, jogou tudo pro alto, abandonou casa, emprego e tudo: "tava faltando um pedaço dentro de mim".

Muitos anos depois Yara soube tudo que se passou com sua filha, que vamos chamar aqui de Marcela. A menina foi devolvida ao abrigo duas vezes por famílias adotivas até completar cinco anos.

MÃE

*Uma vida de mal me quer, não vi fe
Profundo ver o peso do mundo
nas costas de uma mulher*

(...)

Moço, de onde cê tirava força?

(...)

Desafia, vai dar mó treta

Quando disser que vi Deus

Ele era uma mulher preta

(...)

Eu disse que ele viria, nasceu

E eu nem sabia como seria

Alguém prevenia, filho é pro mundo

Não, o meu é meu.

Sentia a necessidade de ter algo

na vida

Buscava o amor nas coisas

desejadas

Então pensei que amaria

muito mais

Alguém que saiu de dentro de mim

e mais nada

Me sentia como a terra, sagrada.

Música do rapper Emicida



Durante as tentativas de adoção, Marcela sempre declarou já ter mãe. Nunca aceitou que lhe impusessem outra. A menina cresceu e começou a procurar a mãe, através de uma assistente social. Finalmente veio o reencontro entre mãe e filha: elas já não conheciam o rosto uma da outra. Pouco antes de Marcela chegar, Yara desabou a chorar. "Instinto de mãe, o sangue puxa". Quando a menina apareceu, ela não teve dúvidas de que aquela era a filha que não via há 10 anos.

Porém elas teriam que enfrentar mais um problema. Depois do reencontro a adolescente foi trocada de abrigo sem que a mãe fosse avisada. Yara a encontrou mais uma vez. Atualmente, as duas mantêm contato frequente. Marcela demonstra fazer questão do convívio. É uma menina linda de olhar doce.

Júlia também tem uma história parecida. Foi impedida de ficar com suas duas filhas, mas não pelo Estado diretamente e sim pela violência do ex-companheiro. Eles viviam em outro Estado, Júlia trabalhava em dois empregos para dar conta de criar as filhas (de dois e três anos) da melhor maneira

possível enquanto o então marido – que já havia se relacionado com tráfico – era violento e batia nela. Um dia ele a ameaçou com uma arma na boca e a mandou embora. Obrigou que ela fosse, mas sem levar as filhas. Desde então, passaram-se alguns anos e ela nunca mais pode ter contato e sofre muito com a falta de suas meninas.

Priscilla teve muitos problemas com a família após a morte dos pais. Todos moravam em outra cidade e seu irmão a expulsou de lá. Priscilla foi viver nas ruas de Porto Alegre, sozinha, sem sua filha que à época tinha apenas dois anos. Uns meses depois, tentou trazer a filha para junto dela, mas por estar em situação de rua, foi impedida. A filha não é bem tratada pela família de Priscilla, mas sabendo da história de outras mulheres que têm seus filhos retirados, ela receia pegar a menina, acabar perdendo a guarda e a criança ir parar em um abrigo.

Com a Luiza não foi diferente. Sua filha Bianca foi retirada de seus braços, literalmente, e, até hoje, Luiza não conseguiu recuperar a guarda. Depois que seu

companheiro foi preso, os inimigos dele, em busca de vingança, foram atrás dela. Retiraram a sua filha dos braços, ameaçando-a com uma faca, e entregaram a bebê para a brigada militar. Luiza tentou prestar queixa, mas, mais uma vez, o Estado foi falho com a mulher em situação de rua, e ela sequer conseguiu registrar essa queixa.

E assim esse processo iniciou, já falhando. Na primeira audiência, ainda que as assistentes sociais do abrigo para o qual a Bianca foi encaminhada tenham se manifestado a favor da Luiza, o Ministério Público não cedeu. Sem muita explicação, o processo segue em aberto até hoje, com mãe e filha afastadas, vítimas da sociedade que vivemos. Além do problema de perder a filha, Luiza ainda foi perseguida pelas mesmas pessoas que ameaçaram ela com a faca. Foi violentada, roubada, perdendo tudo o que tinha: pertences pessoais e todos objetos da Bianca (entre eles carrinho e as roupas). Conseguiu recuperar somente documentos, e hoje briga para reconquistar tudo o que perdeu, principalmente a convivência com sua filha.

Uma filha ou um filho perdidos jamais são esquecidos e as mães sempre têm esperança de voltar a vê-los. Quase nenhuma consegue.



Foto Boca de Rua/Agência Alice



Quando uma criança é tirada da mãe, seus direitos também são violados

Foto Boca de Rua/Agência Alice

Antes de morrer

Rita estava grávida, com data do parto marcada e foi brutalmente internada, com ação de viaturas da polícia militar e ambulância. Duas semanas depois ganhou seu filho que, ainda no hospital, foi entregue a um familiar dela. Esta história (denúncia) real contada pelo Boca de Rua em 2016 na matéria "Donas sem casa". A internação compulsória abalou Rita, que era uma das pessoas mais queridas e atuantes do jornal e uma das moradoras de rua mais contundentes em suas falas e atitudes. Ela faleceu oito meses depois. Todos nós sabemos que Rita começou a morrer quando tiraram o filho recém-nascido dos seus braços.

Antes de falecer, porém, conseguiu regularizar a situação legal de um outro filho que havia sido tirado dela. Com a ajuda de uma assistente social, localizou a família que cuidava irregularmente da criança e assinou os papéis necessários para que o filho ficasse amparado com a família adotiva.

Todas as entrevistadas – com exceção da Rita, já falecida – tiveram seus nomes verdadeiros trocados para garantir sua proteção e a de seus filhos.

Participaram desta matéria: Fabiana, Andressa, Catarina, Josiane, Pâmela, Simoni, Angélica, Alessandra, Luiza e Carol.